REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO

(publicada sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Vitória-administração Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen e do Governo do Estado do Espírito Santo administração Eurico Vieira de Rezende)

VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1980 / 1982 Nºs 31 / 33

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO

(publicada sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Vitória-administração Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen e do Governo do Estado do Espírito Santo administração Eurico Vieira de Rezende)

VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1980 / 1982 Nºs 31 / 33

NOSSA REVISTA

Depois de um longo período de mais de dez anos, reaparecemos, com um novo número desta revista, agradecendo a colaboração do Cel. José Roberto Rezende Pacheco, M.D. Diretor do Departamento de Imprensa Oficial, seus dedicados servidores, e, mui especialmente os Srs. Dr. Carlos Von Schilgen, M. D. Prefeito da Capital e Dr. Eurico Vieira de Rezende, M. D. Governador do Estado.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo está, desde 15 de novembro de 1980, em sua nova sede, onde já tem realizado magníficas reuniões e está reorganizando sua Biblioteca, pretendendo editar, ao menos um número anual desta Revista, bem como, dentro de suas possibilidades, patrocinar pesquisas no seu âmbito de atividade.

O trabalho de construção da nova sede foi exaustivo, e registramos agradecimentos aos prezados consócios, à Construtora Glória Ltda, às firmas Dadalto, Dalia Bernardina, Irmãos Neffa, Encol SA, Wilson Ramos. e com destaque, do BANESTES, na pessoa de seu presidente, Sr. Rudy Maurer, pela aquisição dos móveis.

Que o IHGES volte a ser a CASA DO ESPÍRITO SANTO, conservando e reativando suas tradições.

Alberto Stange Júnior
PRESIDENTE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPIRITO SANTO

Fundado a 12 de Junho de 1916.

Decreto Federal de Utilidade Pública — 4205 de 9.12.1920
Lei Estadual de Utilidade Pública — 1145 de 13.12.1917

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo é a mais antiga associação cultural do Estado e tem por objetivos: o estudo da História e Geografia pátria e especialmente do Espírito Santo.

Diretoria 1981/1983: Presidente: Alberto Stange Júnior. 1º Vice-Presidente: M.X. Paes Barreto Filho. 2º Vice-Presidente: Placidino Passos. 3º Vice-Presidente: Guilherme Santos Neves. Secretário Geral; Renato José Costa Pacheco. Secretário Adjunto: Elmo Elton Santos Zamprogno. Tesoureiro: Nilo Martins da Cunha. Orador: Nelson Abel de Almeida. Bibliotecário: Angela De Piasi Ferrari. Comissão de Revista: Anibal de Athayde Lima, Celso Perota e Miguel Depes Tallon.

Relação atualizada dos sócios, em dezembro de 1981.

SÓCIOS EFETIVOS

Adelpho Poli Monjardim — Alberto Stange Júnior — Aldo Franklin dos Santos — Aly da Silva — Angela de Biase Ferrari — Annibal de Athayde Lima — Antonio José Rua — Augusto Emilio Estelita Lins — Beresford Martins Moreira — Carlos Fernando Monteiro Lindenberg — Carlos Teixeira de Campos — Celso Perotta — Christiano Dias Lopes Filho — Christiano Ferreira Fraga — Christiano Woefel Fraga — Cícero de Moraes — Domingos Gomes de Azevedo — Douglas Puppim — Elmo Elton Santos Zamprogno — Evandro Moreira — Fernando de Moraes Achiamé — Gabriel Augusto de Mello Bittencourt — Guilherme Santos Neves — Hegner Araujo — Heribaldo Lopes Balestrero — Hermógenes Lima Fonseca — Ilza Miranda Bitran — Ivan Lorenzoni Borgo — Ivantir Antonio Borgo — Ivo Amâncio de Oliveira — Jayme

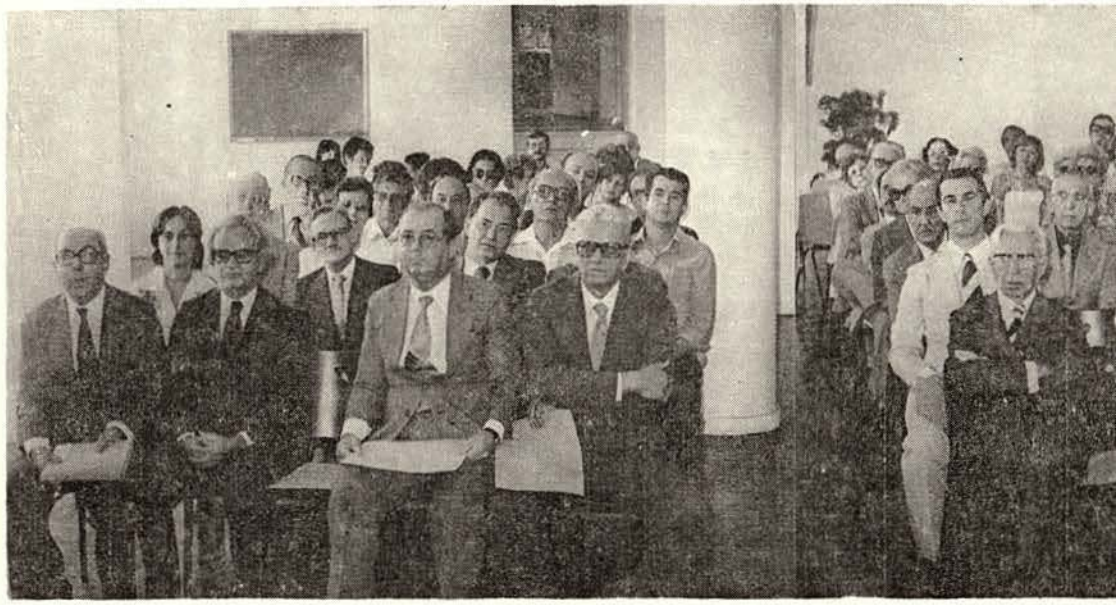
dos Santos Neves — Dom João Batista da Motta e Albuquerque — Joaquim Pires de Amorim — José Antonio Carvalho — José Antonio Ruy Cortes — José Antonio Ruschi Bittencourt — José Paulino Alves Júnior — Judith Leão Castelo Ribeiro — Léa Brigida de Alvarenga Rosa — Léa Carvalho Ferreira — Levy Rocha — Lucia Alves Correa — Luiz Busatto — Luiz Guilherme Santos Neves — Manoel Ceciliano Salles de Almeida — Manoel Milagres Ferreira — Manoel Moreira Camargo — Manoel Xavier Paes Barreto Filho — Maria do Carmo de Novaes Schwab — Maria de Fátima Teixeira Monteiro — Maria Filina Salles de Sá de Miranda — Maria da Penha Siqueira — Maria Stella de Novaes — Maria Yonita de Aguiar Ribeiro — Máximo Borgo Filho — Miguel Arcanjo Kill — Miguel Depes Tallon — Milton Caldeira — Milton Teixeira Garcia — Namyr Carlos de Souza — Nara Salleto da Costa — Neida Lucia Cunha de Moraes — Nélson Abel de Almeida — Nilo Martins da Cunha — Ormando Moraes — Oscar de Almeida Gama Filho — Placidino Passos — Péricles Rocha de Sá — Reinaldo Santos Neves — Renato Bastos Vieira — Renato José Costa Pacheco — Rogério Medeiros — Rômulo Salles de Sá — Sebastião Teixeira Sobreira — Serynes Ferreira Franco — Sonia Maria Demoner — Theóphildo Costa — Vicente da Silva Loureiro — Waldemar Mendes de Andrade — Waldemar Washington de Oliveira — Wlademiro da Silva Santos — Waldir Vitral — Wolne Cassiano Botelho — Wilson Lopes de Rezende.

SÓCIOS BENEMÉRITOS

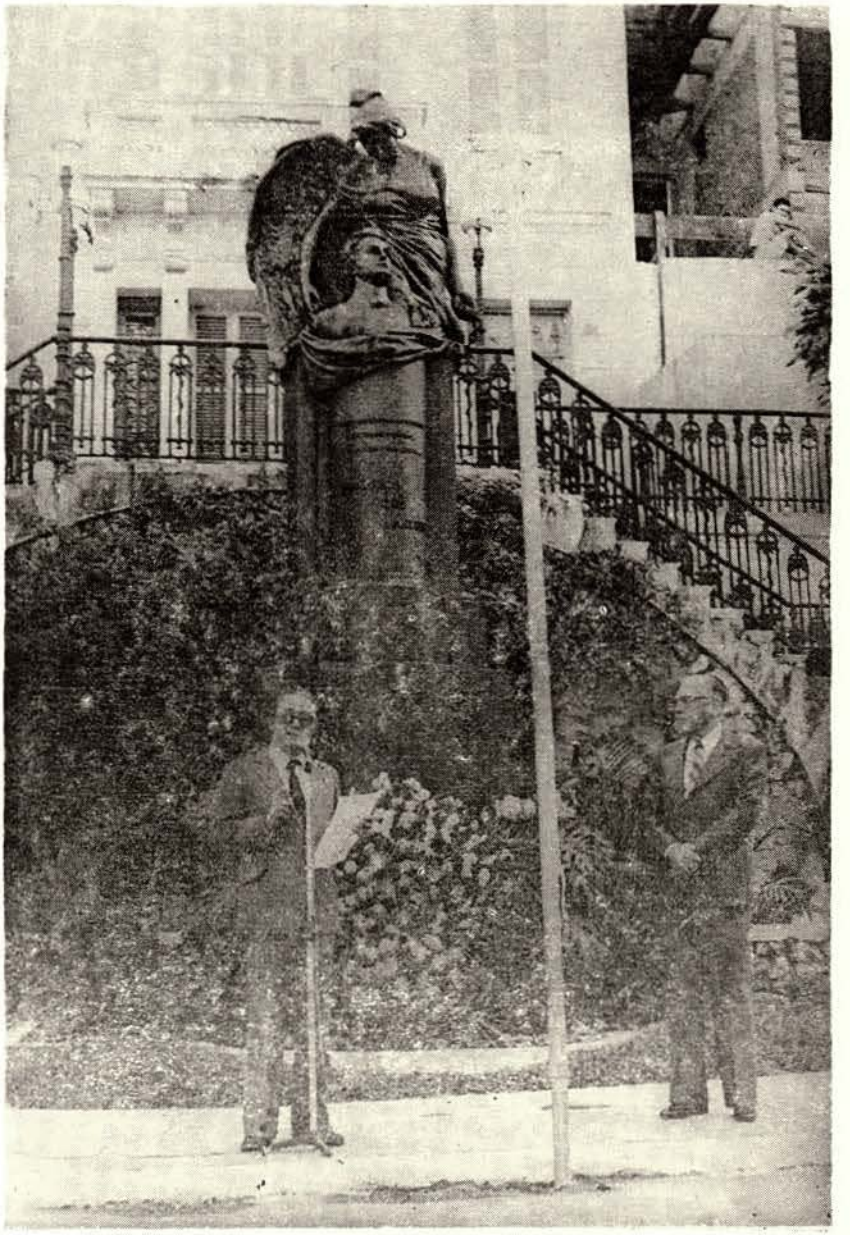
Irmãos Dalla Bernardina — João Miguel Feu Rosa — Construtora Glória Ltda. — Pedro Dadalto — Irmãos Dadalto S.A. — Rudy Maurer—Presidente Banestes S.A. — Encol — S.A. — José Neffa e Irmãos.

SÓCIOS HONORÁRIOS

Augusto Ruschi — Dom João Baptista Cavati.



A assistência que prestigiou a tríplice cerimônia: comemoraç
gundo centenário do nascimento de Domingos José Martins,
novos sócios e solene inauguração da nova sede, que já est
queada ao público desde 15 de novembro de 1980.



O novo sócio, Desembargador e Professor Homero Mafra profere, em frente ao busto de Domingos José Martins, expressiva oração comemorativa do segundo centenário do nascimento do herói capixaba.

ESTUDOS & ENSAIOS

A CASA AZULEJADA DA SERRA — OS BARBOSA LEÃO

Elmo Elton

Já tivemos oportunidade de apreciar, em cidades do Espírito Santo, duas casas com fachadas revestidas de azulejos portugueses. Apenas duas. Uma delas situava-se bem no centro de Guarapari. Foi demolida, recentemente. A outra, ainda de pé, embora mal conservada, pode ser vista na vizinha cidade da Serra, à rua Major Piçarra, nº 245. Essa rua, por muito tempo, se chamou Senador Nabuco. A casa, vista de frente, não tem janelas, mas três portas protegidas por empanadas. Os azulejos trazem estamparia em azul sobre fundo branco. O telhado, de telhas canal, se conserva intacto. Foi construída em 1873, para que nela nascesse Grata da Conceição Barbosa Leão. O nascimento, festejadíssimo, ocorreu a 31 de outubro daquele ano. O proprietário, Luiz Barbosa Leão, era casado com Vitória Maria do Sacramento Leão. Essa casa, de altas portas internas, teto forrado, não chegou, contudo, a ser residência do casal, servindo, apenas, após nascida Grata da Conceição, de hospedaria a amigos da família: — padres, políticos, **cometas**, representantes de firmas comerciais tanto de Vitória como da Corte.

A Serra, dada a prosperidade advinda de suas lavouras de café, também de seus canaviais, despertava o interesse de muitos. O comércio era ativo. A sociedade local, sempre vivamente interessada em tudo que dissesse respeito à igreja, à música, às letras, mormente à política, gostava de mostrar-se aos de fora, de exibir seus atributos, suas tradições de hospitalidade. A Serra era então cognominada, pelo número de seus escritores e artistas, a **Atenas espírito-santense**. Foi, assim, que Luiz Barbosa Leão cuidou de requintar a **casa nova**, mobiliando a sala de visitas com móveis Luiz Felipe, talhados em mogno, mesa central e consolos com tampos de mármore polido, sofá e doze cadeiras de carretilhas com assento de palhinha. Ainda nessa ampla sala, em cujas paredes laterais foram pintadas paisagens com árvores e pássaros sobre barra a óleo imitando madeira, estavam,

artisticamente emoldurados, os retratos de família, bem como um grande espelho veneziano. Jarras, lampiões de procedência belga, tudo da melhor opalina, se distribuiam pelos móveis. O tapete de chão, enorme e belo, trazia a figura de um leão, tecido em amarelo-ouro, como vaidosa referência ao próprio nome da família: — os Barbosa Leão. Na sala de jantar, ligada à de visitas por corredor à direita, figuravam comprida mesa, dois altos armários, um louceiro, além de cadeiras e bancos. Os armários serviam para guardar finos cristais, a prataria da casa (aparelhos de café, de chá, bandejas, paliteiros etc), sendo que, no louceiro, ficavam os jogos de louça inglesa, em azul-borrão, completos. Os dunquerques aparavam castiçais de prata, protegidos por donzelas de cristal lavrado. Também de prata, as espevitadeiras. Nos dois quartos, os únicos existentes na casa, o mobiliário, embora mais modesto, era de jacarandá rosa (marquesas e cômodas), arcas e baús de vinhático, as paredes forradas de papel francês, cada quarto com forração de cor diferente, conforme uso de então. Também nesses dois quartos se viam à parede estampas de santos, em caixilhos de cedro. O sótão, outra dependência do imóvel, às vezes servia de dormitório, sendo que ali, aproveitando a boa ventilação e claridade, a dona e filhas da casa costuravam em máquinas de mão. A casa azulejada ou a casa nova, como era chamada, não tinha cozinha nem banheiro. A cozinha e banheiro, hoje lá existentes, foram adaptados bem depois, já neste século. Os hóspedes se banhavam em bacias de ferro, muito pesadas, e usavam urinóis de fabricação alemã. No fundo do quintal havia o que chamavam de casinha, exígua dependência de madeira com teto de zinco, onde eram despejadas, em fossa, sob camadas de cal, fezes e urina. A casa nova, destinando-se apenas, como dissemos, a hospedes e viajantes (a Serra não tinha hotéis), comunicava-se internamente, através de uma porta, com uma outra casa, onde, de fato, residia a família. Dessa segunda casa, à direita, parede colada à da primeira, em plano pouco mais baixo, tal ainda se observa (a casa nova tinha calçada alta, de pedra), o pouco que dela resta representa, hoje, menos de um terço, quase nada, do que fora antes. Basta se diga que, na comprida fachada, se abriam dez portas para a rua, dez "portas de venda". Luiz Barbosa Leão mantinha, ali, não só residência, mas armazém de secos e molhados, armarinho sortido. Era a sua firma comercial a mais conceituada daquela praça serrana. Possuia, ainda, no mesmo imóvel, bem montada padaria. Os pães (pães, broas e roscas) eram confeccionados

em dependência erguida nos fundos da casa, próxima a uma outra dependência, então alojamento de escravos da família. Dessa segunda casa, a parte restante, ainda de pé, era conhecida como **a da sala do relógio.** Só os cômodos de frente (havia um quarto com oratório e alfaias preciosas, onde, à hora do Angelus, recitavam o terço) eram assoalhados, sendo os demais de chão batido. Nem todos os quartos tinham forro.

No lado esquerdo da casa nova, diga-se ainda, Vitória Maria **(Dona Sinhá)** mantinha jardim, amplo, com raras espécimes de plantas. Um jasmineiro do Cabo floria a um canto da cerca fronteriça à rua. Esse jasmineiro, em determinada época do ano, ficava com o caule recorberto de "largartas moles, pretas, com listras vermelhas", sendo as mesmas temidas pelas moças, porque se dizia na Serra, credulamente tivessem tais lagartas (janaúbas) qualquer contacto com moças, essas engravidavam, de imediato.

Afora esse jardim, tinham grande quintal as duas casas do Barbosa Leão, dando fundos para onde é hoje a avenida Getúlio Vargas (ex-rua Gonçalves Dias). A parte lateral, à esquerda, se estendia até a rua da Cadeia (ou rua Nova), hoje denominada Rômulo Castello, onde só havia um prédio, igualmente propriedade da família. Nesse quintal se espalhavam árvores copadas, fruteiras (gabirobeiras, mangueiras, jaqueiras, pés de fruta-pão, laranjeiras etc), também um cafezal. Ainda um pé de maniçoba, "de caule sedoso, cor de pele de moça", se via ali. No quintal, além da padaria e do alojamento de escravos, funcionavam um forno (da padaria) e um poço para lavagem de panelas, louçaria, formas, coisas assim.

Vitória Maria, católica praticante, chamou a si a tarefa de cuidar da lavagem de toalhas e demais peças de linho da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Serra, tanto que, do outro lado da rua, defronte de sua casa, mandou construir um poço de alvenaria, de borda circular, onde lavava ela mesma, com o auxílio de escravas, todos os paramentos da igreja. Era o Poço do Sacramento. O terreno, em volta, pouco abaixo do nível da rua, num recúo, servia de coradouro, era gramado, tinha alguns arbustos, um deles sempre florido de **babado de sinhá**, tipo de flor assim chamado pelos dali. Era ainda Vitória Maria quem cuidava, zelosamente, da conservação das casulas, das sobrepelizes e alvas, dos véus de sacrário, enfim, dos paramentos da Matriz, bordando-os ou remendando-os no que se mostrava exímia. "Sabia bordar a ouro".

Luiz Barbosa Leão, abolida a escravidão, se despediu

dos escravos, dividindo com eles terras que possuia em Putiri, no município da Serra. Alguns escravos, no entanto, preferiram fixar-se em Betes, outros na Muribeca, localidades próximas. Putiri se tornou um núcleo de lavradores negros. **Cumá Luciana** (**cuma** é corruptela de comadre), ex-escrava, foi para Putiri com outros de sua raça, mas vinha sempre visitar os antigos patrões. Na Matriz da Serra, às cinco horas da manhã de cada primeira segunda-feira do mês, os negros, de opa branca com cola verde, assistiam à missa mandada celebrar pela Irmandade de São Benedito, a que pertenciam. Traziam da roça pequenos "agrados" para Dona Sinhá: farinha de mandioca, infalivelmente.

Quem era Luiz Barbosa Leão

Luiz Barbosa Leão, português, nasceu em Penafiel, provincia do Porto, a 1º de abril de 1824. Veio para o Brasil aos dezoito anos, a conselho de dois tios: Dom Antônio Barbosa Leão, bispo do Porto, conhecido, pela sua inteligência e extrema bondade, como o **Santo Antão de Portugal**, e José Barbosa Leão, médico cirurgião, político, jornalista e filólogo de nomeada. Esses tios não queriam que o sobrinho fosse servir, como soldado tal outros rapazes de sua idade, em colônias portuguesas, na África. José Barbosa Leão já estivera no Brasil. Resolveu, assim, encaminhar o jovem parente a pessoa radicada em Vitória, no Espírito Santo. Essa pessoa, cujo nome não conseguimos registrar, pai do saudoso capixaba Eugênio Neto, arranjou emprego para Luiz no comércio de Vitória. O moço logo se adaptou à nova terra, ganhou algum dinheiro, casando-se com moça de família moradora em Queimado, município da Serra. Enviuvou, dois anos após casado, daí contraindo segundas núpcias com Vitória Maria, residente na localidade de Laranjeiras, também na Serra.

Luiz Barbosa Leão, de boa instrução, conhecia o Latim e o Francês, idiomas aprendidos com o tio bispo, foi político atuante. Na Monarquia, manteve-se fiel ao Imperador. Na República, elegeu-se deputado estadual, cumprindo mandato no período de 1895 a 1900. Exerceu, na Serra, entre outras funções, o cargo de Intendente, hospedando, em alojamento no fundo de sua casa comercial, os primeiros libaneses chegados àquela cidade. Deve-lhe a Serra o primeiro serviço de canalização de água, trazida da Cachoeira do Ouro, no Mestre Álvaro. As tubulações vieram, sob encomenda, da Bahia. Fez construir, de alvenaria, oito artísti-

cos chafarizes hoje destruídos, em pontos diversos da mesma cidade. Esses chafarizes foram construídos pelo engenheiro Jorge Hill, que, deixando residência em Vitória, ali se instalou até a conclusão das obras.

Luiz Barbosa Leão, homem religioso, íntegro e cordial, ao fim da vida, empobreceu, já que empenhado em campanhas políticas, dissipou tudo ou quase tudo que, através de trabalho contínuo e penoso, antes conseguira economizar. Faleceu aos oitenta anos de idade, a 4 de junho de 1904.

Os filhos de Luiz Barbosa Leão

Luiz Barbosa Leão, de seu casamento com Vitória Maria, falecida a 15 de novembro de 1915, teve quatro filhos: — Miguel, Maria da Conceição, Rosa da Conceição, Luiz e Grata da Conceição, sobre os quais conseguimos os seguintes informes:

1) Miguel Barbosa Leão, desde cedo, se revelou um espírito curioso, ativo. O Imperador Pedro II, em suas viagens pelo interior do Espírito Santo, em 1860, visitando a escola pública da Serra, escreveu com referência ao aluno Miguel: "Lê bem; mas pronuncia mal por causa do lábio leporino; respondeu bem em gramática; acha bem o 4º termo d'uma proporção, e acha igualmente a d'uma regra de 3 composta, estuda já há 4 para 5 anos; mas nesta há 3 meses". Adiante acentua que o mesmo aluno, entre os demais, é o de melhor letra (1). O Imperador, na ocasião, manifestou desejo de levar a criança até o Rio para que, ali, às suas expensas, fosse operado, o que só não o fez porque, durante o almoço que, na Serra, lhe fora oferecido pelo Major Pinto Loureiro, este insistiu em afirmar que dita criança tinha pais ricos, não necessitando, assim, da ajuda imperial. Miguel, já adulto, operou o lábio leporino, na própria Serra.

Miguel Barbosa Leão, industrial, abolicionista e republicano, chegou a ter seríssimos atritos com o pai, de quem divergia em questões políticas. Casado com Ana Maria da Conceição Santos, faleceu aos quarenta anos, vitimado por doença cardíaca, deixando os seguintes filhos menores: Maria Grata, Heródoto, Aristóbulo e Kosciuszko e Miguel, então criados na casa dos avós paternos. Maria Grata, casada com João Dalmácio Castelo, deixou descendência ilustre. É mãe da escritora, parlamentar e educadora Judith Leão Castello Ribeiro, a primeira mulher a ser admitida na Academia Espírito-santense de Letras. Aristóbulo, Kosciuszko e

Miguel, além de beletristas, se tornaram conhecidos como educadores.

2) Maria da Conceição (**Moça Mariquinha**), ainda muito jovem, despertou grande paixão a um oficial do Exército, então encarregado de na Serra, recrutar voluntários para a Guerra do Paraguai. O moço desejava casar-se com ela, mas os Barbosa Leão se opuseram, tenazmente, a tal pretensão. Moça Mariquinha faleceu, tuberculosa, exatamente no dia em que completou trinta anos. Pouco antes de entrar em agonia, cantou, com voz firme, o **Magnificat**, surpreendendo aos que a assistiam, visto sua extrema debilidade. Dito militar, cujo nome não conseguimos anotar, terminada a guerra, retornou àquela cidade, na esperança de reencontrar-se com a namorada, já então falecida. Foi o que nos contaram.

3) Rosa da Conceição (**Moça Rosinha** — 1853-1930) casou-se com José Cláudio de Freitas Rosa Júnior, irmão do escritor e jurista espírito-santense Afonso Cláudio. Era mãe de Monsenhor Luiz Cláudio de Freitas Rosa, professor, parlamentar, vigário geral da então Diocese do Espírito Santo, pessoa popularíssima não só em Vitória como em todo o Estado, já falecido.

4) Luiz Barbosa Leão Filho faleceu aos dez anos de idade. Contam que era sujeito a constantes visões sobrenaturais. Seu corpo, após anos de sepultado, conservou-se em estado de mumificação, sendo conduzido, em urna especial, para a Matriz da Serra, a pedido da população local.

5) Grata da Conceição (**Nhãzinha** — 1873-1953) era casada com o Professor João Loyola Pereira Borges, nome dos mais respeitáveis do magistério espírito-santense. Deixou descendência numerosa.

A casa azulezada da Serra, levando-se em conta a modernização da cidade, tende a desaparecer, já que quase todos os sobrados e casas, ali, vêm sendo demolidas, impiedosamente. Mantem-se ainda de pé, graças, unicamente, ao sr. Luiz Leão Borges, que, residindo em Vitória, lá costuma passar os fins-de-semana, conservando, assim, embora precariamente, a propriedade dos avós maternos.
Julho/1981.

(1) V. Levy Rocha, **A viagem de Pedro II ao Espírito Santo**, 2.ª edição, pág. 118. Revista Continental Editorial/INL—MEC, 1980.

LEIS DA PROVÍNCIA

Levy Rocha

Num antiquário carioca, encontrei alguns exemplares do **Livro das Leis** de nossa Província, impressos na segunda metade do século passado. Pela raridade, presumo que poderão servir ao perseverante trabalho que o Diretor do Arquivo Público Estadual, prof. Fernando Achiamé, está fazendo com muito valor e fôlego, xerocando, micro-fotografando e coordenando tais publicações.

De minha parte, em decorrência do interesse motivado pelos dados históricos, particularmente alusivos aos escravos, creio oportunos alguns destaques.

O tomo VII — ano de 1845 — um pequeno folheto impresso no Rio, traz a resolução do vice-presidente da Província, Barão de Itapemirim, criando uma guerrilha para prender criminosos e escravos fugidos. Constava essa guerrilha de 20 homens engajados como voluntários. Recebiam uniformes simples, armamento completo, e não eram obrigados a morar em quartéis. Seus vencimentos, durante o exercício da empresa que lhes determinasse o Presidente, constavam de diárias: dois mil réis ao Comandante e um mil réis ao guerrilha. Eram gratificados, quando capturassem os indíciados em crime de morte, com dez mil réis o comandante, e cinco mil réis a cada subordinado.

O senhor cujo escravo fosse capturado na cidade, vila ou lugar de sua residência, pagaria aos cofres provinciais além das despesas feitas com o cativo dezeseis mil réis ou quantia em dobro se a captura se realizasse na distância de três léguas. Pagaria sessenta e quatro mil réis se a prisão fosse efetuada a maiores distâncias e, caso a mesma transpusesse os limites territoriais da Província, pagaria cem mil réis.

No tomo XV — Tip. Capitaniense, de M.P. D'Azeredo, 1853 — a Lei sancionada pelo Pres., Dr. Evaristo Ladislau e Silva, estabelecia normas de arrecadação da receita provincial. Determinava "meia ciza por venda de escravos" e o "imposto de trinta mil réis por escravo que se exportar para ser vendido fora da Província". Estabelecia "multa

de duzentos mil réis aos que transportassem escravos por mar ou por terra, sem o pagamento dêsse imposto", sendo a mesma multa extensiva aos mestres das embarcações que fossem usadas no transporte.

No tomo XXXII — Tip. do **Correio da Vitória**, 1869 — que contém as Leis e Resoluções da Ass. Legislativa na sessão ordinária do ano anterior, o Pres., Dr. Luiz Antônio Fernandes Pinheiro extinguiu "a guerrilha criada pela Lei nº 550 de 3-6-1867, no município de Itapemirim, para a captura de criminosos e escravos fugidos".

Outro decreto especifica proibição de "andarem mendigando pelas ruas escravos ou libertos doentes de moléstias repugnantes e contagiosas. Seus senhores e os que o tiverem sido, se os libertarem nesse estado, serão obrigados a recolhe-los a lugares retirados do centro do povoado os quais serão designados pela Câmara e, se o não fizerem depois de advertidos pelo fiscal, incorrerão na multa de dez mil réis e prisão por cinco dias, além da obrigação de pagar as despesas feitas com o transporte desses indivíduos para o lugar que for marcado ou para qualquer hospital".

Era proibido comprar a escravo, sem licença escrita do seu senhor, qualquer gênero de cultura ou de fabrico, objetos de qualquer espécie ou valor. "O infrator pagará cinquenta mil réis de multa" — firmava a Lei — ajuntando que no caso da compra ter sido feita à noite, a multa era dobrada.

O negociante, lojista, taverneiro ou quitandeiro que consentisse em sua casa reunião e palestra de escravos, ficava incurso na multa de cinco mil réis que dobraria quando a infração ocorresse à noite.

Proibia-se a mascateação sem licença da Câmara e nenhum mascate poderia vender a escravos, nas fazendas ou situações, sem autorização dos respectivos proprietários, sob pena de multa de vinte mil réis.

Os arrematantes de passagens dos rios os quais se obrigavam a manter canoa de 35 palmos de comprimento e 4 de boca, estanque e segura para nela transportar passageiro a sessenta réis; animal em corda ou freio a quarenta réis e a vinte réis por qualquer volume de carga — eram proibidos de dar passagem a escravos fugidos ou suspeitos disso. A penalidade pela infração poderia variar de dez a vinte mil réis.

As armas ofensivas cujo uso se permitia a pessoa de bons costumes, eram a clavina e espingarda de caça, pistolas de coldres e revolver de cintura, tendo 14 polegadas de

comprimento, espada de 18 polegadas para cima, dita de caça ou de mato, ou facão de 16 polegadas para cima.

O negociante ou qualquer outra pessoa que vendesse aos cativos pólvora, munição e armas de qualquer espécie, era multado em dez mil réis além de preso por cinco dias. Incorriam nas mesmas penas os ferreiros, espingardeiros, cutilheiros e amoladores de ferros, se consertassem e preparassem armas de qualquer espécie pertencentes a escravos ou a pessoas suspeitas. Quem vendesse substâncias ativas ou venenosas a escravos, menores ou pessoas suspeitas, era multado em vinte mil réis, sujeitando-se mais à prisão de cinco dias.

Quanto à conduta das pessoas, nas ruas e praças, das dez da noite em diante proibiam-se os ajuntamentos com tocatas de viola, cantorias e danças chamadas vulgarmente fado, sendo imposta aos contraventores a multa de dez mil réis. Também sob pena de multa, era proibido tirar esmolas para o Espírito Santo e Trindade com tocatas de viola, de tambor e cantorias por indivíduos chamados vulgarmente foliões, sem prévia licença da Câmara e da autoridade policial. Nas disposições gerais dessa Resolução decretada em 1868, regulava-se que "sempre que o contraventor for escravo, será o seu senhor obrigado a pagar a multa, e se não quiser será ela substituida por prisão que sofrerá o escravo".

Afinal para não alongar a conversa com os leitores, vamos ao nosso paragrafo com um desabafo: como demorou a Abolição da Escravatura!

ANCHIETA NO ESPÍRITO SANTO

Guilherme Santos Neves

Uma das influências mais atuantes de Anchieta, entre a gente capixaba, pode-se dizer, projetou-se através da ação pedagógica de seu teatro. Tal como ocorreu em outras Capitanias, também no Espírito Santo se armou, nos largos e praças, ao ar livre, o teatro anchietense, medieval, popular e devoto.

Os autos e as pequenas peças — algumas delas de mera circunstâncias, mas todas com aquele ar de ingênua e santa simplicidade — foram escritas e representadas na Vila de Vitória, em Guarapari, em Reritiba, em Vila Velha e, certo, em outros recantos da Capitania, incluindo, no "elenco", indígenas grandes e pequenos, dos quais se aproveitavam língua, música e danças.

Do teatro de Anchieta em terras capixabas conhecem-se **o Diálogo da Ave-Maria,** segundo Galante de Sousa "representado na Capitania do Espírito Santo a 8 de dezembro de 1584"; o **"Diálogo da Assunção** que, na obra de Anchieta, traz como referência: "Dia da Assunção, quando levaram sua imagem a Reritiba"; o **Diálogo de Guarapari,** aí representado em 1587, por ocasião da visita que fêz à aldeia o Padre Provincial Marçal Beliarte; o **Auto da Vila de Vitória,** também chamado de **Auto de São Maurício**, composto e representado naquela Vila, talvez em 1595, segundo o supõe o Padre Viotti.

Aliás, pode-se afirmar, foi Anchieta quem — se não a criou — preponderantemente influiu na devoção capixaba a São Maurício, cujas relíquias se guardavam na Igreja de Santiago, em Vitória, e onde, há muitos anos, existiu o Forte São Maurício, edificado no interior da pequena baía. Dessas relíquias, dessa devoção e dêsse forte, nada mais restou, infelizmente.

Também se tem como certo que o **Auto de Santa Úrsula** foi levado à cena em Vitória, "quando no Espírito Santo (informa a rubrica das obras de Anchieta) se recebeu uma relíquia das Onze Mil Virgens".

Sabe-se que, no Espírito Santo — como em outras

partes do Brasil colonial — se fixou, por muito tempo, uma festa consagrada a essas Virgens mártires, à qual se refere o padre capixaba Antunes de Sequeira, em seu "Esbôço Histórico dos Costumes do Povo espírito-santense". Aí se lê que "Os jesuitas, para distrair os estudantes do seu Colégio, dando-lhes folga ao espírito fatigado pelas vigílias e labôres do estudo, criaram uma festa religiosa consagrada às onze mil virgens, de que foram chefes Santa Córdula e Santa Úrsula, além de São Miguel, o orago da decúria de gramática, e aquelas dos segundo e terceiranistas de latim".

É possível tenha-se repetido, durante muitos anos, em Vitória, êsse **Auto de Santa Úrsula**, prolongando-se, assim, o nome e a lembrança do santo jesuita entre o povo e os estudantes, naquelas festas religiosas.

A última peça do teatro anchietense — provavelmente escrita e representada no Espírito Santo — é a que, em seus escritos, se intitula "Na Visitação de Santa Isabel". Foi — segundo bem o demonstra a Professora Maria de Lourdes de Paula Martins — a derradeira produção teatral de Anchieta, escrita por volta de 1597. Sua representação — tudo o indica — ocorreu em Vila Velha, quando da inauguração da Santa Casa, a primeira Misericórdia da Capitania. Afirma-o a Professora Maria de Lourdes: "Última composição poética do caderno de Anchieta e, provavelmente, última de sua vida, "Na Visitação de Santa Isabel", simboliza a sua obra de bondade, trabalho, compreensão".

Outras pequeninas peças deve ter, antes, composto Anchieta, para representações ligeiras em terras capixabas. As suas 'Cantigas ao Divino" — "que os meninos e as moças cantavam pelas ruas", conforme depoimento de Catarina Afonso, natural do Espírito Santo, no Processo apostólico do Rio de Janeiro — essas "Cantigas ao Divino" talvez se desgarrassem de Lapinhas anchietenses que, então, em toda a parte se representavam. E é bem possível que, nos cânticos de **Reis** que, ainda hoje (creio) o povo capixaba entoa, no ciclo do Natal, se intercalem versos daqueles pequenos dramas de Anchieta, versos de exaltação e de louvor à Virgem e ao Menino Jesus, curumim divinal...

Porque era o médico, o confidente, o conselheiro, o protetor dos que, à época, viviam ao seu lado no Espírito Santo, conseguiu Anchieta captar a simpatia, o amor, a reverência, a devoção de todos os capixabas. Isso o afirmou, convicto, o Padre Viotti: "Tudo o que até hoje li sôbre Anchieta na Capitania do Espírito Santo, atesta que a venera-

ção que lhe votavam reunia a unanimidade absoluta dos seus habitantes".

Bibliografia:

J. Galante de Souza — "O Teatro no Brasil" Rio, 1960, vol. I, pg. 99

Padre Viotti — "O livrinho de várias poesias" do Padre José de Anchieta, in "Jornal do Comércio" Rio, ed. ... 31.5.1953.

Antunes de Sequeira — "Esbôço Histórico dos Costumes do Povo espírito-santense" Impresa Oficial, Vitória, ES, 1944, 2 Ed. pg 74.

Maria de Lourdes de Paula Martins — "Na Vila de Vitória e Na Visitação de Santa Isabel", São Paulo, 1950, 129.

OS BAIXOS DOS PARGOS

Almeida Cousin

Segundo o Barão do Rio Branco — citado por Mário Aristides Freire em "A Capitania do Espírito Santo" (Tip. Vida Capixaba — Vitória —1945) — a entrada de Vitória foi descoberta pela expedição de André Gonçalves, pilotada por Américo Vespúcio, no dia consagrado a Santa Luzia (13 de dezembro) de 1501. A asertiva é confirmada ainda hoje pelo nome do Farol de Santa Luzia, dado ao da entrada dessa barra.

A mesma expedição de Vespúcio (que poderia ter tido o comando de D. Nuno Manoel, segundo conjectura Varnhagen, ou de Gonçalo Coelho, segundo Hélio Viana e mais outros historiadores), essa mesma expedição pode ter encontrado e batizado também os "Baixos dos Pargos". Vespúcio perlongou muito essas paragens, pois estabeleceu até, em Cabo Frio, a primeira feitoria portuguêsa. Essa versão parece melhor que a de Basílio de Carvalho Daennon em sua "História Cronológica e Sinopse Estatística da Província do Espírito Santo" (Vitória — 1879) que afirma o descobrimento de Vitória por expedição de Cristóvão Jaques, de 4 a 6 de julho de 1504.

Mário Aristides Freire diz ainda, um tanto vagamente e sem citar as fontes, que antigos portulanos consignariam o acidente, chamando-o "baixos de los pargos". A confirmar-se, essa expressão espanhola faria pensar na viagem de Juan Dias de Solis ao Rio da Prata, ou mesmo na de Magalhães, costeando por ali, como o fêz, na célebre viagem de circunavegação.

A última hipótese cronológicamente possível, é terem sido os baixos encontrados pela expedição de Martim Afonso e Pero Lopes de Souza (1531), quando fêz o levantamento e medição da terra, antes e para que fôsse loteada em capitanias, mas, nesse caso, estariam êles consignados no "Diário de Navegação", de Pero Lopes, que já foi editado, mas não nos foi possível compulsar. Deve ser rejeitada a hipótese extrema: de que a êsses baixos tivesse chegado Pero Goes, ao tomar posse das suas 30 léguas de terra, a partir de

13 léguas para diante do Cabo Frio, no ponto em que terminava o último lote doado a Martim Afonso de Souza.

De qualquer modo, a expressão "Baixos dos Pargos" (como figura no documento reproduzido por Braz da Costa Rubim, em 1861) já era conhecida anteriormente à doação de 1534, quando marcou o primeiro limite mencionado entre as capitanias de Vasco Fernandes Coutinho e Pero Goes, como se verifica na respectiva "Carta de Confirmação".

A expressão indica, evidentemente, um acidente de geografia física: "baixos" são conjuntos de recifes perigosos para a navegação, podendo ser suficientemente escondidos para não aflorarem nas marés; "pargos" são peixes teleóstenos do gênero "Parca", que ali deviam ter sido notados, motivando o nome.

Doada a Capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho (em carta de doação feita em Évora, 1º de Janeiro de 1534 (Rubim) é completada com uma ressalva, relativa ao pescado, de 25 de setembro do mesmo ano), não foram os ditos "Baixos dos Pargos" localizados pelos dois donatarios limítrofes — Vasco Fernandes Coutinho e Pero Goes — deixando ambos transparecer dúvidas propositais quanto à sua localização e alegando dificuldades em procurá-los quando se dirigiram, pouco depois, a D. João III, pedindo como limite o rio Tapemeri (Itapemirim).

Pero Goes prestara, antes de 1539, grande auxílio a Coutinho, nas suas lutas contra os índios, de sorte que, por gratidão alegada e por conveniência mútuas, tinham concordado ambos em deslocar os seus limites, passando-os dos indefinidos "Baixos dos Pargos" para a definida linha do rio Tapemeri, que foi por ambos chamado Rio de Santa Catarina, e havendo D. João III por bem confirmar êsse acordo, o que foi feito por "Carta de Confirmação", datada de Almeria, a 12 de março de 1543. Êsses dois documentos — Doacão e Confirmação — acham-se transcritos integralmente em "Memórias Históricas Documentadas da Província do Espírito Santo", de Braz da Costa Rubim (Tip de D. Luiz dos Santos — Rua Nova do Ouvidor, nº 20 — Rio de Janeiro— 1861) e estão repetidos na "História da Província do Espírito Santo", de Misael Ferreira Pena (Rio de Janeiro — 1878).

Do teor da petição de Vasco Fernandes Coutinho a D. João III assinada a 14 de agôsto de 1539 e reproduzida na referida "Carta de Confirmação", copio de Braz Rubim esta passagem, confusa no estilo, mas que esclarece a situação".

Digo eu Vasco Fernandes Coutinho, que é verdade

que nós somos demarcados, Pedro (SIC) de Goes e eu por o rio Santa Catarina, que esta a 21 graus, a qual demarcação fizemos porque o dito Pedro Goes tinha 30 léguas de terra que se acabavam nos baixos dos Pargos e porque sustinham que os ditos baixos eram ao sul do dito rio e também até êle e avante havia presunção dêles para a banda do norte do dito rio chegarem os ditos baixos e para ser isto haver de averiguar havia mister tempo, para escusar isto e por me parecer ficar eu demarcado pelo dito rio pela demarcação nossa que El Rei Nosso Senhor houve por boa, e depois de tal demarcação feita porque nela houve de ajudar-me a fazer obras porque depois de Deus a minha capitania se sustivesse, e eu recebi grande bem em dar-me escravos e outras boas obras o dito Pedro Goes teve escrúpulos em sua consciência muita vêzes, porque isto não foi declarado a El-Rei Nosso Senhor pelo miudo se seria conloio e me pediu e requereu se era satisfeito da tal demarcação ou se me parecia que dava do meu e me achava enganado ao qual eu digo que não mas que sou contente de tal demarcação... etc".

Dêsse trêcho depreendem-se, apesar do estilo confuso, as seguintes indicações: a (que, apesar das possíveis dúvidas e alegadas dificuldades em localiza-los, os Baixos dos Pargos presumiam-se estar ao sul do rio Tapemiri ou Santa Catarina; b) que Vasco Fernandes Coutinho, explicitamente e de bom grado, abria a mão do seu possível direito a essas terras do sul, em vista dos socorros e auxílios recebidos de Pero Goes;

Mais adiante, pela mesma "Carta de Confirmação", percebe-se também; c) que D. João III bem compreendia a situação pois, que, por duas vêzes prevê a hipótese de serem em qualquer tempo os ditos baixos encontrados ao sul do rio Santa Catarina, fazendo, porém, a Pero Goes "doação e mercê para que chegasse com a terra de sua capitania do rio de Santa Catarina" e, mais adiante, repetindo: "... na doação dita capitania, para que possa chegar e chegue com sua terra dela ao dito rio de Santa Catarina".

Em nenhum lugar dessa "Carta de Confirmação" cogitou El-Rei da hipótese contrária, isto é: a de que os baixos pudessem ser encontrados ao norte e Vasco Fernandes Coutinho, ou seus herdeiros, precisassem de chegar, por supletiva doação real, ao referido rio.

Muito menos se pode admitir, diante da mesma "Carta de Confirmação", que os baixos coincidissem com a embocadura do Itapemirim — pois, nesse caso, não haveria necessidade de acôrdo entre os donatários, para mudarem um

limite para onde já estava, sendo inconcebível ou apêlo para confirmarção real — como o apêlo foi feito e a confirmação concedida.

É, aliás, sabido que a barra do Itapemirim não tem baixos, nem êles existem por perto. Há ali umas pedras, ou "ilhotas", bem visíveis (chamadas Itaputeção) para caracterizar o rio que passava a dividir as terras de Pero Goes e Vasco Fernandes Coutinho, as quais, depois da confirmação, "partem ambas de um rio que tem na boca a entrada de umas ilhotas de pedra de baixa mar e daí cobre outra ilhota mais pequena, ou qual rio se chama na lingua dos índios Tapemiri".

Torna-se-nos, desta maneira, impossível secundar a posição de Alberto (Frederico de Moraes) Lamego, quando êsse colendo mestre aceita situar o "Baixo de Pargo" (como êle diz sempre) no rio Itapemirim, como o faz em várias passagens do seu monumental trabalho "A Terra Goitacá" e em outras do mesmo trabalho decorrentes — destacando-se o capítulo "O Baixo de Pargos de Santa Catarina das Mós", no opúsculo "Mentiras Históricas" e o seu artigo de 24-9-1950, sôbre controvérsias de antigas jurisdições, neste mesmo venerando Jornal do Comércio.

Sem contestar, pois as teses e muito menos a autoridade do ilustre historiador — pelo qual nos vamos guiar sem jamais nos afastar da sua preciosa documentação — verificamos que, neste detalhe, foi ele vítima de um engano de interpretação, identificando e confundindo os "baixos", que são um acidente físico irremovível, com um limite entre capitanias, que foi mera convenção entre os donatários, referendada por El-Rei.

Encontramos essa explicação na sua própria obra ("A Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos" — Editor Garnier Bruxelas, e Rio de Janeiro — sem data, mas trazendo prefácio do autor de Bruxelas 1913) Vol II — Pág. 146), onde textualmente diz: "por outro lado, a carta de confirmação dos limites das capitanias de Vasco Fernandes Coutinho e Pero Goes da Silveira, de 12 de março de 1543 (Nota 7 — Livro I) já havia determinado que o Baixo de Pargos fôsse no rio Itapemirim (Tapemiri), então denominado pelos menos donatários Santa Catarina". O grifo é nosso.

Assim explicada — por êle mesmo — a atitude do eminente historiador.

Aceitos e confirmados por D. João III os limites de Vasco Fernandes Coutinho e Pero Goes pelo Rio de Santa Catarina, ou Itapemirim, nem por isto as duas capitanias

se colonizaram. Tão asperas tornaram-se as lutas com os índios, que várias povoações desapareceram sem deixar vestígios, não podendo ser localizadas no terreno e apenas levantando hipóteses e teses entre os historiadores — embora estejam documentadas as respectivas fundações. Assim sucedeu com Santa Catarina das Mós e a Vila da Rainha — ambas duas vêzes fundadas — além de nucleos menores, como Aguapé (Piúma?), de Vasco Fernandes Coutinho e os engenhos de Pero e Gil de Goes, junto ao rio Managé, ou Itabapoana. Em breve, nessas lutas, era já Pero Goes quem recebia socorro e auxílio de Coutinho e eram ambas as capitanias que decaiam. A de São Tomé passou para a Coroa em 1619, enquanto a do Espírito Santo (com muitas vicissitudes) resistiu até 1718, quando teve o mesmo destino.

Depois da citada "Carta de Confirmação", tranquilo silêncio histórico reinou sôbre os limites das duas capitanias só voltando a ser quebrado depois de 15 de setembro de 1674, quando a Capitania de São Tomé foi novamente doada — desta vez por influência de Salvador Correa de Sá e Benevides — aos filhos do mesmo; Martim Correa de Sá, primeiro visconde de Asseca, e seu irmão João Corrêa de Sá. Aos mesmos foram também concedidas, no ano seguinte... (1675), a vastidão das terras não colonizadas ao sul da Capitania de São Vicente, abrangendo a Ilha de Santa Catarina e chegando ao Cabo de Santa Maria, onde se presumia estarem os limites com as terras espanholas. Ganhavam êles uma estação avaliada em 75 léguas, as quais, reunidas às 25 léguas não doadas a outros, que ainda restavam na antiga Capitania de São Tomé, entregavam aos dois irmãos e aos seus descendentes, nada menos de 100 léguas de costa, com que formariam, estratos descontinuos, duas capitanias, de 50 léguas cada uma.

Alberto Lamêgo, na grande obra citada, "A Terra Goitacá", historia os detalhes e documenta todas as fases dessa concessão, assim como os acontecimentos posteriores, que adiante referimos.

Na partilha entre os irmãos visconde de Asseca, os descendentes diretos de Martim Corrêa de Sá, ficariam com 20 léguas no sul da Capitania de São Tomé, então chamada Paraíba do Sul, a partir das terras já doadas, em poder de Diogo de Faro (e chegariam quase ao Rio Itabapoana). João Corrêa de Sá com as 5 léguas restantes ao norte, até a Capitania do Espírito Santo.

As terras desertas concedidas no sul nunca foram colonizadas pelos, descendentes de Salvador Corrêa de Sá e

Benevides. A própria Capitania de Paraíba do Sul, (ou São Tomé) estêve administrada pelo procurador Martim Corrêa de Vasqueanes, o fundador de Campos e São João da Barra atuais, enquanto os donatários encontravam-se na Índia. Não estavam, entretanto, satisfeitas as ambições territoriais dos Corrêa de Sá. Renovaram mortas, questões de limites com a Capitania do Espírito Santo — que fôra comprada, por Francisco Gil de Araújo — passando a ser evocado o Baixo de Pargos e (não mais os "Baixos de Pargos", conforme está na "Carta de Confirmação", publicada em 1861 por Braz da Costa Rubim) como referência de limites.

Essa referência, porém, deixava, agora, de aparecer como um acidente geográfico irremovivel: tornava-se caprichosamente móvel, fixado ora ao sul, ora ao norte do Itapemirim, por meio de marcos, cujo arrancamento e mudança passou a constituir objeto de reclamações, na longa querela estabelecida entre Francisco Gil de Araújo e os Viscondes de Asseca. As ambições dêstes tornam-se evidentes quando pretendem deslocar o "Baixo de Pargos " até perto de Vitória, pedindo a medição da Capitania do Espírito Santo e que "enquanto não se procedesse à medição, fôsse a divisa das capitanias, por êsse lado, a aldeia de Iriritiba, que devia fazer parte integrante de suas terras". ("A Terra Goitacá" — Vol. II — Pág. 143).

Ora, a aldeia de Iriritiba (ou Rerigitiba, com R. branco, como o pronunciavam os índios), fundada por Anchieta, é o lugar que também teve o seu nome e é Benevente atual. o tal "Baixo de Pargos" ficaria, assim, deslocado para a Ponta dos Castelhanos!

A questão só teve solução definitiva (vindo dela, historicamente, os atuais limites dos dois Estados), quando, por despacho de 11 de maio de 1726, D. João V mandou passar confirmação ao Visconde de Asseca na posse da Capitania da Paraíba do Sul, entre as do Espírito Santo e Cabo Frio, como vinte léguas de costa e dez para o sertão sómente".

Desta maneira, extinto no reinado seguinte (D. José I), o regime de capitanias doadas, fixaram-se os limites sôbre o Itabapoana, como linha natural.

Em 1935 era eu professor do Ginásio do Espírito Santo e acompanhei, por terra, uma viagem que realizavam de Vitória a Campos dois escoteiros do mar, meus alunos, Eugênio Pellerano e Maurício Júdice Achiamé, numa jangadinha leve e fragil, a vela e remo, montada sôbre dois flutuantes ao rés-de-água: "Scarpa".

Viagem aventurosa e acidentada. Realizou-se sempre

navegando um pouco mais próximo da costa do que o faziam os outros barcos — dadas as dimensões da jangada. Encontra-se consignada nos anais dos dois clubes de regatas Saldanha da Gama — o de Vitória e o de Campos — e nas notícias da imprensa das duas cidades. Vem realizada minuciosamente no "diário de bordo" da "Scarpa", feito por Eugênio Pellerano (hoje professor da Escola Técnica Nacional, físico e inventor conhecido), que o conserva carinhosamente.

Nessa viagem os dois escoteiros partiram, em 2 de fevereiro de 1935, de Barra do Itapemirim para Barra do Itabapoana, como etapa daquele dia a mais longa de todas. Eu devia acompanha-los, a cavalo, pela orla da praia, realizando, (em sentido contrário) um pedaço da viagem do naturalista Saint-Hilaire e encontrando ainda quase deserta a mesma costa. Mas o meu guia teve mêdo de que a maré não nos desse passagem na barra do Sirium riacho pequeno, mas que engrossava nessas horas. Preferiu passar por uma estrada de dentro, para alcançar de novo a praia depois dessa barra, descendo nós do platô — no lugar onde ele forma um alto barranco costeiro, conhecido como "as Barreiras do Siri".

Ainda do alto, divisamos "Scarpa", de vela grande enrolada e colhendo até sua pequena bujarrona azul. Avançava cautelosamente, como em dificuldades. Pareceu-me dessa altura ver alguns afloramentos de espuma e talvez manchas mais escuras, de pedras submersas naquele mar transparente, ainda em claras luzes matinais.

O que acontecia aos escoteiros, quero descrever com as próprias palavras do "diário de bordo" e no estilo juvenil de Pellerano — que fazia a sua navegação com seriedade, trazendo bússula e orientado pelos detalhados mapas inglêses, os então usados pelos nossos pilotos da navegação costeira:

"Deixamos o hotel às 5,30... O professor Cousin partiu cedinho de Marataízes, para nos esperar em Barra do Itabapoana. As 6 horas zarpamos. O tempo estava ótimo. O vento era terral e o mar, um pouco agitado, estava rebentando fortemente na barra. Apanhamos o canal e, com cautela, procuramos segui-lo, a remo, até além do farolete (da Itaputera), onde já não havia muito perigo... Orientamos a carta com a bússula e tomamos o rumo SSO... Alguns quartos de hora depois, íamos passando por Marataíses que ainda dormia... As 9 horas, começamos a perceber que a costa mostrava aspectos diferentes dos anteriores. Observa-

vam-se elevações e depressões e as praias diminuindo, aparecendo grande barreiras de silicato de ferro (sic), onde as vagas batiam. Pouco mais adiante notávamos uma ponta avançada para o mar, onde víamos, de quando em vez, manchas brancas, como se houvesse arrebentação. Entretanto continuávamos despreoculpados no mesmo rumo, pois, pela carta, o caminho era o que estavamos seguindo. Estavamos navegando junto da costa, no trecho denominado "Barreiras do Siri", onde, realmente, as barreiras são continuas e bem altas, formando despenhadeiros.

A 12 milhas, mais ou menos, da Barra do Itapemirim, observamos que o nosso mapa estava falho, pois indicava costa limpa e na realidade estavamos navegando no mar recifoso e acidentado, cheios de perigos que nos ameaçavam. A menos de uma milha distinguimos, na pequenina ponta que se deslocava das barreiras, uma grande serra de recifes (sic) negros mergulhados no mar e surgindo depois aflorados em direção ao largo, deixando como que um canal perto da costa. Estavamos próximos demais para nos afastar do litoral. Resolvemos então seguir para diante e aventurar a passagem por entre as rochas, pelo canal aparente.

O mar estava amarulhado, mas a cada momento rebentava fortemente sôbre os baixos. Ferramos o pano e, a remo, aproximamos-nos do canal. O prumo, dava apenas dois metros. Já era raso demais. Aceleramos um pouco mais a marcha, porém observando cautelosamente os movimentos do mar, pois uma marreta ali arrebentando causaria um desastre. Avançamos bem uns 80m mas logo encontramos um cordão de arecifes pela proa, cerrando o canal. Notamos uma onda que vinha-se aproximando. Estavamos entre pedregulho, que afloravam por toda parte e à profundidade de apenas 1,30. Conservamos firme a proa da jangadinha para a direção daquela carga da água, que já vinha esbranquiçada e com a crista transparente.

Maurício apruma teu corpo no finca-pé e segura firme a próxima remada, para que ela não nos leve no embrulho!...

Arrebentou a menos de oito metros e, quando a carga de água que rolava sobre o nível do mar tocou a proa, gritei:

— Agora, Maurício!... Vamos!... Já!

O choque foi violento. A água cobriu todo o barco, esbarrando primeiro nas costas do companheiro e depois no meu peito, passando pela popa com rumo a terra.

Passando o "dilúvio", apressamo-nos em sair dêsse

meio inconveniente: fizemos uma série de ziguezagues para SSO, procurando os lugares mais fundos, até que, depois de uns vinte minutos, livramo-nos daquele "abrolho".

Tomamos novamente rumo de SSO e com os panos içados, seguimos atentos a qualquer novidade que pudesse aparecer, pois ainda notávamos alguns baixos pela rota. Ao longe, a proa, avistamos a Ilha das Andorinhas.

O mapa indicava-a isolada, a um quarto de milha da costa. Chegando próximo, notamos forte arrebentação sobre a sua face, arrecifada, do norte. Carregamos um pouco os lemes para BE, no intuito de volteá-la pela extremidade do oeste e abordar pelo sul. Nessa pequena evolução quase levamos a breca. Era só pedra e ostra a valer, desde a ilha até à praia.

A ILHA DAS ANDORINHAS — sua forma é alongada, tendo as duas extremidades, como já disse diametralmente opostas, nos sentidos de W e L — e não NNE e SSO, como indicava o nosso mapa. Sua posição geográfica é a seguinte 21º. 10'30" Long. S. 40º 54'5" Lat. W Grw.

Fica a 14 milhas e 1/3 da foz do Itapemirim e a 9,6 milhas da foz do Itabapoana. Sua parte mais elevada está a 2,3 metros do nível médio do mar.

A transcrição foi longa e pitoresca, mas veremos que proveitosa. Deixamos agora o relatório de Pellerano, na "Scarpa" — cuja viagem prosseguiu e terminou satisfatóriamente, com muitas peripécias. Nessa época eu lecionava História Universal, sem História do Brasil. Não cogitava, nem mesmo sabia, dos "Baixos dos Pargos", cuja documentação vim a conhecer mais tarde. Apaixonei-me pelo assunto, conservando-o, porém, sigiloso, pois desejava fazer dêle tese de concurso de provas, para efetivação no Colégio Pedro II, onde já ingressava concorrendo por títulos. Fui efetivado por tempo, sem êsse concurso, e agora, já inativo, retorno ao tema tomando-o como tese de História local.

Tomando-se o Cabo Branco como no meio da Capitania de Itamaracá, seria fácil para nós, hoje, medindo-as por suas léguas de terra doada, do norte para o sul, traçar os limites das primeiras capitanias — que nunca foram rigorosamente demarcadas por seus donatários.

Pelas léguas concedidas aos outros, a Capitania de Pôrto Seguro, do infeliz Pero do Campo Tourinho-arruinada pelos índios, enquanto o donatário voltava, enredado num processo de heresia — devia acabar um pouco ao sul do Mucuri. Pela Carta de Doação, a capitania seguinte, a de Vasco Fernandes Coutinho, era "de cinquenta léguas de terra

na dita costa do Brasil, as quais começarão na parte onde acabam as cinquenta léguas de que tenho feito mercê a Pero do Campo Tourinho e correrão para a banda do sul quanto couber nas ditas cinquenta léguas". Devia ela, pois, começar no Mucuri, chegando um pouso ao sul do Itabapoana, de sorte que êsses rios marcariam, aproximadamente, os seus limites naturais, sem serem, rigorosamente, os da Carta.

Embora declarasse a mesma que "Me apraz que em tempo algum não possa a dita capitania e governança e tôdas as coisas que por esta doação dou ao dito Vasco Fernandes, partir, nem escambar, despedaçar, nem de outro modo alienar", já vimos que El-Rei não foi intransigente nesse propósito, pois que aprovou o ajuste de limites com Pero de Goes, alterando a sua própria determinação.

Quanto à capitania dêste último, a de São Tomé, foi doada com limites que partiam do sul, marcados por um acidente natural saliente: o Cabo Frio. Começava ela a 13 léguas do mesmo Cabo, no ponto em que terminava o último lote de Martim Afonso de Souza (entre Macaé e Rio das Ostras), devendo correr 30 léguas para o norte, para encontrar-se com a capitania de Vasco Fernandes Coutinho (a qual, com isto, iria perder algumas das suas 50 léguas), nos "Baixos dos Pargos".

Já vimos como os dois donatários não quiseram procurar êsse limite, preferindo, com o beneplácito real, ajustá-lo pelo rio Tapemiri, ou Santa Catarina.

E onde estariam os "Baixos dos Pargos"?

Quem tomar um compasso com a abertura correspondente a 30 léguas na escala do mapa utilizado e colocar uma das pontas sôbre Macaé, verá a outra ponta atingir a costa espírito-santense em um ponto colocado entre o Itabapoana e o Itapemirim. Se passar daí a outro mapa mais detalhado, como os da navegação, encontrará êsse ponto a cêrca de uma milha para NNE da pequena Ilha das Andorinhas — junto à qual há um remanso utilizável, que não chega a ser uma "enseada", e havia, quando ali passei, umas poucas cabanas de pescadores: as únicas que encontrei naquelas regiões desertas.

A Ilha das Andorinhas é, ao sul, o último acidente da costa recifosa fronteira às Barreiras do Siri, em que o cristalino desce a aflorar sob as águas. O nível do terreno litorâneo baixa também, deste as barreiras, estendendo-se daí em praia larga até à foz do Itabapoana, e ligando-se, para den-

tro, aos campos e depois às serras da antiga fazenda jesuitica da Moribeca.

Em frente às Barreiras do Siri temos, pois, findas as trintas léguas da capitania de Pedro Goes. Ali se encontra, também a única (e grande) concentração de baixos que há entre o Itapemirim e o Itabapoana. A conclusão se impõe: Estes são os "Baixos dos Pargos".

Nessa assertiva encontrei o apoio do colendo geógrafo o historiador fluminense, professor Honório Silvestre, catedrático da velha guarda do Colégio Pedro II. Foi meu diretor na Seção Norte (Engenho Novo) desse Colégio. Perguntei-lhe, um dia, se concordava em que os "Baixos dos Pargos" pudessem ser um rio — no caso, o rio Itapemirim. Discorreu com segurança sôbre o assunto e sôbre os sentidos das palavras "baixos" e "pargos", concluindo que êsses baixos deviam estar em um ponto da costa entre o Itapemirim e o Itabapoana. Ninguém testemunhou o nosso diálogo e o grande e saudoso mestre não pode, agora, confirmar. Fortalece-me, contudo, ter ouvido a sua opinião autorizada.

Como, porém, explicar o relativo silêncio dos historiadores e a ausência dêsses "baixos" nas cartas de navegação da costa?

A primeira pergunta pode-se responder, considerando-se que os "Baixos dos Pargos" não tiveram grande interesse histórico, pois não chegaram a constituir um limite efetivo, a não ser na menção encontrada na "Carta de Confirmação, de Vasco Fernandes Coutinho — a mesma Carta que aprovava, também, o limite combinado pelos donatários antes de 1539, fixando-o no rio Itapemirim, ou Santa Catarina. A reatualização desse assunto — já, porém, como interesse regional — só ocorreu no século XVII, na disputa dos Visconde de Asseca com Francisco Gil de Araújo, e não teriam chamado a atenção sem a documentação nova, trazida por Alberto Lamêgo, na sua monumental "A Terra Goitacá à luz de documentos inéditos", já anteriormente citada.

No Espírito Santo do século XIX — antes, portanto, da divulgação dessa obra — a bibliografia é quase omissa, tendo eu apenas encontrado a menção dos "Baixos dos Pargos" na citada obra de Braz da Costa Rubim (Vitória 1861) e na reprodução da "Carta de Confirmação" por Misael Ferreira Penna (História da Província do Espírito Santo — Tip. Moreira Maximino & Cia. —Rio de Janeiro — R. da Quitanda, 111 — 1878). Não os mencionam: Um Capixaba (Memórias para servir à História e breve notícia estatística — Imprensa Nevesiana — Lisboa — 1840); José Marcelino Pe-

reira de Vasconcelos ("Ensaio sôbre a História e Estatística do Espírito Santo" — Vitória — 1858); Cezar Augusto Marques ("Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico da Província do Espírito Santo" — Rio de Janeiro — Tip. Nacional — 1878); Basílio de Carvalho Daemon (História Cronológica e Sinopsis Estatística da Província do Espírito Santo" — Vitória — 1879 Amancio Pereira ("Noções Abreviadas de Geografia do Espírito Santo" — Rio de Janeiro — 1895) e outros chegando êsse silêncio até ao "Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo de Francisco Eugênio de Assis (Vitória — 1941). Mais recentemente, são os "baixos" mencionados com informação própria, por Mário Aristides Freire (Obra citada — Vitória — 1945). Partindo diretamente das obras de Rubim e de Alberto Lamêgo, também os mencionam José Teixeira de Oliveira, na sua "História do Estado do Espírito Santo" (Rio de Janeiro — 1951 — Impr. Nacional); Levi Rocha, em "Crônicas de Cachoeiro" (Gelsa — onde? — 1966) e, certamente, outros ainda, pois que o assunto readquiriu atualidade.

No quadro geral da História do Brasil encontrei o mesmo silêncio, desde o século XVI, passando, depois, por Frei Vicente do Salvador, Rocha Pitta Jaboatão. Aires do Casal, Southey e outros já do século XIX, até o grande Francisco Adolfo Varnhagen, talvez o único a quem o "baixo dos pargos" (assim êle escreve) não passou despercebido. Diz êle, textualmente (História Geral do Brasil — 4ª edição integral — Melhoramentos — São Paulo — 1948), no tomo I, página 164: "Com a porção mais setentrional de Martim Afonso entestam as trinta léguas doadas a Pero Goes e que iam terminar no baixo dos pargos, ou antes Itapemirim, próximamente". O grifo é meu e bem mostra que o grande historiador não identificava nem confundia os baixos (ou "o baixos", como êle diz) com êsse "em Itapemirim".

Depois da publicação de Alberto Lamêgo, encontra-se a menção nas edições recentes de Veiga Cabral (Francisco Alves — 1959), de Helio Viana (Melhoramentos — 1967) e, certamente, em mais outros.

Quanto aos geólogos que, do meu conhecimento, estudaram mais detalhadamente a costa do Espírito Santo e norte — fluminense, encontro a região dos Baixos dos Pargos compreendida exatamente entre dois trabalhos que não os atingem, a saber: "A faixa Costeira de Vitória", do engenheiro e autor de trabalhos de Geografia Humana, Alberto Ribeiro Lamêgo, que é minucioso, levantamento a costa desde Santa Cruz (Aracruz) até Guarapari, mas não indo ver

diretamente mais para o sul. O segundo trabalho é o de Raimundo Ribeiro Filho (Rio — 1948), sôbre "Caracteres Físicos e Geólogicos da Bacia do Paraíba", que chega ao Itabapoana, mas não se estende para mais ao norte. Acompanha-os, no mesmo Boletim 127, um mapa do DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral), que, globalmente, compreende a costa de Santos ao Itapemirim. Não consigna os baixos. Admitem, entretanto, todos os geólogos, em vários pontos dessa costa a descida do cristalino até o mar, com a formação esparsa de baixos e ilhas.

A ausência dos referidos "baixos" pode ser também notada em tôda as cartas geograficas conhecidas, velhas e novas, do Espírito Santo, como também nos correspondentes, mapas de navegação e pilotagem. Para essa omissão, contudo a explicação parece-me simples e óbvia: é que os pilotos atuais não os conhecem nem deles precisam cogitar — mesmo em se tratando de traineiras e outros barquinhos de madeira, a moto, chamados "feixe de lenha", que fazem a navegação dos pequenos portos — porque esses "baixos" estão fora de todas as rotas estabelecidas.

O mesmo não sucedia, entretanto, com os navios das nossas primeiras expedições exploradoras — perlustravam as costas de mais perto (como aconteceu à jangadinha "Scarpa"), para conhecer-lhe os acidentes marítimos e ribeirinhos. Deste modo explica-se que os "Baixos dos Pargos" fossem necionados pelos primeiros navegadores no século XVI, caindo no esquecimento logo depois, quando as rodas se firmaram. Outros acidentes estão no mesmo caso: a própria "Scarpa" viu-se, uma segunda vez, envolvida por baixos que não estavam na carta. Foi ao sul do Itabapoana, em frente ao lugar chamado Guriris, perto da ponta de Manguinhos. Os escoteiros tiveram mesmo de retirar a jangada do mar, com auxílio dos moradores, levando-a por terra até depois dos obstáculos marítimos.

Concluindo, parece-me legítimo reafirmar a tese.

Os Baixos dos Pargos, primeiro limite mencionado entre as capitanias de Vasco Fernandes Coutinho e Pero Goes da Silveira, encontram-se em frente às atuais "Barreiras do Siri", no costa do Espírito Santo, tendo como seu último vestígio e limite, ao sul, a Ilha das Andorinhas, cujas coordenadas geográficas são:

21º 10' 30" de Longitude Sul
40º 54' 5" de Latitude a Oeste de Greenwich.

TROPAS E TROPEIROS

Ormando Moraes

Embora editado em 1961 pela Conquista do Rio, só recentemente conheci, quase por acaso, na Biblioteca da Universidade de Brasília, o interessante livro "Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil", de José Alípio Goulart.

A publicação é rica de dados e informações sobre o importante papel exercido por burros, tropas e tropeiros no desbravamento de nosso território, no desenvolvimento do comércio, no transporte de gente e mercadorias e na comunicação entre os diversos pontos onde o homem se fixava para trabalhar e produzir, fato que talvez tenha levado Afonso Arinos à sua irreverente afirmação de que "duas longas orelhas ficariam melhor como símbolo de nossa nacionalidade do que o lema **ordem e progresso** inscrito em nossa bandeira".

Quando se intensificou, no século XVIII, a penetração do homem pelo interior do Brasil, na direção das Minas Gerais, em busca do ouro, eram grandes as dificuldades de transporte. Os cavalos vindos do nordeste eram escassos e não tinham resistência suficiente para suportar muito peso em longas caminhadas. O muar seria o ideal para essa tarefa e desde 1764 a Coroa havia autorizado sua criação dentro do "continente do Estado do Brasil", mas o Conde da Cunha, que recebeu essa determinação, não a transmitiu aos Governadores de São Paulo e das Minas Gerais.

Diz Goulart que, com a escassez de animais, os bandeirantes e explodadores recorriam aos índios para o transporte de carga, mas eles não resistiam à dura e cruel tarefa, de sorte que os Jesuitas, para protege-los, foram se retirando pelo sertão e os paulistas preadores perseguindo-os até o Rio Grande do Sul, onde descobriram, nas planícies e savanas sulinas, uma riqueza maior: "a gadaria vivendo à gandaia, à lei da natureza, solta em campos ferozes, sem restrições e sem dono, como um presente régio a esperá-los". Iniciou-se, então, na direção sul-norte, por perigosas picadas mal abertas, uma corrente continua de animais de carga e montaria, especialmente burros e bestas, que eram

vendidos nas Minas Gerais, mas deixavam em São Paulo pesados tributos e os gordos lucros do negócio.

Generalizou-se o desinteresse pelos cavalos do nordeste e seus criadores da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Piauí se levantaram contra o comércio dos paulistas, alegando que, além dos animais dos pampas, "pelo Sul entram de Espanha muitas bestas muares", com grande evasão de divisas em ouro, de sorte que "El-Rei houver por bem, sem maiores investigações, expedir a Carta Régia de 19 de junho de 1761, visando a liquidar sumariamente com qualquer possibilidade não só de uso como também de existência de muares em território brasileiro. Depois de se dizer sabedor da preferência dos mineiros pelos muares, pelo que deixavam de comprar cavalos, o que poderia ocasionar a extinção da criação de eqüinos; e também de ressaltar os prejuizos de seus cofres e também dos cofres de criadores de cavalos; e ainda preocupado com o bem comum dos lavradores dos sertões da Bahia, de Pernambuco e do Piauí, ordenava, atendendo ao que me foi representado, que não mais se desse despacho para a entrada ou saída de machos e mulas e, inclusive, mandava matar os que aparecessem depois da publicação de sua real ordem, além da multa que impunha sobre os contraventores".

E prossegue o autor dizendo que "a reação contra a órdem real foi enérgica, pois, decorridos apenas 3 anos de sua desrespeitada vigência, o Rei expediu nova Carta Régia, de 22 de dezembro de 1764, na qual aludia que a experiência mostrara a muita utilidade que havia no comércio de bestas muares destinadas ao transporte de mercadorias e também que havia grande cópia de cavalos nos setões do Nordeste, tanto que antes da introdução de muares, seus criadores se haviam enriquecido com as exportações para as Minas; então resolvia autorizar a criação de burros. E para que não fosse de todo desprezada a de cavalos, que daquí iam suprir seus exércitos na África, conforme Carta Régia de 3 de setembro de 1721, determinava que cada criador de muares possuisse "a sexta parte de éguas, com seu cavalo, sob pena de lhe serem tomadas todas as bestas que tiverem de criação e de pagarem em dobro o seu valor".

Além do sabor da história, a interessante obra de Goulart nos mostra que são velhas as raízes de nossos males. De burrice em burrice, de equívoco em equívoco, de leviandade em leviandade, de incompetência em incompetência, com algumas honrosas excecões, nossos governantes se conduziram mal não só em relação a burros e cavalos. No

rumo dos transportes mantiveram a tradição de erros com o abandono da pequena navegação de cabotágem, o não aproveitamento de muitos rios navegáveis, a não abertura de canais ligando bacias, a extinção de numerosos ramais ferroviários e, finalmente, em dias recentes, com a opção pelo desenvolvimento baseado nas rodovias e na indústria automobilística que nos deixaram na situação de grande dependência do pretróleo e comprometeram nosso futuro.

Mas, voltando ao burro, qualquer pessoa das gerações nascidas até 1930 pode confirmar que nenhum outro animal deu maior contribuição de trabalho para nosso desenvolvimento. Guardadas as proporções, o burro talvez tivesse, em tempos idos, a mesma significação que o automóvel tem nos dias de hoje.

Em conseqüência, mesmo quando no declínio de sua hegemonia, o burro estava sempre presente nas conversas e nos negócios. A propósito, lembro-me de um forte fazendeiro que eu entrevistava para fazer seu cadastro no Banco do Brasil em Cachoeiro de Itapemirim e ele, preocupado em destacar que toda sua grande fortuna tinha sido feita alí, naquele município, concluía simploriamente: — Olha "seu" Ormando, quando eu cheguei aquí, 30 anos atrás, era só eu, meu irmão e mais 10 burros"...

Vitória, julho de 1981

1) Conspiradores da revolução de 15 de novembro de 1889 em terras cachoeirenses

2) A Justiça Federal no Espírito Santo

Joaquim Pires Amorim

A 15 de novembro de 1979 o Brasil comemorou o seu nonagésimo aniversário de vida republicana.

Cachoeiro de Itapemirim, o município pioneiro das idéias programadas por Benjamim Constant, fundou o seu Clube a 23 de maio de 1887, durante uma reunião realizada na residência do advogado Joaquim Pires de Amorim, solar **Gil Goulart**, local onde se encontra o grande prédio da Faculdade de Filosofia.

Dezessete conspiradores compareceram ao histórico acontecimento: Bernardo Horta de Araújo, farmacêutico, eleitor; Dr. Antônio Gomes Aguirre, médico, eleitor; Dr. Joaquim Pires de Amorim, advogado, eleitor; João Loiola e Silva, jornalista, eleitor; Joaquim Aires, fotógrafo, eleitor; Longo Batista Pereira, dentista, eleitor; Eugênio Aurélio Brandão do Vale, proprietário, eleitor; Diogo Pires de Amorim, fazendeiro, eleitor; Leopoldo Rocha, fazendeiro; Rafael di Martino, relojoeiro, Henrique Vanderlei, ferroviário; Julião Armindo de Oliveira, dentista; Antônio Ursino Toscano, negociante; José Manoel Rodrigues, alfaiate; João Isidoro Bicalho, fazendeiro; Francisco Henrique dos Santos, negociante, e Joaquim Vieira de Matos, negociante.

A primeira diretoria do Clube ficou assim constituida: Dr. Joaquim Amorim, presidente; Dr. Antônio Aguirre, secretário; Henrique Vanderlei, tesoureiro, e João Loiola, subsecretário.

Durante a administração do Dr. Amorim, foi feita uma comunicação ao conselheiro Saldanha Marinho, chefe nacional do Partido, sôbre a fundação do Clube e adesão de muitos cidadãos nacionais e estrangeiros, "pois o nosso Clube — assim escrevia — não distingue nacionalidade nos obreiros do progresso".

Outras mensagens foram enviadas ao Diretório Nacional, uma das quais acatando as deliberações tomadas pelo

Congresso Republicano da Capital do Império, então Município Neutro.

Na sessão comemorativa do seu primeiro aniversário, o quadro social se elevara para 37 sócios, sendo, nesta data, eleita a segundo diretoria da qual fizeram parte: Dr. Antônio Aguirre, presidente; Bernardo Horta, secretário Henrique Vanderlei, tesoureiro, e João Loiola, sub-secretário.

Assumindo a administração com o mesmo dinamismo que o seu antecessor, o Dr. Aguirre deu início às conferências republicanas, em 10 de junho de 1888, falando sobre a "Sucessão Monárquica".

Pronunciaram-se, em diferentes datas, outros conferencistas: Bernardo Horta, sobre "Os Partidos Políticos no Brasil"; Eugênio Brandão, "Sistema de Govêrno"; Diogo Amorim. "O Interesse da Lavoura"; João Loiola, "Oportunidade da República", e finalizando o temário, em 21 de outubro, o Dr. Aguirre, "Como Devemos Proceder".

A 16 de setembro de 1888 reuniu-se em Cachoeiro de Itapemirim, o Primeiro Congresso Republicano Provincial do Espírito Santo, comparecendo representantes de todos os Clubes da Província.

A mesa dos trabalhos foi presidida pelo Dr. Afonso Cláudio, chefe do Partido em todo o Espírito Santo, sendo secretariado pelos Srs. Bernardo Horta e Pedro Antônio Chapinel.

Inicialmente, foi lido o manifesto do Congresso, que sendo aprovado, recebeu a assinatura de todos os delegados.

Tendo sido aprovada a proposição do sr. Pedro Vieira, criando a Comissão Permanente do Partido, foram eleitos para sua composição, os srs.: Dr. Afonso Cláudio; Farmacêutico Bernardo Horta; Dr. Antônio Aguirre; Pedro Vieira da Cunha, e Diogo Amorim.

Para delegados ao Congresso Republicano Federal, previsto para 9 de outubro de 1888, no Rio de Janeiro, foram escolhidos: Afonso Cláudio; Pedro Medina; Bernardo Horta; Eugênio Brandão; João Loiola, e para suplentes: capitão Henrique Deslandes; Dr. Eduardo Carvalho; Dr. Raimundo Sá Vale; Aleixo Americano, e Aristides Passos Costa.

Estando marcadas as eleições para o ano seguinte, Bernardo Horta foi escolhido candidato do 2º distrito para deputado geral e se não logrou o diploma — disse um cronista da época — foi devido à interpretação de uma leitura de números. Encerrando os trabalhos, às 18 horas, o Dr. Afonso Cláudio agradeceu a colaboração dos convencionais e determinou que a Comissão Permanente se "entenderia com todas as or-

ganizações republicanas e receberia para a devida apuração as atas autênticas da eleição prévia para cargos de mandato popular".

O ano de 1888 findou com um grave incidente. Comemorava-se, a 2 de dezembro, o aniversário de D. Pedro II, e ardentes monarquistas faziam a apologia do nosso magnânimo chefe de Estado. Surge Bernardo Horta dando vivas à República e entra em cena o coronel Borges, veterano do Paraguai, com o abaixo a República.

Conforme poderá ser constatado **n'O Cachoeirano**, números de 9 a 23 de dezembro, não fosse a pronta intervenção de pessoas mais cordatas, o conflito teria se generalizado. Bernardo Horta ausentou-se, espontaneamente, de Cachoeiro durante alguns meses e deixou a redação de **O Cachoeirano.**

Procedeu-se, em 18 de julho de 1889, à eleição para a 3ª (e última) diretoria do Clube, obtendo-se o seguinte resultado: Dr. Antônio Aguirre, presidente; Dr. João Coelho Lisboa, secretário; Rafael di Martino, tesoureiro, e Bós André, sub-secretário.

Um fato pitoresco foi a presença, em Cachoeiro, como propagandista republicano e como advogado, do renomado jurista paraibano, Coelho Lisboa, mais tarde, senador federal pelo seu Estado e catedrático do Colégio "Pedro II".

Proclamada a República Brasileira, a 15-11-89, a Câmara Municipal de Cachoeiro, composta dos cidadãos: Dr. Eugênio Pires de Amorim, presidente; Coronel João Cândido Borges de Ataíde; Dr. Manoel Leite de Novaes Melo, e Capitão José Gonçalves Ferreira, reuniu-se a 21 de novembro, reconhecendo o novo regime. Não obstante, foi dissolvida, sendo proclamados membros da nova Câmara, os srs. Rafael di Martino, presidente: Diogo Amorim, e Felipe de Melo Pereira Filho.

Assumindo o governo do Estado, em 20 de novembro de 1889, o Dr. Afonso Cláudio elevou, pelo Decreto nº 4, de 26 de dezembro de 1889, a vila de Cachoeiro de Itapemirim à categoria de cidade.

Bernardo Horta e Antônio Aguirre foram nomeados, respectivamente, 1º e 2º vice-presidentes do Estado. Mas, não tardou a desavença entre os próprios republicanos, provocando a renúncia dos dois e a criação da União Republicana Espírito-Santense, agremiação contrária ao Governo do Dr. Afonso Cláudio. Este, também desgostoso e acometido de insidiosa doença, exonerou-se poucos meses depois.

Quando se comemorou o cinquentenário da criação do nosso Clube Republicano, no distante ano de 1937, apenas três dos fundadores ainda viviam: Leopoldo Rocha, funcionário

aposentado da Câmara Federal, residente no Rio de Janeiro; Longo Batista Pereira, dentista, residente em São Paulo, e Francisco Henrique dos Santos, negociante, residente à rua Moreira, nesta cidade de Cachoeiro. Este último, homem inofensivo, octogenário, em estado de pobreza, foi barbaramente morto em sua residência. O roubo foi motivo do assassinato.

A JUSTIÇA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO

Proclamada a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, as capitanias foram elevadas a províncias e o regime aprovado pela Constituição de 1824, foi o de monarquia unitária.

A justiça era centralizada, os magistrados gozavam de vitaliciedade, sendo nomeados ou demitidos somente pelo Imperador.

Quando ocorreu a revolução de 15 de novembro de 1889, além do Supremo Tribunal de Justiça, com sede na capital do Império, funcionavam onze Tribunais de Relação em diversas regiões do país.

A província do Espírito Santo, depois estado, subordinada à Relação do Rio de Janeiro, possuia oito comarcas e dez termos judiciários. O Governo Provisório da República adotou o sistema federativo e decretou a dualidade da justiça, cabendo a cada Estado a organização do seu Tribunal.

Pelo Dec. nº 848, de 11 de outubro de 1890, o marechal Manoel Deodoro da Fonseca criou em todas as unidades da federação uma seção da Justiça Federal.

A 14 de novembro de 1890 foram nomeados para a Seção do Espírito Santo os Srs., Dr. Joaquim Pires de Amorim (juiz seccional), Dr. Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto (juiz substituto), Dr. Gonçalo Marinho de Albuquerque (procurador seccional), Dr. Manoel Augusto da Silva (procurador fiscal da Fazenda) e coronel João Antunes Barbosa Brandão (escrivão).

O Dr. Pires de Amorim, republicano histórico, formado em 1863 pela Faculdade de São Paulo, ingressou na vida pública na comarca de Itapemirim como advogado, jornalista e político. Desempenhou o mandato de deputado provincial, exerceu os cargos de procurador fiscal, chefe de Polícia e presidente de bancas examinadoras do tradicional educandário Ateneu Provincial.

Foi juiz municipal e de órfãos de Cachoeiro de Itapemirim e juiz de direito de São Mateus. Em pleno exercício de juiz federal, aposentou-se em 1901, passando a residir no Rio de Janeiro, onde faleceu a 18 de junho de 1920.

O Dr. Galdino Loreto, natural de Pernambuco, além de

magistrado foi político. Chefe de Polícia, deputado estadual e federal, falecendo em Vitória em 1909.

Filho do Estado de Alagoas, o Dr. Gonçalo Marinho veio para o Espírito Santo em 1888, como promotor de Santa Cruz. Nomeado procurador seccional exonerou-se pouco depois, aceitando o cargo de juiz de direito de Benevente.

Do Dr. Manoel Augusto da Silva, não tivemos dados biográficos. Fomos apenas informados ser profundo conhecedor de direito.

Dirigindo o cartório até 1902, esteve o coronel João Antunes Barbosa Brandão, ex-comandante da Polícia do Espírito Santo e herói da campanha do Paraguai.

É o patrono da Polícia Militar e tem o seu busto no Quartel de Maruipe.

O coronel Brandão faleceu em 1902, sendo seu sucessor o cidadão Vicente Boa Morte, que ocupou o cargo até 1937, quando foi extinta a Justiça Federal.

Removido de Mato Grosso, assumiu a seção do Espírito Santo, vaga devido à aposentadoria do Dr. Joaquim Amorim em 1901, o Dr. Raul de Souza Martins, maranhense, notável comercialista, sendo convocado várias vezes para o Supremo Tribunal Federal. Aqui permaneceu até 1904, quando foi transferido para o Rio de Janeiro.

O nosso terceiro juiz federal foi o Dr. Sergio Teixeira Lins de Barros Loreto, que aqui judicou de 1904 a 1906. Removido para a seção de Pernambuco, seu estado natal, dedicou-se à política, sendo senador federal e presidente do Estado.

Em substituição ao Dr. Loreto foi nomeado o desembargador José Climaco do Espírito Santo, que faleceu em 1910. Não tivemos em mão o seu curriculo.

Nesse mesmo ano assumiu a seção deste Estado, o Dr. José Tavares Bastos, alagoano, que durante alguns anos advogou e judicou no interior do Estado do Rio de Janeiro, magistrado rígido e imparcial, de notório saber jurídico com mais de quarenta livros publicados. Suas decisões, sobretudo na agitada década de 1910, marcaram com brilhantismo sua atuação no Espírito Santo. Em 1932 foi removido para o Distrito Federal.

O sexto e último juiz federal foi o Dr. Afonso Correia Lírio, nosso coestaduano, nomeado em 1933, ex-procurador seccional ou procurador regional.

Antigo jornalista, político e parlamentar. Foi vice-presidente do Congresso Estadual, membro da Junta Governativa em 1930, secretário do Interior e Justiça e Interventor Fe-

deral interino. Extinta a Justiça Federal em 1937, foi posto em disponibilidade, sendo aproveitado no ano seguinte na nona Vara do Distrito Federal. Aposentado em 1946, veio a falecer em Vitória em 1949.

Como juiz substitutos passaram pela Seção deste Estado os Drs. Cândido Faria Chaves, Mário de Menezes, Pedro Martins da Rocha e Walter Siqueira.

Dos procuradores citamos os Drs. Astério Martins da Costa, Argeu Hortêncio Monjardim, Oswaldo Pogi Figueiredo e Lindolfo Barbosa Lima.

A Constituição de 1937 suprimiu a Justiça Federal nos Estados. Com o advento da Carta de 1967, esse órgão do Poder Judiciário foi restabelecido.

Desde o restabelecimento estão à frente da Seção deste Estado os Drs. Romário Rangel e Oswaldo Aguirre, inteligentes e austeros.

De caráter inflexível, o Dr. Rangel prestou serviço relevantes à magistratura do Estado e o Dr. Aguirre no Ministério Público, mereceu elogios.

J. P. Amorim

12 DE JUNHO DE 1817

PLACIDINO PASSOS

Lembra esta data o dia em que foi arcabuzado em Salvador, Estado da Bahia, no Campo da Polvora, o heroi Domingos José Martins, filho desta terra, também da heroína Maria Ortiz e do destemido índio Maracaia Guassú que se distinguiram em luta contra corsários e invasores assaltando terras brasileiras.

Quando em Salvador, Bahia, participei da Delegação do Estado do Espírito Santo, em novembro de 1937, de um Congresso de Educação, visitei o local onde fora imolado o inclito espírito-santense Domingos José Martins. A placa anunciava Praça Pedro II.

De outra feita, na segunda quinzena de janeiro de 1972, participando novamente com a União dos Professores do Espírito Santo, de outro Congresso Educacional, em Salvador, com uma filha presidente da UPES na ocasião, e acompanhado de duas professoras residentes na capital baiana, visitei o referido lugar, porém, com outra placa anunciando Campo da Pólvora, uma pequena Praça.

Domingos José Martins nasceu no dia 9 de maio, no local denominado Quartéis, ao sul de Marataizes, em Itapemirim, Província do Espírito Santo, hoje, Estado da Federação. Viveu algum tempo em Vitória, residindo numa casa situada na antiga Rua das Flores, hoje, Dionísio Rosendo. Residiu na Bahia e em Portugal. Foi comerciante e se estabeleceu na Inglaterra associando-se à casa comercial Dourado. Voltou, mais tarde, ao Brasil, fixando-se em Pernambuco.

Opondo-se ao jugo português e ao movimento político dominante contrário à separação, revolucionou-se e com os seus colegas de idéias traçou Domingos Martins os planos necessários a segurança da República.

Assim preparado iniciou-se a revolução no dia 6 de março estendendo-se a outras Províncias do norte e conseguindo fundar-se a República Federativa que durou 75 dias com a organização do Governo Provisório por ter sido debelada a revolução e aprisionados os revolucinários.

A bandeira da revolução era azul e branco, em baixo uma pequena cruz vermelha; na parte azul, em cima, um sol cercado de um arco-iris e uma estrela ao lado da qual juntaram-se muitas outras.

No ano de 1917, quando se comemorava o centenário da revolução pernambucana de 1817, o Governo de Pernambuco baixou um Decreto considerando a bandeira desse movimento como Bandeira do Estado de Pernambuco.

O dia 12 de junho é uma data cuja significação toca bem a alma espírito-santense. Foi pelo valor e intrepidez de um dos maiores e denodados filhos deste abençoado berço — a terra capixaba — vibrando ele de ardente amor cívico e de entusiasmo patriótico, contribuindo para a realização das mais íntimas aspirações da época — Liberdade e Autonomia.

Foi destemeroso a proferir as seguintes palavras em sendo retirado da prisão: "Vinde executar as ordens de vosso sultão eu morro pela liber... não terminando a frase porque um monge ao lado pôs-lhe a mão na boca.

Disse alguém, um historiador, numa festa cívica no Instituto Histórico e Geográfico do Estado em comemoração à magna data de 12 de junho, recordando os feitos do bravo e patriótico espíritosantense Domingos José Martins, para-fraseando o escritor compatriota João Brito que exclamava ao se referir ao martir capixaba: "Vai se tratar de Domingos Martins. Pedimos aos leitores que se descubram"... disse o historiador no seu discurso: "Proferindo-se o nome de Domingos Martins devemos nos levantar". E merece toda a nossa veneração a figura sempre presente do nosso intimorato conterrâneo, supremo chefe da revolução pernambucana de 1817.

Glorifiquemos, pois, o heroi Domingos José Martins. Glorifiquemos esse famoso vulto cuja memória merece, com justiça, o nosso culto de respeito e cujo nome aureolado deve ser sempre pronunciado com a mais santa veneração.

Um romance capixaba, e outro, nem tanto

Renato Pacheco

Quando se atualizar a história da literatura capixaba de Afonso Cláudio, com os subsídios, principalmente de Augusto Lins e Christiano Ferreira Fraga, trabalho a que se propôs o erudito professor Dr. José Augusto Carvalho, lugar de destaque deverá caber ao médico Madeira de Freitas, que usava o pseudônimo Mendes Fradique, autêntico humorista, famoso pela **História do Brasil pelo método confuso**, e Gramática Portuguêsa, idem (* 3.4.1893 — + 27.2.1944).

No seu romance **Doutor Voronoff**, escrito entre setembro de 1923 e maio de 1924, o escritor capixaba, a par de urdir uma "Estória" de rejuvenescimento glandular, ressalta a terra e a gente do Espírito Santo (**Dr. Voronoff**, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1925, na página de rosto, ou 1926, na lombada).

A personagem principal é Eduardo Marinho, "capixaba da gema, nascera em Vitória, de uns Marinhos da Ilha das Caieiras" (p. 11) e morava na Rua do Rosário, perto do Porto das Lanchas, e, ao pé do famoso Convento peroá, de São Benedito, e, onde "uma multidão mescladíssima de devotos festejava naquele dia (27 de dezembro) o seu padroeiro. Tremenda algazarra, em que se misturava o berreiro do mulherio, em avinhada cantoria, aos sons roufenhos de desafinada charanga, batucando dobrados epiléticos, com todo o frenesi de sua facção peroá" (p. 12).

Quando menino, tomara aulas com o famoso professor Lellis, tronco de tradicional família de nossa terra, empinava papagaios nos Pelames (Convento do Carmo), pescava baiacús e furtava ariticum em Jucutuquara. Morrendo-lhe o pai, foi, por esforço da genitora (uma destas bravas viúvas de que está cheia a história e a literatura brasileiras) estudar medicina. E, formado, se fixou em Guarapari, modorento povoado praiano (à época) (p. 16) onde se fez amigo do boticário Matias, dos Beiriz de Piúma. Conta-se, então, e pela vez primeira nas letras pátrias, a história dos cargueiros ingleses que, como lastro, levavam o tesouro monazítico, na empresa de um tal Sr. Gordon, "The monazitics sands Co. Ltd., gerenciada

pelo casal Davidson, de que o médico se torna amigo (até demais, segundo as fofoqueiras praianas) vindo a ser o Rei do Torium, com o encargo suplementar e agradável de tutelar Maria da Glória, filha da falecida Ruth Davidson.

É a partir da página 200 que o autor põe em cena Vitória dos anos vinte, época extraordinária de nossa evolução urbana, de muita riqueza, e muitas demolições (como acentuará Luiz Derenzi em **Biografia de uma Ilha**). Visita o já milionário Marinho nossa cidade, sua terra natal. Vem pela Estrada de Ferro Leopoldina Railway. Encontra-se com velhos amigos como Mario Guimarães, João Nunes Coelho, Jean Zinzen, Flávio de Jesus, Mr. Barry, Monsenhor Pedrinha, o sineiro João Capuchinho, e outros, a que nos referiremos a seguir.

Entre estes, está o hospedeiro da personagem, Antonio Aguirre, médico estimado (p. 202) cuja casa, no Largo da Matriz é descrita, e que "quando a política lhe levou o último fio de cabelo, de cambulhada com a última ilusão, fez-se professor de humanidades, ensinando a várias gerações de capixabas. Um amigo senador o colocara na Saúde do Porto (que, segundo o autor, não adoecia, isto é não havia doentes para tratar) e era figura federal de destaque na Capital, com bondade ampla, perdoadora, o fez de Vitória, no dizer de Antonio Miguel (Cf. Revista do IHGES, ano 1959, n. 20).

No decorrer da narração fala-se nas peixadas de Vitória, no célebre discurso do vereador de Guarapari, "país calmoso e hereditário..." surge o criado Manoel Pepa, descreve-se, brevemente, colossal enchente em Santa Leopoldina (o Porto do Cachoeiro de Graça Aranha), papagaios de papel, nossos urubus, beatas e mendigos de porta de Igreja.

O Gonzaga, comediógrafo carioca e secretário do milionário Marinho acha a terra maravilhosa ("Isto é que é terra, o mais é história...) e logo se une à rodinha da **opa** do Café Globo, bebedores de todo o dia, e do Café Rio Branco, das peixadas do Emílio Parra, na Praia Comprida, com luar e mosquitos. Seus companheiros são Roberto Von Krompolz, engenheiro austríaco, Aristóteles, cronista político do **Diário da Manhã**, Alcebíades Scheneider, Bibi Quintaes, o amplíssimo Quintaes (Aurino?) com uma cara de frade da Bhrama, na qual se esboçava a penugem de um buçozinho obsceno. Faz pescarias nas **lanchas** Vaticana e Procela do Andrade e Silva, matemático e coronel, frequenta também o bar Gato Preto, a farmácia do Silveira, e o Clube das Telhas do Aguiar e do Lordelo. A festa que lhe foi dada quando de sua despedida foi no Hotel do Baldi (p. 224) e nela aparece como personagem o jo-

vem Arquimimo Matos, rapaz de muito talento (p. 225). Do comércio, citam-se Antenor Guimarães, Cruz e Vivacqua. Gonzaga que logo pretende montar um jornal com o Vieira da Cunha não se esquece de dizer: — "Nunca pensei que Vitória fosse o que é, palavra. Que gente boa. E uma rapaziada desempenadíssima. Lê-se muito em Vitória"!

Muito interessante são os passeios à ilha do Barry, na Praia Comprida, hoje Ilha do Frade, e ao Convento da Penha. Na primeira (que se chamava também ilha do Lemote) o irlandês demonstra sua amizade pelo alemão Nicolau Von Schilgen, única concessão que fez aos hunos durante a guerra, de vez que o alto funcionário de Hard Rand é pianista e toca Lizt e Beethoven. Ensina-se a velha técnica capixaba de comer milho verde: — "cozido, ralado de leve, untada a espiga de manteiga" (p. 222). Na visita à Penha (p. 225 a 243) são companheiros de lancha o Flávio de Jesus, da Charutaria Havanesa e uns rapazes Cerqueira Lima, muito dos Aguirres. A saida é do Eden Parque (hoje fundos do Teatro Glória) e descreve-se a baia de Vitória, o Convento de São Benedito do Rosário, o Forte de São João, o Penedo, a Pedra dos Ovos e o Monte Moreno. Antes de subir ao Santuário, cuja Sala dos Milagres tem um barco feito pelo Marinho, quando menino, dá-se, na Prainha de Vila Velha, encontro com o Desembargador aposentado Getúlio Serrano, cujo guarda-sol é levado pelo vento, sob os impropérios do magistrado: — "Quando o quero fechar é um custo; quando o quero abrir, emperra. É um traste velho... Mas que quer? Pode lá um desembargador, nesta terra, comprar um guarda-chuva? Ainda por cima aposentado. Se mal consegue comer... (p. 238). O Eduardo Marinho atencioso, considera o atraso do Espírito Santo fruto da proximidade do Rio, ao que Serrano retruca que o pouco desenvolvimento decorre da pouca vergonha de nossos homens de Governo. (p. 240).

No que concerne a nosso Estado, estes são os principais passos existentes no Dr. Voronoff, que ainda descreve a viagem marítima Vitória-Rio. Pela amostra verifica-se que nos assiste razão quando afirmamos que um estudo da obra do Dr. Madeira de Freitas se faz de mistér para conhecimento completo da literatura espírito santense, que, na opinião de Christiano Fraga mereceria seu lugar na história da própria literatura brasileira (**Romancistas do Espírito Santo**, Livraria São José, Rio, s/d).

Este o romance capixaba. E qual o outro que não é tão capixaba assim?

Trata-se de **Cabocla** de Ribeiro Couto, popularizado, re-

centemente, pela televisão. Segundo o autor, a personagem principal, carioca da gema, atacado de tuberculose, vem em busca de clima para o Espírito Santo, fazenda de um parente, rico proprietário de Córrego Fundo, perto de Vila da Mata e longe como diabo" (p. 20).

Viagem de trem: "o comboio, escalando a serra, já se aproximava de Pau D'Alho (p. 201) a quatro léguas da Vila da Mata (p. 71), "apenas a estação, a casa do chefe, o sobradinho do hotel, em que dormira, e uma dez casas meio esboroadas (p. 22).

Num **ford** (p. 40) por uma estrada cheia de sulcos (caldeirões de tijuco) (p. 54) chegam à Vila da Mata que se compunha de "uma rua única, comprida e tortuosa, a velha estrada do tempo colonial, ao longo de cujo barro as casas se foram arrumando, até formarem a cabeça da Comarca, já no tempo do Império" e onde havia a praça, rodeada de sobrados. Ao fundo era a Igreja, chata, sólida, pintada de cor de rosa (p 43). Repete-se a descrição de Pau D'Alho a páginas 93.

Na praça, chamada de Largo da Matriz, esquina com a Rua Direita, a casa (apenas de andar térreo, com uma longa fila de janelas que os largos beirais de telha-vã protegiam) do rico primo Boanerges, doido por doce de goiaba, Presidente da Câmara, prestigioso chefe político, proprietário de engenho de cana, cafezal e plantação de fumo (p. 109 e 206).

Outras figuras humanas descritas são o Vigário, Padre italiano que faz o vinho de missa (. 109), o Capitão Macário, coletor estadual, o Tabelão Xexéu, que toca órgão e é solteirão, o Tenente Raimundo, escrivão de Paz e editor do jornal humorístico "A Abelha", impresso na Tipografia Aurora (p. 74). O Juiz de Direito, que fala grosso, zumbindo como um besouro e o Promotor, alagoana, namorador, todos **habitués** do bate-papo da Farmácia Nossa Senhora Auxiliadora. A festa principal e a de Santa Teresinha, com **Te Deum**, leilão de prendas, padre do Rio, orquestra Jazz Band Capixaba de Vitória, vinda para baile na Casa da Câmara.

A alimentação é mineira: lombo de porco, couve mal passada (p. 204). E o vocabulário mineiro e paulista: — "Vassuncê fica logo bão"... (p. 181) — "Está falando c'ocê, Nhô Felício" (p. 77). Zulmira, a cabocla, a Zuca, é noiva do Tobias Oliveira Pinto, mulato fiscal da Câmara, em Vitória (p. 92, 106, 142 e 222). E, no final do romance, para irem a Santa Rita do Alto, na Serra da Caparaó (p. 222 e 223) os apaixonados tomam o trem para Vitória de onde continuam para seu destino.

As transcrições demonstram que se trata de um despistamento do autor para situar um romance mineiro em território capixaba: não tivemos nenhuma estrada interiorana, nos tempos coloniais (exceto a do Rubim) e as Comarcas ao tempo do Império, eram só Vitória, Itapemirim e São Mateus. Quais as pistas identificatórias em nosso Estado: Bom Jesus do Itabapoana e São José do Calçado? Mimoso e Conceição do Muqui? Ponte do Itabapoana e São Pedro do Itabapoana?

A resposta nos é dada pelo ilustre magistrado Desembargador Homero Mafra, que em carta que nos escreveu informa "Ribeiro Couto foi promotor público em Pouso Alto, cidade bem velha, vizinha de Itanhandu (15 quilômetros apenas, por asfalto). É a mais antiga comarca da região e aí pela década de 20 era grande o movimento do fôro, estendendo-se a sua jurisdição por muitos municípios: Itanhandu, Virgínia, São Lourenço, Passa-Quatro, Itamonte, Alagoa, São Sebastião do Rio Verde, e no século passado ia ainda mais longe. Hoje é uma "cidade morta", de Lobato, à margem da estrada, embora continui Comarca de 3a. entrância. O ambiente de **Cabocla** é típico da região. As "alturas" são da majestosa Serra da Mantiqueira. Ainda hoje os queijos de Minas continuam sendo despachados para o Rio e São Paulo, acondicionados em jacazinhos de bambu, amorosamente enrolados em folhas novas de bananeiras, que é para não comprometer a maciez da massa branquinha e cremosa, fabricada do melhor leite, bem gordo e denso. Descem da Serra do Garrafão, Serra Negra, Sengó, Alagoa, Colina, Morro Grande, Berberia, das grimpas de mais de 1000 e até 2000 metros de altitude, em cargueiros, conduzidos da mesma forma que há 50, 80, 100 anos".

E conclui o ilustre magistrado "No romance de Ribeiro Couto duas ou três personagens podem identificar-se com pessoas que viveram em Pouso Alto na época em que o escritor andou por lá. O promotor alagoano, muito provavelmente é Alberto Deodato, que é sergipano de nascimento, e foi promotor de Pouso Alto, pelos idos de 20. Ele (Alberto Deodato) registra este fato num livro **"Políticos e outros bichos"**. Houve apenas a troca de Sergipe por Alagoas, o que para os mineiros da época pouco significava, pois chamavam a todos os que nasciam da Bahia para cima de "nortistas". O juiz seria certamente o Dr. Ribeiro da Luz, famoso por sua severidade, sisudez, enfim o tipo do juiz fechado, grave e distante. Quanto ao Capitão Macário, viveu em Pouso Alto e advogou pelas comarcas vizinhas, um "provisionado" famoso (rábula) com esse nome".

Diante desta informação creio que não dúvida de que

Cabocla se passa em Pouso Alto. Rubem Braga, em carta que me escreveu em 9.6.1968, acha que "o provável é que no romance ele tenha misturado personagens e casos acontecidos em vários lugares do interior, como Pouso Alto, Cunha, (velha cidade paulista onde também morou) etc. E, com certeza aproveitou melhor tipos e coisas de Pouso Alto". Pois segundo o grande cronista capixaba Ribeiro Couto passou, efetivamente, uma pequena temporada em uma estaçãozinha do Espírito Santo, na linha Cachoeiro-Vitória: Virgínia, ou Matilde, ou Guiomar. E fez também, em **O homem na multidão** um poema sobre a estação da Leopoldina em Cachoeiro. "O poema é escrito pelo poeta em trânsito, falando de moças na estação, e achando longo e bonito e nome da cidade".

Quando nada, mesmo que provada a mineirice de **Cabocla**, a obra representa imortal homenagem de seu autor à terra que o acolheu um dia, e que por certo, foi relembrada em suas descrições da natureza exuberante.

GOVERNOS PROVINCIAIS

JOSÉ SCHIAVO

De 1823 a 1889 passaram pelo governo da Província do Espírito Santo 53 Presidentes. Um deles, o dr. João Lopes da Silva Couto presidiu-a suas vezes (1838/40 e 1842/43), o que reduz para 52 o número desses governantes. Circunstância curiosa é que nenhum deles foi capixaba. Para o Espírito Santo, a regra, o princípio, a norma que vem sendo quase que invariavelmente seguida é aquela do Imperador Dom Pedro I — Tudo para o povo, nada porém pelo povo.

Dos 52 presidentes que nesse período teve a Província, 40 foram bacharéis em direito, dos quais 23 pela Faculdade de São Paulo 4 médicos, 5 militares e 4 portadores de títulos nobiliárquicos — o Visconde da Vila Real da Praia Grande (Caetano Pinto de Miranda Montenegro), o Visconde do Bom Retiro (Luis Pedreira do Couto Ferraz), o Barão de S. Domingos (Domingos Monteiro Peixoto) e o Visconde de Souza Carvalho (Antonio de Souza Carvalho), sendo que os tres últimos foram galardoados a posteriori.

Cabe a propósito notar que dos 14 Vice-Presidentes que exerceram o governo dois deles foram titulares — o 1º Barão de Itapemirim (houve 3 desse título) — Joaquim Marcelino da Silva Lima — e o Barão de Monjardim, Alpheo Adelpho Monjardim, de Andrade e Almeida. Este último foi o primeiro presidente do Estado eleito no regime republicano.

Dentre os Vice-Presidentes encontram-se sete militares e um padre e dentro os presidentes sete senadores, dos quais apenas um — o Coronel José Tomás Nabuco de Araújo, avô do notável diplomata e publicista Joaquim Nabuco, exerceu simultaneamente o mandato de presidente e de senador. Os demais foram os seguintes: Antonio Pinto Chicorro da Gama, presidente da província de 1831 a 1832, Senador por Pernambuco. Herculano Ferreira Pena, de 1845 a 1846, Senador pelo Amazonas. Conselheiro Luis Pedreira do Couto Ferraz, de 1846 a 1848, Senador pelo Rio de Janeiro. Dom Manuel de Assis Mascarenhas de 1843 a 1845, Senador pelo Rio Grande do Norte. Manoel Antonio Galvão, em 1830 e Pedro Leão Veloso em 1859, ambos Senadores pela Bahia.

Sete desses presidentes ascenderam ao posto de Ministros de Estado: o dr. André Augusto de Pádua Fleury, presidente de 1863 a 1864, Ministro da Agricultura do 30º Gabinete Ministerial. O dr. Antonio Pinto Chicorro da Gama, presidente de 1831 a 1832, Ministro do Império na Regência Trina Permanente. O dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, presidente de 1861 a 1863, Ministro da Agricultura em 1873 no Gabinete presidido pelo Visconde de Rio Branco, e do Império em 1888 no Gabinete Ministerial do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. O dr. Manoel Antonio Galvão, presidente em 1830, Ministro do Império na Regência Araújo Lima. O dr. Manuel José da Silva Mafra, presidente entre 1878 e 79, Ministro da Justiça no 29º Gabinete e o dr. Pedro Leão Veloso, presidente entre 1859 e 60, Ministro do Império do 30º Gabinete.

Outra particularidade é que também alguns deles representaram o Espírito Santo na Assembléia Geral.

Estão nesse caso o dr. João Lopes da Silva Couto, eleito por apenas um voto, deputado à 5a Legislatura (1843-44). O Conselheiro Luis Pedreira do Couto Ferraz, à 7a e a 8a Legislaturas (1848 e 1850/52). O dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior à 15a (1872 — 1875), 16a (1878), 19a (1885) e 20a (1886 — 1889) Legislaturas e o dr. Antonio Pereira Pinto, à 11a (1861 — 1864) e 12a (1864 — 1866) Legislaturas. Pertenceram ao Conselho de Estado Manuel Antonio Galvão, nomeado em 1848 e falecido em 1850 e o Visconde de Bom Retiro, nomeado em 1866 e falecido em 1886.

Dos Vice-Presidentes o que em maior número de vezes exerceu a presidência foi o Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (progenitor do Barão de Monjardim) em doze diferentes ocasiões. Seguem-se o Barão de Itapemirim, com 8 vezes. O Barão de Monjardim com 7 vezes. O Capitão Mór Francisco Pinto Homem de Azevedo (avô materno do Barão de Monjardim) e o Coronel Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas com 6 vezes cada um.

A duração do exercício desses governantes foi via de regra curta. O que a exerceu por mais tempo foi o primeiro deles — Inácio Acióli de Vasconcelos, que administrou a província por cinco anos e nove meses. Raros atingiram três anos, e outros nem um ano, como no caso do médico dr. Custódio José Ferreira Martins, que se demorou apenas 4 meses e 10 dias, e do 3º Presidente — Manuel Antonio Galvão, que ocupou a Presidência apenas 26 dias.

Compreende-se que em tão exíguo espaço de tempo nada podiam planejar nem realizar e até mesmo conhecer de visu e

sentir as necessidades mais prementes da província que lhes competia governar e administrar. A razão das frequentes mudanças (53 presidentes em 66 anos) encontra-se na essência ou na natureza do regime parlamentar, no qual, o mais das vezes, ficava a sorte do governo à mercê das circunstâncias, pois os partidos — Liberal e Conservador — se renovavam no poder. Vários desses presidentes revelaram apreciável tino administrativo mostrando-se animados da mais expôntanea boa vontade. Acham-se nesse caso o Visconde do Bom Retiro e o dr. Costa Pereira, os dois vultos mais notáveis que passaram pelo governo provincial. A verdade é que realizaram o que estava em seu alcance realizar dada a exiguidade do tempo de que dispunham e dos recursos com que contavam.

É certo que muitos deles foram simplesmente carreiristas, e outros instrumentos dóceis à direção do partido político a que se achavam filiados e no interesse do qual agiam como governantes. Muitos entretanto se achavam imbuídos de sadio e lúcido espírito público, bastando para verificá-los atentar nas "Falas", "Mensagens" ou "Relatórios", com que passavam o governo a seus substitutos, ou com os quais se dirigiam à Assembléia Legislativa dando conta da sua administração. Não foram todavia diminutos os prejuízos que ocasionaram à província as faltas de planejamento e de continuidade administrativa, que a República procurou abreviar escolhendo mediante voto popular os governantes das diversas unidades da Federação ao invés de tê-los como delegados ou prepostos do governo central, como de praxe na Monarquia.

A caminho da Independência

Christiano Ferreira Fraga

A idéia de uma pátria livre, um sonho, um tênue desejo indeciso -- acentua-se desde o segundo século da nossa história, o século da expansão para o ocidente, por força do bravo bandeirante e do paciente jesuíta.

Pelo depoimento de cronistas e historiadores, entrevemos esse panorama de lutas, muitas vezes sangrentas, que nos deram por pátria um dos quatro mais vastos países do mundo. Vasto e trasbordante de riquezas, e cujos grandes destinos estão principalmente nas mãos das gerações de agora.

Frei Vicente do Salvador achava que os portugueses não sabiam aproveitar as terras conquistadas e contentavam-se em caranguejar pelas praias nas capitanias — mas devemos lembrar que desde o século da descoberta começaram as entradas sertanejas. Destinadas ao apresamento do indígena — umas eram determinadas pela metrópole, outras empreendidas por sertanejos ambiciosos. Várias malograram, destroçadas pelos índios; e as que prosperaram, além das indiadas que trouxeram, conseguiram algumas penetrações pelo sertão.

Simultaneamente iam penetrando os jesuítas, fundando aldeamentos, catequizando índios, dando-lhes educação integral, a prepará-los para o trabalho racionalizado e produtivo.

Na última década do século (1590) as amostras de ouro, prata e pedras preciosas exibidas por Gabriel Soares, revelam a presença das minas e dão novos objetivos a essas expedições para o interior.

A expansão para o ocidente, no norte, no centro e no sul, dilata o domínio português nessas direções, no século XVII, ultrapassando impetuosamente a linha de Tordesilhas, avançando até aos limites dos territórios andinos hispano-americanos.

Embora às vezes invadindo as benfeitorias jesuíticas, as bandeiras foram o mais poderoso instrumento dessa expansão. No poema **O Caçador de Esmeraldas**, Olavo Bilac marca em Fernão Dias Paes Leme a arrancada dos bandeirantes:

Nesse louco vagar, nessa marcha perdida,
tu foste, como o sol, uma fonte de vida:
cada passada tua era um caminho aberto!
cada pouso mudado uma nova conquista!
e enquanto ias sonhando o teu sonho egoista,
teu pé, como o de um deus, fecundava o deserto!

E nos versos a Anchieta, assinala a mansidão, a perseverança e a inteligência do trabalho jesuíta:

Semeador de esperanças e quimeras,
bandeirante de "entradas" mais suaves,
nos espinhos a carne dilaceras:
e, por que as almas e os sertões desbraves,
cantas: Orfeu humanizando as feras,
São Francisco de Assis pregando às aves.

Observa Capistrano de Abreu: "A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda livre e nu, mesmo quando pertencentes à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separados. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido no Brasil, o mazombo, que então sentia e reconhecia a sua inferioridade.

Em suma, dominavam forças dissolventes, centrífugas no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade. Só muito devagar foi cedendo esta dispersão geral, pelos meados do século XVII. Apesar de tantas diferenças flagrantes e irredutíveis, reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamelucos, mulatos, caboclos, curibocas — sentiram-se todos mais próximos uns dos outros do que do invasor holandês daí uma guerra começada em 1624, e levada ao fim, sem desfalecimentos, durante trinta anos".

Nesses trinta anos de guerras contra os holandeses, sobressai a decisiva contribuição de brasileiros, resolutos em que a ocupação holandesa nunca seria um fato consumado; batendo um círculo de ferro em torno do inimigo, trazendo-o sempre inquieto, armando-lhe emboscadas e guerrilhas, dificultando-lhe os recursos... Até as vitórias das Tabocas (1645), onde grande parte dos nossos combateram a pau tostado e foice, por escassez de armas. Mesmo assim, o paraibano Vidal de Negreiros, Camarão com seus índios, Henrique

Dias com seus negros, continuaram lutando pelo tempo adiante, derrotando definitivamente os holandeses nas duas seguintes batalhas dos Guararapes (1648 e 1649).

Sob a pressão externa — diz Capistrano — operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda entre os diversos elementos étnicos. É o despontar do espírito de pátria, nativismo, nacionalismo.

Vencedores dos holandeses, que tinham vencido os espanhóis — os combatentes de Pernambuco sentiram-se um povo, e um povo de heróis. Mas passado o primeiro momento de união no entusiasmo da vitória, os reinois quiseram reassumir a sua atitude de superioridade e proteção. Daí a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses.

Um governador chegou a comunicar para Lisboa que os pernambucanos repetiam à boca larga que "se com o próprio esforço se haviam libertado do domínio holandês, com melhor razão se libertariam do domínio de Portugal".

Era de todos os brasileiros esta convicção, que continuava rebentando em revoltas no começo do terceiro século, com as chamadas guerras dos emboabas em Minas (1708) e dos Mascates em Pernambuco (1710), onde assistimos aos primeiros passos a caminho da futura nação.

Pelos fins do século XVIII, os moços brasileiros estudantes em Lisboa e Montpellier assumiram o compromisso de levantar a idéia da independência logo que regressassem à pátria. Dentre eles distingue-se José Joaquim da Maia, pela minuciosa exposição que fez ao embaixador Jefferson em Paris, sobre a situação de Portugal e do Brasil, que facilitava uma revolução vitoriosa para sacudir o jugo da metrópole. Suas palavras foram anotadas por Jefferson e só pelo escrito deste as conhecemos hoje, pois logo em seguida Joaquim da Maia faleceu repentinamente em Lisboa.

Em Minas, por volta de 1780 esgotavam-se as jazidas de ouro, aumentava a pobreza dos pobres e diminuia a riqueza dos ricos, que se atrasavam no pagamento dos quintos. Oprimidos pela tirania do governador Luis da Cunha Menezes, encontraram todos maior opressor em 1788 em seu substituto, o visconde de Barbacena, que logo impôs a derrama, isto é, a cobrança judicial dos quintos. Portugal mandava então para Minas cobradores mais ferozes.

Tanta opressão levou o povo ao desespero de uma revolta, agitada principalmente pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. E encontra tantas adesões, até de militares e padres, que imprudentemente propala como segura e próxima uma completa vitória. Vai até ao Rio lançar a se-

mente da revolução. Mas é logo encarcerado (1789), enquanto em Minas, o visconde de Barbacena manda prender os suspeitos, juntamente com os tres poetas simpatizantes Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto. Dos condenados, alguns foram degredados para a África, enquanto Tiradentes, depois de enforcado (1792) foi retalhado, e a cabeça e outros pedaços fincados em postes dentro de Vila Rica e pelo caminho de Minas.

O horror e o ódio da população foram sem dúvida novos incentivos para o sentimento de nacionalidade, aversão ao domínio português e idéias de libertação mais acesas. Mas o ideal dos conjurados era a formação de três repúblicas, a de Minas, a de São Paulo e a do Rio de Janeiro. De modo que o fracasso da Inconfidência foi um bem para o Brasil, que deixou de ser logo dividido em pequenas repúblicas. O ideal do estudante José Joaquim da Maia era a independência de toda a nação, e se não morre tão repentinamente, talvez fosse o artífice da República do Brasil ainda no século XVIII.

Exaltava-se a repulsão ao domínio da metrópole e do mesmo passo a ansiedade por uma pátria soberana.

Adiante damos novo passo com a revolução pernambucana de 1817, chefiada pelo espirito-santense Domingos Martins. Acelera-se a marcha no caminho da independência, como se colige da palavra do historiador José Teixeira de Oliveira:

"Era a hora em que o nativismo nacional começava a ser rudemente aferroado pelo absolutismo português. Aproximava-se do desfecho a rivalidade entre brasileiros e portugueses — tão agravada pela atitude provocadora dos segundos com a vitória das armas legalistas na Revolução Pernambucana de 1817. O Espírito Santo, que assistiu horrorizado ao holocausto de um de seus filhos — Domingos José Martins — naquela tentativa de libertação nacional, não faltou ao grande comício da Independência. Colaborou desde os albores do movimento, ajudando a construir o ambiente que levou d. Pedro ao gesto exremo do Sete de Setembro".

Mas d. Pedro I foi apenas envolvido pelo turbilhão que primeiramente lhe arrancou a declaração do FICO. Em seguida aderiu com a proclamação do Ipiranga, também arrebatado pelo povo eletrizado por José Bonifácio e Gonçalves Ledo, e pessoalmente enfurecido com as Cortes de Lisboa, que o reduziram a governar somente o Rio de Janeiro e criaram Governos Provinciais separados, todos sujeitos aos Tribunais de Portugal. Bem o prova a carta que escrevera a

Dom João VI, e ouros dados do capítulo III da **História do Brasil**, de Armitage. Contudo, merece louvor pela sua adesão, sem a qual a separação de Portugal viria um pouco mais tarde, e talvez à custa de sangrentas batalhas.

Entretanto, pouco depois de aclamado imperador, passou a tecer com a política de Lisboa. Chamou herois aos que tinham derrubado a Constituição Portuguesa; renegou a liberdade constitucional; repetiu aqui o gesto paterno, dissolvendo a Constituinte Brasileira e impondo o governo arbitrário.

Tamanho despotismo contrariou profundamente José Bonifácio, que foi afastado e impedido de realizar o seu grandioso plano de organização do Império.

A decepção geral explodiu com a nova revolução pernambucana, a chamada Confederação do Equador. Para sufocá-la, Pedro I atacou com a mesma monstruosidade com que os seus maiores massacraram os bravos da Inconfidência e da Revolução de 1817.

Nestas últimas insurreições daquele passado histórico o heroísmo toca as raias do delírio. Revoltas improvisadas, sem possibilidades de vitória, e sabendo os revoltosos que com a derrota a morte era certa. Mas todos arrebatados pela decisão de romperem de qualquer maneira aquele marasmo a que os forçava a mão de ferro dominante. Queriam mostrar que os brasileiros não se conformariam cabisbaixos, resignados com a opressão. Queriam mostrar que conheciam o valor da liberdade. Liberdade que havia de brotar de sangue dos sacrificados. De tal bravura e de tão alto valor moral, raríssimos são os exemplos na história dos movimentos revolucionários.

Ainda oprimida pelo absolutismo de Pedro I, a nação vibra de manifestações oposicionistas, até deixá-lo em xequemate. Sua bagagem preparada meses antes da partida, mostra como estava convicto de que precipitara uma situação insustentável. A independência política do Brasil começa verdadeiramente depois da abdicação de 7 de abril de 1831.

DISCURSOS & CONFERENCIAS

Discurso de posse em 12-06-1981

ELMO ELTON

Senhoras e senhores:

Moravam meus pais próximo à Praça João Clímaco, nesta cidade, de modo que, fosse hora de lazer, corríamos para lá, eu, meus irmãos, os demais meninos da vizinhança. A praça era um ponto de atração, tinha jardim com coreto, este sempre animado por vibrante banda de música, tanto que, em dias de festa, organizadas nossos batalhões mirins, simulávamos desfiles marciais, à cadência de seus dobrados inesquecíveis, tal se nos imaginássemos não soldadinhos de mentira mas já autênticos soldados da Pátria. Foi aquele tempo, para os meninos da Cidade Alta, um tempo de ruidosa alegria, de esperanças, também de descobertas. Recordo que, na manhã de um 12 de junho, era domingo, algo me despertou a atenção. É que, na mesma praça, em torno da estátua de Domingos José Martins, alguns senhores (eram os membros deste Instituto) homenageavam, com discursos, a memória do herói espírito-santense. Lá, aplaudindo os oradores, estavam, ainda, grupos de alunos dos mais diversos colégios da cidade. Foi assim que, de retorno à casa paterna, pedi me contassem mais coisas sobre o homenageado do dia. Contaram-me, de raspão, o que sabiam, mas, desde aí, se bem me lembro, agucei a curiosidade, — a curiosidade foi sempre uma característica de meu espírito —, já não faltando àqueles anuais encontros cívicos do dia 12 de junho, sempre no mesmo local. Antes lá chegassem os membros do Instituto, eis que ali, bem cedo me punha de sentinela, depositando sempre, religiosamente, ao pé da estátua, flor qualquer colhida no jardim caseiro. Desejoso de melhor informar-me acerca do grande herói, passei a freqüentar a vizinha Biblioteca Pública e, embora a minha pouca idade para leituras de maior folego, pus-me a ler, com avidez, tudo quanto se me ia deparando com referência à Revolução Pernambucana de 1817, inclusive artigos encontrados na excelente revista desta Casa. Depois, menino de quinze anos, indo estudar na velha cidade de Mariana, em

Minas, enquanto os colegas, orgulhosos e triunfais, falavam de Felipe dos Santos e de Tiradentes, propugnadores da independência nacional, eu me punha a discorrer, um tanto bisonhamente, sobre Domingos José Martins, e foi com visível indignação que ouvi, certa vez, de um colega mais crescido, ser o herói espiritossantense natural da Bahia. Ora isto me soou como clamorosa inverdade, mesmo quando, ao depois, li tal afirmativa em compêndio de mestre João Ribeiro, então adotado no colégio. Verdade que, ao correr dos anos, se ora lia algum estudo mais correto a propósito daquela Revolução, ora lia, também, sempre com pesar, críticas às causas deflagradoras da mesma Revolução, ora, ainda, e aí com maior pesar, comentários acerbos ao comportamento de nosso coestaduano.

Felizmente, a pesquisa continuada e séria, a interpretação política, histórica, firmada por estudiosos honestos, porque isentos de qualquer partidarismo, fizeram com que a figura de Domingos José Martins, afinal, se nos mostrasse inteira, incorruptível e majestosa, no delineamento de seus traços exatos.

Perdoai, senhores, vos tenha trazido, ao recordar-vos o nome daquele herói, velhas lembranças de minha infância, já que outra a incumbência que, para este momento, me delegastes. Mas imaginai o quanto de comoção se me enche o espírito, quando sei que, dentro de mais alguns minutos, já sócio efetivo desta Casa, estarei convosco na Praça João Clímaco, tal como faziam aqueles senhores de que vos falei de início, reverenciando a memória de Domingos José Martins, o imortal patrono deste Instituto, cuja data de arcabuzamento, no Campo da Pólvora, na Bahia, se comemora hoje, dia 12 de junho. Ali, convosco, estará o antigo menino da Cidade Alta, agora, bem vedes, já de cabeça embranquecida, mas, felizmente, com o coração ainda moço de civismo.

Senhores:

Fundado nos idos de 1916, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo chega até os nossos dias com um acervo de realizações digno dos melhores aplausos, dando, aos que ora aqui chegam, o testemunho do quanto pode a força de um legítimo ideal. A sua sede, recém-inaugurada, retrata cabalmente o idealismo, a capacidade realizadora do Presidente Alberto Stange Júnior e dos demais membros da Diretoria, já que, de uma sede velha, arruinada, puderam, vencendo toda espécie de sacrifício, substitui-la por esta outra, cujas

Sessão solene de 12 de junho de 1981 — Momento em que, em p
discurso, o novo sócio ELMO ELTON SANTOS ZAMPROGNO f
nome de todos os recém-eleitos.

salas passarão a constituir o templo de nossa religião cívica, porque esta é, verdadeiramente, a Casa do Espírito Santo. Daqui se irradiarão a inteligência, a cultura, o patriotismo, o trabalho pesquisador e vigilante de seus sócios, porque todos de olhos voltados para as nossas tradições, para o culto àqueles que, de uma forma ou de outra, contribuiram ou ainda contribuem para a grandeza cultural do solo espíritosanense. Aqui permanecerá, sempre acesa, a lâmpada votiva do respeito e da veneração pelo nosso Passado.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, após um período de forçada inatividade, volta a funcionar com a mesma garra e entusiasmo de seus primeiros anos, queremos dizer, como que ainda mais rejuvenecido pelo tônico de sua própria idealidade. Esta Casa, se já antes fôra um núcleo de trabalho constante, mais o será agora, com os novos propósitos que a animam. Sabem, os que aqui chegam, do quanto deles espera a atual Diretoria, daí que se comprometem a cumprir fielmente o juramento há pouco pronunciado. Assim, jamais decepcionarão aos que nele acreditaram, aos que o convocaram para as suas fileiras. Trabalharão, unidos, juntamente com os sócios veteranos, porque dessa união benéfica, indispensável, dependerão a continuidade, a preservação, o futuro do Instituto.

Ainda há pouco, em pesquisa ligeira realizada em órgãos culturais desta cidade, constatamos, com alegria, que as sementes lançadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, mormente através de artigos estampados em sua prestigiosa revista, já agora florescem e dão bons frutos. Vejamos:

1) O Arquivo Público Estadual, tomando por ponto de referência o admirável estudo sobre a imprensa espírito-santense, do século XIX à época contemporânea, de autoria do saudoso confrade Heráclito Amâncio Pereira, estudo publicado em quatro números seguidos da revista do Instituto, acaba de iniciar, com o apoio do Programa Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros do MEC, a microfilmagem de publicações raras, o que redundará na salvação de várias coleções de antigos jornais, não só editados em Vitória como em cidades do interior do Estado. Ainda o mesmo Arquivo, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, instalará, breve, um completo laboratório de microfilmagem de documentos, iniciativa inédita em nosso meio, de importante relevância para a pesquisa histórica. Registre-se, também, a montagem, ali, de uma oficina de restauração e conservação de papeis, visando à preservação de ma-

nuscritos. Igualmente ao mesmo órgão se deve a publicação de três recentes trabalhos de escritores nossos: **Memória estatística da província do Espírito Santo,** de Ignacio Accioli de Vasconcellos; **Jerônimo Monteiro — sua vida e sua obra,** de Maria Stella de Novaes; **História da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vitória,** co-autoria de Afonso Schwab e Mário Aristides Freire.

2) O Instituto Jones dos Santos Neves, por sua vez, preocupa-se com a memória histórico-cultural do Espírito Santo, desenvolvendo amplo projeto de Pesquisa e Documentação, com o levantamento fotográfico das estruturas arquitetônicas rurais e urbanas do Espírito Santo, notadamente nos séculos XIX e XX; montagem de acervo documental referente à Historiografia do Estado, bem como a montagem do Laboratório de História Oral, constante basicamente de entrevistas com pessoas que viveram a realidade social, econômica, administrativa, política e cultural do Espírito Santo. Esses depoimentos, já em número considerável, estão sendo gravados e transcritos, o que assegura a perenidade das informações. O mesmo Instituto vem editando, com aplausos gerais, uma série de livros de caráter estritamente histórico, alguns deles trazendo **fac-símile** de documentos, até então inéditos, localizados fora do País. **Os italianos e seus desendentes no Espírito Santo,** de autoria de Maria Stella de Novaes, recomenda-se como a sua mais recente publicação.

3) A Fundação Ceciliano Abel de Almeida, também cumprindo programação que se afina com o escopo deste Instituto, continua promovendo, por iniciativa própria ou em regime de co-edição com outros órgãos, a publicação de importantes textos referentes ao Espírito Santo. Ainda agora, cuida de editar manuscritos de Dom Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, quando de sua segunda visita pastoral à nossa antiga província, em 1886; a **História do teatro capixaba,** de Oscar Gama Filho, e **Panorama da escritura capixaba,** de José Augusto Carvalho. Já publicou, além de trabalhos didáticos e literários, estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida, por ocasião de seu centenário; **Memórias de um imigrante italiano,** de Orestes Bissoli, e **A insurreição do Queimado,** em terceira edição, de Afonso Cláudio. A Revista de Cultura da Ufes, editada pela mesma Fundação, acolhe, de preferência, trabalhos de História, tanto que, a partir de seu próximo número, divulgará o **Relatório arqueo-**

lógico do Espírito Santo, do Conde Adam Orssich Slavetich, datado de 1966.

4) A Universidade Federal do Espírito Santo, através de seus Departamentos de História e Geografia, igualmente se vincula às atividades norteadoras desta Casa, basta se diga que o Departamento de História, a partir do segundo semestre, promoverá um Curso de Cultura Espírito-santense, mediante conferencias a serem pronunciadas em diversas cidades do Estado. Ainda este ano, três teses, versando temas de interesse regional, serão defendidas na UFES, dentro do mesmo Departamento, a saber: **A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo no Século XIX**, de Sônia Maria Demoner; **Imigração e lavoura cafeeira no Espírito Santo**, de Gilda Rocha, e **Colonização em Rio Novo do Sul**, de Luciana Osório da Costa. O Departamento de Geografia, seguindo a mesma orientação do de História, realiza períodicos ciclos de palestras pertinentes à Geografia do Espírito Santo, estudando-a sempre em seus diferentes aspectos.

5) O Departamento Estadual de Cultura, segundo nos informam, desenvolve o Plano de restauração do porto de São Mateus, tendo proposto à Fundação Pró-Memória um Programa de preservação de cidades históricas do Espírito Santo, no valor de Cr$ 960 milhões de cruzeiros, enquanto incentiva e financia atividades ligadas ao teatro, ao cinema, à literatura, ao folclore, à pintura, às artes em geral, mantendo, com sucesso, a Galeria Homero Massena, nesta capital, e o Museu do Colono, na cidade de Santa Leopoldina.

6) O Museu Solar Monjardim, finalmente restaurada, funcionando graças a convênio firmado entre a SPHAN e a UFES, faz-se merecedor das atenções de nosso Instituto, que lhe louva não só a carinhosa preservação de tantos objetos de valor histórico e artístico ali reunidos, como, ainda, as periódicas exposições que vem realizando, sempre com a apresentação de peças seu próprio acervo.

7) A SPHAN, através de seu órgão regional, cuida presentemente da restauração da igreja de Nossa Senhora da Assunção e da antiga residência dos jesuítas, em Anchieta, tendo já concluído os trabalhos de restauração do magnífico retábulo da igreja de Nova Almeida, onde, breve, se instalará o Museu Regional de Artes e Tradições Populares, também com dependências destinadas à guarda de peças arqueológicas.

Certamente que muitas outras atividades de não menor relevo, quer de caráter oficial, quer particular, poderiam aqui ser lembradas, mas, cremos, que as focalizadas acima, por si mesmas, confirmam plenamente o que antes asseveramos: — as sementes lançadas pelo Instituto já agora florescem e dão bons frutos. Irmanemo-nos, pois, cada vez mais, aos que trabalham, de par conosco, na defesa intransigente, contínua, de nosso patrimônio cultural, artístico, histórico e geográfico, no que dele ainda nos resta.

Finalizando, cumpre-nos parabenizar o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo pelo retorno às suas atividades pioneiras, agradecendo-lhe, neste encontro solene, a acolhida generosa de nossos nomes em seu quadro de sócios efetivos.

DOMINGOS MARTINS — UM BI-CENTENÁRIO (1781 - 1817)

Christiano Ferreira Fraga

De Pernambuco principalmente, depois da expulsão dos holandeses, continuava ainda mais vivo o espírito de nacionalidade. Entre os focos de animação dos ideais de independência, figurava o **Areópago de Itambé**, situado na divisa com a Paraíba, clube de reunião de patriotas mais ilustrados — e que, quando dissolvido ao romper do século XIX, cumprira já em grande parte a sua missão iluminada, vindo a influir decididamente sobre a personalidade de Domingos José Martins.

Alto comerciante, sensato e progressista, mais se esclareceu com as suas frequentes viagens à Europa. Idealizara com seus companheiros um movimento de sérias bases, a estender-se desde a Bahia até o Ceará, e de cuja deflagração vitoriosa resultaria uma grande república. Pois em caso de derrota, a morte era certa. No seu engenho do Cabo e na sua própria residência em Recife, convocava repetidas vezes os conjurados.

Percebiam esses conspiradores que a elevação do Brasil a reino pouco adiantara para nossa emancipação política, pois continuávamos sujeitos às Cortes de Lisboa e às opressões que causavam geral descontentamento. Representações das câmaras pernambucanas ao governo real tinham sido repelidas com desconfiança e violência. A implantação da realeza no Brasil foi assim mais um incentivo para suas atividades conspiradoras.

Mas apesar das cautelas dos conjurados, os planos foram transpirando, a ponto de serem comentados abertamente nas ruas pelos mais afoitos e imprudentes. A corte real pôs-se logo de sobreaviso diante das sucessivas denúncias e boatos.

Não tardou a repressão ordenada pelo governador de

Pernambuco, que provocando a sangrenta reação dos militares intimados, precipitou desastradamente a execução do plano revolucionário ainda incompleto.

Como chefe da revolução, Domingos Martins logo assumiu a responsabilidade e a direção da luta, seguido de seus companheiros, embora avaliassem todos o perigo daquela precipitação. Não havia tempo para a organização da resistência em Pernambuco, e ainda menos nas províncias pactuantes.

Mesmo em tão desesperadora situação, os revoltosos dominaram Recife, e durante mais de dois meses exerceram na província um governo democrático exemplar, de rigorosa probidade, consideráveis melhoramentos, e sem nada aceitar em pagamento de seus trabalhos.

Quanto às províncias aliadas, correm estas palavras de um cronista: "Tantas traições, tanta inconstância dos habitantes das províncias circunvizinhas, penalizam, mas não dão a temer igual degradação da parte dos de Pernambuco".

Já vimos entretanto que essas províncias, distanciadas, também colhidas de surpresa, tiveram ainda menos tempo de preparativos. A inesperada antecipação do movimento já o condenara a inevitável malogro.

Desaba sobre Pernambuco a fúria, dos golpes adversários. Recife bloqueada pela esquadrilha real. No interior da província, os revolucionários arregimentados às pressas, dispersam-se confusamente, obrigados a lutar ao mesmo tempo em várias frentes, contra voluntários realistas e contra outras forças dos senhores de engenho contrários à revolução.

Nada se providenciara quanto ao reconhecimento do avanço do exército legalista de terra, já dentro de Pernambuco, quando o supunham ainda em Alagoas. Quem vai agora enfrentar esse exército? Vai enfrentá-lo o paisano Domingos José Martins, comandando uma guerrilha improvisada, empolgado pelo ardor patriótico, e com o fito de reanimar a população aflita de Recife.

O desbarato desse punhado de bravos à margem do rio Merepe, em nada diminui esse novo gesto heroico de Domingos Martins, o espiritossantense de Itapemirim. Até o últi-

mo instante suportou nos ombros o maior peso da revolução de 1817. Patriotismo e heroismo que pagou com a vida, perpetuando com o próprio sangue um exemplo do mais glorioso civismo.

Para conquistar a liberdade toda a luta é sagrada. Monstruosas são as guerras de hoje, guerras de rapina e de ambições de domínio, e cujos responsáveis procuram cinicamente mascarar seus verdadeiros motivos.

Este ano de 1981, concelebramos o bicentenário do nascimento de Domingos Martins, e lembramos que não foi perdido o seu sacrifício dos bens e da própria vida, na luta contra o absolutismo português, a que se curvava o pobre Dom João. O sangue de Domingos Martins foi ainda a sementeira da Confederação do Equador, que explodiu sete anos depois contra o despotismo do nosso primeiro imperador. Pai e filho tornaram-se intoleráveis. E o povo enfim pôde respirar quando se viu livre dos dois Braganças, que sumiram barra fora.

E ÊLES ERAM ASSIM...

Nelson Abel de Almeida

Foi em 1944 que aconteceu a minha eleição, para Orador Oficial desta Casa, motivada pela bondade dos ilustres consócios de então.

Estava-se no biênio administrativo 1943-1945, quando a Diretoria dêste Sodalício estava assim constituida: Presidente — Dr. Artur Lourenço de Araujo Primo; 1º Vice-Presidente — Dr. Américo Ribeiro Coelho; 2º Vice-Presidente — Dr. João Manoel de Carvalho; 3º Vice-Presidente — Dr. Olinto Couto de Aguirre; Secretário-Geral — Dr. Euripedes Queiroz do Valle; Orador — Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama; Tesoureiro — Dr. Almir Santos Gonçalves.

Naquêle já longínquo 1944, no dia 13 de abril, falecia o Desembargador Celso Calmon Nogueira da Gama que, como atrás referi, era o Orador Oficial desta Casa. Fui, então, eleito para completar o seu mandato no biênio 1943-1945, no honroso encargo de Orador-Oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e, já no dia 12 de junho de 1944 coube-me, em sessão solene presidida pelo saudoso Dr. Artur Lourenço de Araujo Primo, fazer, em cumprimento aos dispositivos estatutários, os elogios do Dr. João Claudio Carneiro Campelo e do Desembargador Celso Calmon Nogueira da Gama.

Naquêle 12 de junho de 1944 dissera eu, à seleta assistencia, então presente á sessão solêne — "É nêsse dia histórico, nêsse dia em que, como um bravo e como um forte, Domingos Martins comandou, enérgico e resoluto, o seu arcabuzamento, ao pelotão de D. João VI, nêsse dia histórico, em que o chefe suprêmo da Revolução de 1817 tornou-se um herói nacional, por direito de conquista, nada se deveria fazer para perturbar a grandiosidade desta magnífica sessão, nenhuma nuvem deveria toldar o brilhantismo desta hora de evocação; nêste instante magnífico, esta tribuna que já experimentou os écos de vozes autorizadas como a de Mario Aristides Freire e de muitos outros, esta tribuna que já vibrou ante a eloquência de Elpidio Pimentel, de Alarico de Freitas, de Manoel Lopes Pimenta e de tantos outros,

nêste instante mágnifico esta tribuna que já se exalçára, com os gigantes da oratória espirito-santense, às culminâncias do Himaláia, está sendo exalçada às profundezas do Vale do Gós (se é que, tambem nêste sentido, póde ser empregado o verbo exalçar), por quem não está, realmente á altura de ser o Orador Oficial desta Casa, que é a guarda fiel e, sempre alerta das tradições mais queridas aos filhos do Espirito Santo. E só em consequência de uma escôlha, onde se ressalta a bondade dos meus eminentes colegas do Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo, é que se deve a minha presença aqui, nesta tribuna augusta, que eu quisera poder elevar aos esplendôres de um púlpito".

Nêste ano de 1981, quando se estão completando trinta e sete anos daquêle 12 de junho de 1944, aqui estou, uma vês mais, conduzido pela generosidade de meus ilustres pares ás eminências de Orador Oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo. A todos o meu muito obrigado.

— X —

Agora, neste ano de 1981, quando a Casa de Domingos Martins retoma as suas atividades, voltando para realizar aquela tarefa sagrada que, naquêle distante 12 de Junho de 1917, os "Drs. Antonio Francisco de Ataide, Carlos Xavier Paes Barreto, e Farmaceutico Archimimo Martins de Matos" e mais o "Tenente-Coronel Marcondes Alves de Souza Junior, por si e como representante do Exmº Sr. Dr. Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado, Desembargadores Manoel dos Santos Neves, Anésio Augusto de Carvalho Serrano, Francisco de Paula Mendes Wanderley e Afonso Claudio, Drs. Artur Lourenço de Araujo Primo, José Bernardino Alves Junior, J. J. Bernardes Sobrinho, José Espindula Batalha Ribeiro e Henrique O'Reilly de Souza, Padre Dr. Elias Tommasi Podestá, Padre Camilo Loureiro

— X —

Bento, Dr. José Sette, Professores Aristides Braziliano de Barcelos Freire e Adolfo Fernandes de Oliveira, Coronel Marcondes Alves de Souza, Professores Francisco Rodrigues da Braga Loureiro e Alonso Fernandes de Oliveira, Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, Professores Eduardo de Andrade Silva, Arnulfo Martins de Matos e Amancio Pinto Pereira, Dr. João Lordelo dos Santos Souza, Professor Antonio Aunon Sierra, Dr. Luiz Jouffroy, Dr. Antonio Gomes

Aguirre, Dr. Targino Neves, Dr. Adolfo Mario de Oliveira, Dr. Henrique de Novaes, Dr. Deocleciano Nunes de Oliveira, Dr. Carlos Sá, Francisco da Silva Rufino, Dr. João Manoel de Carvalho, Dr. João Bernardino Alves, Dr. Manoel Xavier Paes Barreto, Luiz Fraga, Dr. Aristoteles da Silva Santos, João Calmon Adnet e Artur Antunes Barbosa Brandão", naquele distante 12 de Junho de 1916, repito, reuniram-se êsses quarenta e dois homens de cultura sob a presidência do Dr. Antonio Ataide que deu a palavra ao Dr. Carlos Xavier Paes Barreto o qual, em substanciosa oração mostrou ser objeto da reunião "promover a fundação de um grêmio que se destinasse ao estudo da geografia e da história do Espirito Santo, e o de tratar da comemoração da gloriosa data republicana cujo centenário passará decorrido apenas mais um ano".

— X —

Decidiram, ainda, aquêles idealistas que o nome da associação fosse INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPIRITO SANTO adotando-se "provisoriamente para a associação os ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO".

Assim, em 12 de Junho de 1916, "em uma das salas do edificio do Congresso Legislativo do Estado do Espirito Santo" nascia êste venerando Sodalicio como se pode verificar da áta, então lavrada pelo Dr. Artur Lourenço de Araujo Primo, "servindo de segundo secretário".

Em 12 de junho de 1944, portanto há trinta e sete anos passados, ao assumir esta tribuna, pela primeira vez, no exercicio de Orador Oficial desta Casa, disse eu — "Não quero deixar sem um leve reparo a disposição estatutária que impõe ao Orador Oficial do Instituto a obrigação de fazer, nesta Assembléia, o elogio dos sócios falecidos durante o ano. Não discuto se tal dispositivo é bom ou máu, se está certo ou errado, porque não compreendo como podem, historiadores ou presumiveis historiadores, analisar vidas de sócios falecidos esquecendo-se de que: — a) — êles foram homens e, portanto, devem ter e têm virtudes e os defeitos humanos; b) — muito cêdo é ainda para se julgar da influência, bôa ou má, que os sócios desta Casa, falecidos no ano que passou tiveram no panorama histórico e político do Espirito Santo".

— X —

A despeito do tempo decorrido, ainda não tenho moti-

vos para mudar o meu modo de pensar, com referência ao aludido dispositivo estatutário.

Nêste instante, quando depois de um longo hiato nas atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo, hiato êsse motivado pela construção do "Edificio Domingos Martins", onde esta Casa tem a sua séde, muitos foram os eminentes consócios que fecharam os olhos para a vida, que já dormem o último sono.

Mas nem por isso escusar-me-ei ao grato dever de lhes recordar as vidas, eis que "nem por terem deixado de existir materialmente, continuam (e isso parece um paradóxo) a integrar esta Casa, guarda avançada da História e da Geografia capixabas porque, êles, os sócios falecidos, têm de agora por diante, os seus nomes inscritos nessa mesma História que êles ajudaram a escrever e da qual foram êles, não resta dúvida, celulas átivas e eficientes, tanto mais que aqui falamos sempre com o emprêgo da primeira pessoa do plural, não há aqui o EU — mas por fôrça dos nossos costumes — o NÓS — porque, simplesmente, mas devotadamente, somos aqui o INSTIUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPIRITO SANTO".

Nesta sessão solêne devo, agora, em cumprimento ao disposto na letra **b** do artigo 19: — "fazer o elogío dos sócios falecidos" nêsse periodo em que a Casa de Domingos Martins esteve em recesso, os quais são os seguintes: — Afonso Schwab, Américo Poli Monjardim, Aristobulo Barbosa Leão, Arnulfo Matos, Augusto de Aguiar Salles, Carlos Nicoletti Madeira, Ceciliano Abel de Almeida, Darcy Moraes de Matos, Euripedes Queiroz do Valle, Fernando Duarte Rabelo, Francisco Eugenio de Assis, Francisco Generoso da Fonseca, Jair Etienne Dessaune, João Bastos Bernardo Vieira, João Milton Varejão, José de Barros Wanderley, Jones dos Santos Neves, Manoel Lopes Pimenta, Marcondes Alves de Souza Junior, Mário Aristides Freire, Mário Serrano, Olinto Couto de Aguirre, Oswaldo Cruz Guimarães, da classe dos efetivos, enquanto que na classe dos Correspondentes faleceram Alarico de Freitas, Aristeu Borges de Aguiar, Aristeu Portugal Neves, Atilio Vivacqua, Augusto Barata, Carlos Delgado de Carvalho, Carlos Xavier Paes Barreto, Claudionor Ribeiro, Elpidio Pimentel, Francisco Gonçalves, Levino Fanzeres, Luiz Serafim Derenzi, Mirabeau da Rocha Pimentel, Nilo de Freitas Bruzzi, Sezefredo Garcia de Rezende, Ubaldo Ramalhete Maia, Walter de Moraes Siqueira.

Possivelmente, dentre os sócios que são correspondên-

tes, muitos outros que não estão na lista, ora referida, devem ter falecido, o que não é do meu conhecimento; terei, entretanto, empenho em verificar se ocorreram outros falecimentos de sócios Efetivos e Correspondentes eis que, dada a parada em que viveu, por algum tempo, esta Casa veneranda estamos em dívida para com aquêles que, em outros tempos, tanto deram de si pelo seu engrandecimento, e tanto trabalharam pela terra de Vasco Fernandes Coutinho.

Quanto a mim, enquanto estiver no exercicio da função de Orador Oficial dêste Sodalicio, cuidarei de vencer todos os obstáculos para resgatar essa divida para com aquêles nossos eminentes e, jamais esquecidos consócios.

Ao "fazer o elogio dos sócios falecidos" cuidarei de não esquecer que, na Grécia de tempos remotos, existia "antiga lei de Sólon, que proibia dizer mal dos mortos. E o sábio legislador ateniense entendia, e com razão, que é um dever religioso e belo considerar os mortos como sagrados; a Justiça manda respeitar a memória dos que já não existem, a própria política não quer que os ódios sejam imortais", enquanto que o notável e saudoso mestre Fernando Magalhães, em sua magistral CARTILHA DA PROBIDADE às páginas 15 ensina — "os que guardam o culto dos desaparecidos sentem-nos ao seu lado, palpitantes e revividos. Nos recantos onde a tradição fala, a vida penetra pelas idades recuadas e cada qual póde conquistar a parcería da distância".

Daí porque, nesta Sessão Solêne, quando o Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo retoma a sua caminhada gloriosa e repleta de luzes vou, para os meus eminentes consócios e para esta seléta assistência, relembrar, ainda que palidamente, as figuras de Darcy Moraes de Matos, Euripedes Queiroz do Valle, Francisco Generoso da Fonseca, Aristobulo Barbosa Leão, Américo Poli Monjardim, João Milton Varejão, Carlos Nicoletti Madeira e Américo Ribeiro Coelho.

— X —

Mal se iniciava o ano de 1981, ora em curso, quando se anunciou que, no dia 10 de janeiro, um sabado, começou a dormir o sôno de que não se acorda o médico humanitário, bondoso e dedicado, de corpo e alma, á profissão que elegera para a sua vida e á qual se doara, inteiramente, enquanto a saúde o permitiu.

Filho do Casal Arnulfo/Iracema de Matos nascera

Darcy Matos na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, aquela acolhedora Princesa do Sul, no 9 de setembro de 1902.

Já em 1907 estava o nosso ilustre consócio nesta cidade de Vitória; aqui fez êle o seu Curso Primário.

Em 1917 fui encontrá-lo no antigo, e tradicional Ginásio Espirito Santense, então dirigido pelo nosso e querido e saudoso mestre Padre Elias Tommasi Podestá; naquêle ano longinquo estava Darcy Matos cursando o Segundo Ginasial, em turma numerosa da qual tambem fiz parte.

Essa turma chegou ao Quinto Ano Ginasial, em 1920, bem reduzida, apenas com onze alunos que concluiram o Curso de Bacharel em Ciências e Letras, como prescrevia a legislação do ensino ao tempo.

Compunham a turma Alberto Sarlo, Atila Thevenard Barroso, Cesar Nogueira da Gama, Darcy Moraes de Matos, Darcilio Batalha, Flavio Marques da Costa, Granvalino Amélio da Silva, José Neves Cipreste, Nelson Abel de Almeida, Odete Braga Furtado e Pedro Feu Rosa.

Devo salientar, nesta hora, que foi a turma paraninfada pelo insigne Professor Jonas Meira Bezerra Montenegro, Catedrático de Português e Patrono da Cadeira nº 30, da Academia Espirito Santense de Letras, e tambem sócio desta Casa.

Concluido o Curso Ginasial, em 1920, vai Darcy Matos para o Rio de Janeiro e, como era normal áquele tempo, sem **cursinho** e sem **cruzinha**, submete-se a Exame Vestibular na Faculdade Nacional de Medicina, sediada na Praia Vermelha, sendo aprovado e matriculado no Primeiro Ano. O Curso Médico é concluido em 1926, depois de ter sido aprovado no 6º Ano.

Após ter defendido tése, exigência do tempo, para a conclusão do Curso Médico, tése esta que foi aprovada com distinção, regressa êle á sua terra, passando nela a exercer a sua profissão, sem indagar, como é comum nos dias atuais, o quanto podem lhe pagar os seus clientes.

Além do Consultório particular, aquêle homem simples, irradiando bondade, dispensando carinho aos que buscavam os seus serviços profissionais, foi tambem Médico do Estado e, por mais de quarenta anos, prestou serviços á Santa Casa de Misericordia, quando outra era a sua fachada e alí trabalhavam as Irmãs de S. Vicente de Paulo, as Irmãs de Caridade como então se dizia, as quais, a despeito de todas as dificuldades financeiras e materiais, não deixavam um necessitado voltar sem ser atendido, porque se fosse necessá-

rio colocavam camas até pelos corredores das Enfermarías.

Sócio do Rotary Club Vitória-Centro, do Club Vitória quando o mesmo timbrava em ser elegante, do Clube de Regatas Saldanha da Gama, era Darcy Matos assiduo frequentador de Cinema; gostava de passar as suas horas de lazer assistindo Teatro, ouvindo Música e Óperas; era tambem um entusiasmado da Poesia, tendo especial predileção por Olavo Bilac.

Recordava-se sempre dos seus colegas da Turma de 1920 e, não esquecer aquêle que foi o Padrinho da Turma — Jonas Montenegro.

Em 1970, quando aquêles jovens de 1920, se reuniram com suas espôsas para festejarem as Bôdas de Ouro de sua formatura em Bacharel de Ciências e Letras, tambem lá estava Darcy Matos comungando da alegria de todos.

Mas, na vida, sempre existe um "mas", um "mas" que é o dia em que, queiramos ou não, todos deixamos este mundo e partimos.

E neste ano de 1981, no dia 10 de janeiro, como já se referiu, foi a partida de Darcy Matos.

Para todos nós, os seus colegas de Turma de 1920, hoje apenas três, e para os seus consócios, êle nos deixou mergulhados na saudade.

E desolada, profundamente desolada, ficou a sua querida Yára Matos, companheira de todas as horas e que tanto o compreendeu, tanto o incentivou conservando-o em seu coração para todo o sempre.

— X —

Um dia afirmou "Mestre" Fernando Magalhães — "Um predestinado, só, redime um século de turbulência; uma vida de verdades compensa uma éra de tumultos".

A Casa de Domingos Martins, nestes seus sessenta e quatro anos de vida bem vividos, tem tido em seu quadro social, não apenas um mas muitos predestinados, muitos cujas "vidas de verdades" valeram pela éra de tumultos que todos estamos vivendo.

E, dentre êstes, cabe-me destacar Euripedes Queiroz do Valle, capixaba da cidade de Benevente, hoje Anchieta, onde nasceu a 28 de janeiro de 1897.

Era êle filho do casal Clarindo Ciro do Valle/Etelvina Queiroz do Valle; os seus Cursos Primário, Secundário e Superior foram feitos na cidade do Salvador, para onde se transferiram seus pais no ano de 1901, no dia 15 de janeiro.

Como seu progenitor iria reiniciar a sua carreira de Magistrado no interior da Bahia, foram os estudos primários de Euripedes Queiroz do Valle feitos e concluidos em Escolas Públicas, no interior do nosso vizinho do Norte.

Já o Curso Secundário, iniciado em 15 de fevereiro de 1911, foi feito no Educandário Maria Imaculada, dos Irmãos Maristas, na cidade bahiana de Alagoinhas; em 1913 vai para a cidade do Salvador, matriculando-se no Ginásio Nossa Senhora da Vitória, dirigido pelos Irmãos Maristas; a seguir matricula-se no Curso Especial de Preparatórios de Salvador com o objetivo de se habilitar para o Exame Vestibular, afim de ingressar na Faculdade de Direito da Bahia.

O seu Curso Juridico, que lhe dava o direito de receber o gráu de Bacharel em Ciências Juridicas e Sociais, foi concluido em 24 de dezembro de 1918, ano em que o mundo todo foi assolado pela epidemia denominada "Espanhola", a qual concorreu para que o Poder Legislativo votasse a Lei Federal nº 3603 de 11 de dezembro de 1918, que dispensava a prestação de exames naquêle ano; em suma todos os estudantes foram dispensados da prestação de exames e, consequentemente, todos foram aprovados.

Euripedes Queiroz do Valle, com mais oito colegas, em sinal de protesto contra a referida lei, insiste pela prestação dos exames finais das matérias que constituiam o Quinto Ano do Curso Juridico, de então.

Agora, já com 21 anos de idade e portador do diploma de Bacharel em Ciências Juridicas e Sociais, Euripedes Queiroz do Valle inicía nova fase de sua vida e vai mostrar que o diploma conquistado não é, apenas, um papel para ser relacionado entre mais papeis atestadores de titulos inuteis e que, vezes sem conta, nem competência profissional de seus possuidores comprova, visto como esta competência só é comprovada pelo exercicio diuturno da profissão, agora, repito, vai êle iniciar a sua vida de trabalho como Advogado, Membro do Ministério Público, Magistrado, Administrador, Historiador, Homem de Letras, por mais de meio século.

Já em 1919 está Advogado nas Comarcas de Maraú e Santarém, situadas no reconcavo bahiano; ainda em 1919 é designado Juiz Municipal para o Têrmo de Santarém, Comarca de Taperoá e, por ter sido nomeado Juiz Municipal em Santarém, exonera-se das funções de Diretor do Jornal local SANTARENÓPOLIS; em 1920 lança o seu livro de estréia, que vem demonstrar o escritor e o historiador do futuro que

êle o sería, livro êste a que deu o titulo MEMÓRIA HISTÓRICA DO MUNICIPIO DE SANTARÉM.

Assim, depois de algumas outras atividades úteis á sua coletividade em 1922 está Euripedes Queiroz do Valle em Cachoeiro de Itapemirim, portanto de regresso ao seu Estado Natal e, alí, se inicía nos sedutores mistérios da Advocacia quando, em 1923, vai ilustrar o Ministério Público espirito santense, como Promotor Público da Comarca de Rio Pardo, hoje Iuna, passando a seguir, para a de Colatina, onde fundou com o notável homem público Xenocrates Calmon e o dedicado Professor Antonio Mattos o "CURSO DE DIVULGAÇÃO E APROVEITAMENTO" que era destinado a preparar "moças e rapazes da sociedade local", em "Lingua Vernácula e História Pátria".

Estava escrito, entretanto, que Eurípedes Queiroz do Valle iria se dar, inteiramente, ao bem público e atender os apêlos do bêrço natal e, assim, em 26 de março de 1924, com pouco mais de vinte e sete anos de idade foi êle nomeado, por aquêle notável Presidente do Estado do Espirito Santo — Florentino Avídos —, para exercer as elevadas funções de Chefe de Polícia do Estado, hoje Secretário de Estado da Segurança Pública.

O ano de 1924 deixou bem assinalada a sua vida pública, eis que nêsse ano, depois de se ter submetido a concurso, com vários outros colegas, para o cargo de Juiz de Direito e de ter sido aprovado, é nomeado para exercer referido cargo na Comarca de Colatina.

Alí restabelece a circulação do jornal A NOTÍCIA, e tambem funda a "Sociedade Dramática Colatinense", com a qual traz, para o Teatro, os jovens daquela cidade, estreiando a Sociedade Dramática, ora referida, com a Comédia "Cuidado Zeferino".

Em 1931 é removido, a pedido, para a Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, onde permanece até 1933, quando foi promovido para a Comarca da Capital, de Terceira Entrância, como Juiz da Segunda Vara.

Anteriormente, em 1928, pelas Oficinas da tradicional revista "Vida Capichaba" publicou o livro POLÍCIA JUDICIARIA — 1ª Edição.

Em 1938, no dia 21 de junho, é eleito para a Cadeira nº 27 da Academia Espirito Santense de Letras, a qual tem como patrono o eminente historiador e jurista Desembargador Afonso Claudio de Freitas Rosa; tomou posse da sua Cadeira em 3 de setembro de 1938, quando foi saudado pelo

Acadêmico Heraclito Amâncio Pereira. Foi Acadêmico titular de sua Cadeira durante quarenta anos.

Em 1941, no dia 24 de dezembro, foi eleito Presidente da Academia Espirito Santense de Letras, função que exerceu durante vinte e dois anos, por sucessivas reeleições, até 18 de novembro de 1963 e na qual foi sucedido pelo Acadêmico Ceciliano Abel de Almeida.

Na Academia Espirito Santense de Letras saúda os Acadêmicos José Paulino Alves Junior, Fernando de Abreu, Ceciliano Abel de Almeida, Hilário Sigismundo Soneghet, quando os mesmos, em sessões solênes, tomaram posses de suas Cadeiras.

Ainda, como Presidente da Academia Espirito Santense de Letras providencía obter uma séde para a mesma contando, para tanto, com a bôa vontade do Interventor João Punaro Bley, que cedeu uma sala no 3º andar do Banco de Crédito Agricola do Espirito Santo, hoje Banco do Estado do Espirito Santo, colaborando para a instalação da referida sala, com mobiliário, o Prefeito Américo Poli Monjardim e os Secretários de Estado: Nelson Goulart Monteiro (Interventoria), Celso Calmon Nogueira da Gama (Interior e Justiça), Gentil Dessaune (Fazenda), Moacyr Ubirajára (Educação e Cultura), Enrico Hildebrando Ruschi (Agricultura), isto em 19 de abril de 1942.

Tambem, na Academia Espirito Santense de Letras, fundou, de parceria com o Acadêmico José Paulino Alves Junior, além de outros Acadêmicos, o CENTRO ESPIRITO SANTENSE DE ESPERANTO com o objetivo de "divulgação desse idioma" (24-2-1944); criou, para os jovens estudantes, em 10 de março de 1944, um CURSO DE LINGUAS AMERICANAS objetivando o ensino do Português, Inglês e Espanhol.

Filiado á Academia Espirito Santense de Letras é fundado por Euripedes Queiroz do Valle, com a colaboração de Guilherme Santos Neves, Cristiano Fraga, Jair Dessaune, Renato Pacheco, o CENTRO CAPIXABA DE FOLCLORE.

Quando D. José Joaquim Gonçalves, então Bispo Diocesano do Espirito Santo, criou o INSTITUTO ESPIRITO SANTENSE DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ARTE RELIGIOSA, com a finalidade de preservar um patrimonio capixaba, foi S. Exa. Reverendissima encarregar, ao nosso pranteado consócio, a incubência de preparar os Estatutos e Regimento Interno dêsse Instituto, isto em 20 de outubro de 1955.

Em 27 de outubro de 1939 passou êle a integrar o quadro de sócios efetivos, dêste Instituto.

Aqui desempenhou êle, nas diretorias dos biênios 1941-1943, 1943-1945 as funções de 1º Secretário; nos biênios 1945-1947, 1947-1949, as funções de 3º Vice-Presidente; no biênio 1949-1951 a função de 1º Vice-Presidente; nos biênios 1951-1953, 1953-1955, 1955-1957 as funções de Presidente, tambem a Revista dêste Instituto sofreu a influência benética de Euripedes Queiroz do Valle.

Assim é que em seu número 15 (dezembro de 1943), de páginas 77 ás páginas 99, está o "INDICE GERAL, alfabético da matéria contida nos primeiros 14 volumes, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo, organizado pela Secretaría da Casa em 21-10-1943", e esta Secretaría estava sob a supervisão do nosso saudoso consócio.

Os detalhes, contidos nêsse INDICE GERAL, mostram a sua utilidade para os pesquisadores dos dias atuais.

Preocupado com a Memória do Espirito Santo, já em 1952, apela para o Govêrno do Estado no sentido de serem adotadas providências visando "impedir a evasão de antiguidades e reliquias históricas do Espirito Santo, então procuradas por comerciantes ambulantes, compradores de raridades dêsse genero".

Era Acadêmico Correspondente da Academia Matogrossense de Letras, Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Instituto Genealógico Brasileiro de S. Paulo, Acadêmico Correspondente da Academia Cachoeirense de Letras, Membro Honorário da Academia Capixaba dos Novos, desta Cidade de Vitória; integrou o Conselho Estadual de Cultura, fundou a Associação de Juristas do Espirito Santo, presidiu a Associação Espirito Santense de Imprensa, era Cidadão Vitoriense, sócio Correspondente do Instituto Brasileiro de Cultura; colaborou, praticamente, em todos os orgãos da Imprensa Capichaba, inclusive nas Revistas VIDA CAPICHABA e CANAAN e, como magistrado ocupou a Presidência do Tribunal de Justiça do Espirito Santo.

Publicou vários livros, á sua própria custa, não por interesse de negociá-los, mas pelo prazer de divulgar a cultura.

Como foi referido, anteriormente, o seu primeiro livro foi publicado em 1920, aos vinte e três anos de idade, livro êste que intitulou, como já se disse — MEMÓRIA HISTÓRI-

CA DO MUNICIPIO DE SANTARÉM. Seguem-se-lhe: em 6 de agosto de 1928: — POLÍCIA JUDICIÁRIA; em 12 de abril de 1944: — A CASA DO ESPIRITO SANTO (Instituto Histórico), tendo o mesmo um anexo constante de "um indice geral alfabético de toda a matéria contida nos primeiros 18 volumes da Revista daquêle Instituto"; em 15 de novembro de 1945: — RESENHA HISTÓRICA DA ACADEMIA ESPIRITO SANTENSE DE LETRAS; em 15 de março de 1948: — BREVE NOTÍCIA DO ESPIRITO SANTO E DE SUA CAPITAL; em 4 de novembro de 1952: — PROVIMENTO GERAL DAS CORREIÇÕES; em 15 de maio de 1955: — RELATÓRIO GERAL DE SUA ADMINISTRAÇÃO COMO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM 1954; em 5 de dezembro de 1955: — O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPIRITO SANTO E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS; em 10 de março de 1959: — RESUMO HISTÓRICO DA CIDADE DE VITÓRIA; em 18 junho de 1962: — TORTA CAPIXABA, coletanea de trabalhos literários (ensaios e crônicas) em conjunto de dez Acadêmicos; em 15 de julho de 1967: — DATAS E DADOS DA VIDA JUDICIÁRIA ESPIRITO SANTENSE; em 12 de junho de 1967: — MICRÓLOGOS; em 8 de junho de 1968: — DIREITOS DOS BRASILEIROS; em 16 de julho de 1971: — O ESTADO DO ESPIRITO SANTO E OS ESPIRITO SANTENSES.

Mas o tempo caminha, inexoravel, e Euripedes Queiroz do Valle, homem de sólida cultura, de trato amêno, de relacionamento agradável, não perdia o seu bom humor e nem se desinteressava da vida.

Foi pioneiro de muitas das idéias preconizadas nos dias atuais, como a das Prisões Abertas, tanto que em 1º de outubro de 1930 deu, "por 20 dias, permissão aos presos da Justiça da Comarca de Colatina, onde exercia a judicatura, para que visitassem as suas familias, em face do êxodo da população da cidade, alarmada com os boatos sôbre a aproximação das tropas revolucionárias mineiras, que invadiam o Espirito Santo, o que determinou o fechamento do comércio local, dos hotéis e pensões, deixando a Justiça sem meios de prover a alimentação daquêles prêsos. Dando aquela permissão marcou-lhes, entretanto, o prazo para a volta. No dia fixado, com surprêsa geral, todos retornaram. O bom humor dos advogados da Comarca consideraram aquêle gesto do Juiz como uma espécie de "FERIAS aos prêsos".

Era assim que, para determinados momentos, busca-

va Euripedes Queiroz do Valle soluções ainda não utilizadas por quem quer que seja.

Dedicado aos livros, ás suas pesquisas, ás crônicas que publicava, sempre repletas de bom humor, viveu a vida tendo sempre muito otimismo para si, e para dar a todos os que, dêle se aproximavam.

E no dia 7 de junho de 1979, há pouco mais de dois anos, a sua querida, dedicada e sempre amada Euridice Figueiredo Valle, e tambem todos nós vimos a sua partida.

Não foi apenas o Euripedes Queiroz do Valle que nos deixou, foi tambem o Beneventino, com toda a sua bondade e com toda a sua jovialidade que seguiu para o encontro com o Senhor.

E aqui ficamos nós, com a ilusão de que vamos encontrá-lo a qualquer momento.

—X—

O tempo não pára, caminha sempre e, por um dêsses paradoxos da vida, o tempo não tem tempo para descansar, que o tempo não se cansa.

Um dia, há mais ou menos seis anos passados, em sua residência, nesta cidade, desaparecia do cenário dos vivos o nosso ilustre consócio Francisco Generoso da Fonseca, o Professor Generoso como era êle conhecido. Êsse desaparecimento ocorreu no dia 19 de fevereiro de 1975, tendo êle nascido no dia 4 de outubro de 1904, no Estado de Minas Gerais.

E quero crêr que nome de Francisco lhe foi posto pelo seu progenitor — Julio Pinto da Fonseca — numa homenagem áquêle outro Francisco, nascido tambem em um 4 de outubro e que foi S. Francisco de Assis.

Filho do casal Julio Pinto da Fonseca/Ana Generoso da Fonseca, o Professor Generoso iniciou os seus estudos primários na cidade do Serro sendo, a seguir, como era comum ao tempo, matriculado no Colégio do Caraça, onde fez quase todo o Curso de Seminarista.

Transferindo-se para Petrópolis, especializou-se em linguas. Ainda em Petrópolis, recebeu êste nosso ilustre consócio um convite dos Capuchinhos de Santa Tereza, a terra de Augusto Ruschi, para vir lecionar Latim e Francês, com residência no Colégio.

Aceitou o convite e veio. Chegando o ano de 1929, cuidou de concorrer ao concurso aberto para provimento do cargo de Inspetor de Ensino do Estado, quando se estava na

Presidência Aristeu Aguiar e o Secretário de Educação e Cultura era Atilio Vivacqua, tambem nosso consócio.

Aprovado, foi nomeado e transferiu-se aqui para Vitória, que elegeu para a sua residência definitiva; integrou a primeira turma de Bachareis em Ciências Juridicas e Sociais da nossa veneranda Faculdade de Direito do Espirito Santo.

Como colega teve, além de outros, o Desembargador Carlos Teixeira de Campos, renomado poeta e membro da Academia Espirito Santense de Letras.

Em memorável concurso, com a tése LE PRONOM ON conquistou a cátedra de Francês do antigo Ginásio do Espirito Santo, depois Colégio Estadual do Espirito Santo, onde pontificaram mestres da estatura de Jonas Montenegro, Adolfo Oliveira, Guilherme Santos Neves, Ceciliano Abel de Almeida, Heraclito Amâncio Pereira, José Meira Quadros, Hercules Pena, Aristeu Aguiar, José Coelho de Almeida Cousin e quantos outros.

Foi, além de Professor Catedrático Vitalício de Francês do Colégio Estadual, já referido, tambem Diretor do mesmo estabelecimento, aposentando-se nêsse cargo.

Ao tempo da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espirito Santo, no Govêrno Jones Santos Neves, foi Francisco Generoso da Fonseca, Professor Titular da Cadeira de Lingua e Literatura Latina.

Os seus ex-alunos, quando o encontravam, saudavam-no com alegria e agradeciam o quanto lhes valía as exigências que êles lhes fizera, como Professor de Francês.

Nenhum aluno, daquêles velhos tempos, se referia ao Professor chamando-o de "Legal...", "Barra Limpa...". Outra era designação, possivel "chato", "Importuno", "aborrecido", "maçante", "vulgar", "rasteiro" (Em sentido figurado é plebeismo), como ás páginas 296 ensina o Professor Francisco da Silveira Bueno no DICIONÁRIO ESCOLAR DA LINGUA PORTUGUESA, Edição do Ministério de Educação e Cultura.

Parecendo um homem sêco, ríspido, árido, o nosso Professor Francisco Generoso da Fonseca gostava de, nas suas horas de descanso, parar para ouvir Música Clássica, principalmente Óperas.

Um dia encontrei-me com êle, já aposentado, e perguntei-lhe:

— E agora, Generoso, que vai você fazer?

Respondeu-me de imediato:

— Preparar para morrer.

Falára o homem temente ao Senhor, o cristão convicto e exemplar. Hoje, nós os do Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo, guardamos a sua memória e nos regosijamos por termos sido seus amigos, convivendo com êle.

E alí, na rua Joaquim Lirio nº 76, na Praia do Canto, em uma rua calma e amiga, em uma casa simples e acolhedora, vivem as suas queridas Dulce Miguel da Fonseca e Maria Dulce Miguel da Fonseca, respectivamente espôsa e filha, vivem da saudade do espôso e pai amigo, na serenidade das suas recordações, dignificando a memória daquêle que muito as quis e que muito as amou.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo, como os seus congêneres, se assemelha á uma familia numerosa, de muitos filhos e de variada descendência.

Nas familias, membros existem que, por temperamento, passam despercebidos aos parentes, dando mesmo a impressão de que não se interessam pelos consanguineos e, entretanto, os fátos não se passam como parecem porque êles trabalham e lutam pelo progresso da sua gente, do seu Estado e da sua Pátria pelo modo como orientam as suas vidas.

Aqui na Casa de Domingos Martins aquela figura inconfundivel e aureolada de Professor, que foi Aristobulo Barbosa Leão, o Professor Aristobulo como mais conhecido era, se destaca porque era como que um oasis na nossa Associação, oasis do qual muitos se aproximam para usufruir um pouco daquela paz e daquela serenidade, própria dos que vivem uma vida bem vivida.

Natural da cidade da Serra, onde nasceu aos 6 de junho de 1887, era êle filho do casal Miguel Barbosa Leão, sendo sua genitora a Sra. Ana Barbosa Leão.

Vivendo a sua meninice em uma cidade, tipicamente, do interior dadas as dificudlades de transporte e comunicação com centros maiores nos últimos decênios do século XIX e até as duas primeiras décadas do século XX, o nosso eminente consócio, tambem renomado educador, fez os estudos primários, alí mesmo, na sua cidade natal. Já o Curso Secundário êle o fez no Colégio S. Vicente de Paulo, em Petrópolis.

No ano de 1913 os irmãos Barbosa Leão (Kosciuzko, Miguel e Aristobulo) fundaram, nesta Capital, um Ginásio denominado S. Vicente de Paulo, que ainda hoje existe e que, possivelmente, recebeu êsse por indicação daquele que foi sempre o seu diretor, orientador e condutor e, tambem lembrança do Ginásio S. Vicente de Paulo, de Petrópolis.

Pelos idos de 1918, ao tempo da epidemía denominada "Espanhola" que assolou, praticamente, toda a terra a trindade Aristobulo-Kosciuzko-Miguel Barbosa Leão se desfez com o desaparecimento de Miguel, vitimado pela doença.

Kosciuzko Barbosa Leão era Bacharel em Ciências Juridicas e Sociais, poeta aureolado, sociólogo, senhor de invejavel cultura humanistica, orador de palavra fácil e atraente.

Aristobulo Barbosa Leão, o nosso renomado Diretor do Ginásio S. Vicente de Paulo, só muito mais tarde, quando já á frente do tradicional Ginásio, foi ao Rio de Janeiro submeter, no Colégio Pedro II, a exames parcelados de todas as matérias que compunham o Curso Secundário, tambem chamado Curso de Humanidades, logrando ser aprovado em todas elas, com distinção, o que causou admiração aos provectos mestres do Pedro II e envaideceu a nós outros, aqui da cidade de Vitória.

Era, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo, tambem integrante da Academia Espirito Santense de Letras, ocupando a Cadeira nº 8 que tem por Patrono D. Fernando de Souza Monteiro, segundo Bispo do Espirito Santo.

A sua grande obra foi a sua vida modelar, e tambem o Ginásio S. Vicente de Paulo que dirigiu e orientou com a dedicação de pai; por esse Ginásio passaram muitos jovens que hoje são figuras destacadas na vida do Espirito Santo, e em outros Estados. Dentre os muitos antigos alunos do tradicional estabelecimento ocorrem-me, neste instante, os nomes de João Calmon, Senador da República, Anselmo Frizzera, advogado de renome nesta cidade, Celso Bomfim, escritor e advogado em Belo Horizonte, onde reside, Clovis Ramalhete, Ministro do Supremo Tribunal Federal, o médico José Moysés, membro da Academia Espirito Santense de Letras, Nilo Aparecida Pinto, já falecido, membro da Academia Mineira de Letras e quantos outros.

Foi, Aristobulo Leão, integrante do Conselho Estadual de Educação; quando sentiu que os anos já pesavam sôbre os seus ombros, embora pesaroso, Aristobulo Leão decidiu

doar e, efetivamente, doou o Ginásio S. Vicente de Paulo á Prefeitura Municipal de Vitória, doação esta feita para preservar a vida do seu querido Colégio.

Entre outros, no Ginásio S. Vicente de Paulo professores de mérito incontestavel e competência incontestada deram a sua colaboração ao Diretor Aristobulo Leão e, dentre esses, ocorrem-me os nomes de Ericsson Cavalcanti, Antonio da Costa da Maia, Alberto Stange Junior, José Maria de Albuquerque, Teofilo Moysés, além de outros.

Mas tudo, na vida, chega ao seu têrmo e, no dia 28 de abril de 1974, serenamente como sempre viveu, sentado em uma cadeira, na residência de seu irmão Kosciuzko, entregou a sua alma ao Criador, para o último sono e o descanso merecido.

Lembra-me bem que, quando era aluno do Ginásio Espirito Santense, situado alí na Capixaba, no alto do morro sobranceiro á Praça onde hoje está o obelisco, em uma casa senhorial, hoje séde da Capitanía dos Portos, residia a Familia Monjardim.

Por êsse tempo, de quando em quando, ao sairmos das aulas para regressar ás nossas casas, cá em baixo viamos um jovem de estatura elegante e de andar firme que, um dia, viemos saber residir naquela casa.

Era êle o nosso ilustre consócio Américo Poli Monjardim, recem-formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a tradicional Faculdade da Praia Vermelha.

Capixaba da gêma, como então se dizia, nascido aqui mesmo, nesta Cidade Presépio aos 7 de outubro de 1892. Foram seus pais Alpheu Adelpho de Andrade e Almeida Monjardim (Barão de Monjardim) e a senhora Beatrice Poli Monjardim.

Meninice semelhante a de todos os meninos de seu tempo, varando os morros da proximidade atráz de passarinhos, brincando as brincadeiras do seu tempo, o menino Américo iniciou e completou o Curso Primário aqui mesmo nesta cidade que lhe foi bêrço.

Já para o Curso Secundário teve que se deslocar para o Rio de Janeiro, onde foi ser aluno do Ginásio Pio Americano; concluido o Curso de Humanidades, encaminha-se, sem mais demora, para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, submetendo-se ao Exame Vestibular, o que deverá ter ocorrido no início de 1911 e, já no fim de 1916 estava diplomado em Medicina, profissão que passou a exercer, aqui

em Vitória, em seu Consultório dedicando-se á Clínica Geral.

Não se póde dizer que Américo Monjardim tenha sido um político militante, embora tenha sido êle Prefeito desta Capital, por duas vezes, nos Govêrnos João Punaro Bley e Jones dos Santos Neves, nos periodos de 1937 a 1943.

Foi no ano de 1942 que, quando Américo Monjardim era Prefeito pela segunda vez, o Departamento Municipal de Estatistica, sob a profícua direção de Augusto de Aguiar Salles, tambem sócio desta Casa, "instituiu no começo do ano uma série de palestras sob o titulo geral de CONFERÊNCIA MENSAL", com o objetivo de realizar, dentro do municipio de Vitória, uma divulgação constante e efetiva de fátos da sua história, da sua vida cultural, artistica, econômica e administrativa, apresentados por figuras de alta projeção no meio intelectual desta Capital".

As Conferências proferidas foram publicadas no jornal "A TRIBUNA" desta cidade, e aos conferencistas eram doadas separatas devidamente impressas.

O Departamento Municipal de Estatistica promovia as Conferências por intermedédio de sua Secção de Propaganda e Turismo

Inaugurou a Série de Conferências, no dia 27 de fevereiro de 1942, o eminente Euripedes Queiroz do Valle, Presidente da Academia Espirito Santense de Letras.

As Conferências proferidas foram: — "Alguns Aspectos do Espirito Santo" — 27-2-1942 — Euripedes Queiroz do Valle; "Fatos da História do Espirito Santo" — 31-3-1942 — Mário Aristides Freire; "Vitória, no Periodo do Brasil Império" — 30-4-1942 — Alvimar Silva; "Memórias das Artes na História ou Prismas da Influência das Artes na Civilização Universal" — 29-5-1942 — Lindolfo Barbosa Lima; "Vida e Obra do Barão de Monjardim" — 30-6-1942 — João Dias Colares Junior; "Vitória, Capital do Espirito Santo por Determinação Geográfica" — 31-7-1942 — Cicero Moraes; "Caças e Cacadas no Espirito Santo" — 30-11-1942 — Christiano Fraga; "O Caudilho Negro" — 29-12-1942 — José Paulino Alves Junior; "Rio Doce, Enigma no Passado, Promessa no Presente" — 27-1-1943 — Nelson Abel de Almeida; "Uma Página da História Literária Espirito Santense de Nossos Dias" — 26-2-1943 — Augusto Lins; "Evolução Industrial Espirito Santense Até a República" — 30-4-1943 — Augusto de Aguiar Salles; "As Montanhas de Vitória" — 31-5-1943 — Alberto Stange Junior; "A Religião na História do Espirito

Santo" — 31-7-1943 — Celso Bomfim; "Quatro Séculos de Literatura Espirito Santense — Abilio de Carvalho.

Todas essas palestras, proferidas no Auditório da Prefeitura Municipal de Vitória, prédio já demolido para que pudesse ser construido um espigão, revelam o cuidado e o interesse de Américo Monjardim pelas História e Geografia do Espirito Santo.

A Tése de Doutorado, apresentada á apreciação da Congregação da Faculdade de Medicina por Américo Monjardim, versou sôbre "Hemorragías Ocultas do Tubo Digestivo" e foi aprovada com Distinção, recebendo menção de PRENSA MÉDICA ARGENTINA, orgão de medicina que se editava na Republica Argentina.

Deixou, para a posteridade a Arvore Genealógica da Familia Monjardim.

Ainda estudante de Medicina, pelo brilho com que fazia o curso, foi Monitor de Anatomia e, tambem em todo o curso, foi sempre aprovado com distinção.

Vivendo á epoca em que a "Espanhola" assolou o Espirito Santo prestou êle, como médico, relevantes serviços dando assistencia profissional, aqui em Vitória e em Cachoeiro de Itapemirim.

Tambem foi Médico da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, hoje Companhia Vale do Rio Doce.

Tinha predileção por Teatro, Música e tudo que se referisse ás cousas do espirito e, tambem apreciava viajar o que contribuiu para que conhecesse bem a Europa e falasse, corretamente, o francês.

Faleceu no Rio de Janeiro, aos 27 de julho de 1973, tendo sido sepultado no Cemitério S. João Batista.

Hoje, dorme o seu último sono no Jazígo da Familia, nesta cidade, em Santo Antonio e quero crer que esta sería, realmente, a sua vontade.

A Sra Alice Proença Monjardim, sua espôsa querida de tantos anos e Nely, sua filha, guardam a sua memória o que tambem fazem todos os seus irmãos e contemporâneos, bem como todos os que o conheceram, eis que tendo-o bem conhecido sabem que êle era um espirito santense digno, um administrador impar e de largos horizontes.

Agora passo a me referir a um espirito santense que, em seu tempo, foi bastante conhecido nesta cidade. Chamava-se êle João Milton Varejão, nascido neste Estado e filho do Casal Custódio Siqueira Varejão/Escolastica da Silva Varejão.

Os seus estudos preliminares foram feitos com o Padre Luiz Cochat; já o Curso Secundário êle o fez no Ateneu, nesta cidade de Vitória.

Como era comum, em outros tempos, deslocou-se para o Rio de Janeiro, ali fazendo o Curso de Direito, na Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, distinguindo-se como aluno de escól, colando gráu de Bacharel em Ciências Juridicas e Sociais em 25 de março de 1925.

Consorciou-se em 12 de março com a Jovem Placídia Sarmento, hoje Placídia Sarmento Varejão que lhe venéra a memória, relembrando fátos e ideais do companheiro desaparecido. Fechou os olhos, para a vida, aos setenta e seis anos de idade, no dia 1º de novembro de 1970.

Do seu feliz casamento deixou êle uma filha — Jane Maria Sarmento Varejão, hoje Jane Maria Varejão Tardin, pois é casada com o Sr. Mario Cesar Tardin.

João Milton Varejão foi Diretor da Penitenciária Estadual, hoje Instituto de Readaptação Social, durante quase vinte e cinco anos, cargo em que se aposentou.

Exerceu, ainda, a Promotoria Pública nesta Capital. Foi advogado militante, destacando-se no Tribunal do Juri pois era bom orador.

Como político era filiado ao Partido Republicano e, tambem participou da campanha intensa levada a efeito pela Aliança Liberal.

Ao tempo em que dirigiu a Penitenciária Estadual teve papel de relêvo, pela sua participação em vários Congressos Penitenciários, apresentando téses diversas sempre acolhidas e aprovadas.

Sonhou, como Diretor da Penitenciária Estadual, com a Colonia Penal de Viana, hoje uma realidade.

Quando da criação da Ordem dos Advogados do Brasil (Secção do Espirito Santo) nela se inscreveu, em 8 de junho de 1932, tendo a sua inscrição tomado o nº 58.

Jornalista, prestou sua colaboração, á Imprensa Capixaba, em vários jornais, dentre os quais **O Eco, Diário da Tarde, Diário da Manhã,** e também em **A Gazeta** ao lado do insigne Thiers Velozo, ao lado de quem, no início de sua vida profissional, estreiou no Tribunal do Juri, nesta Capital, em movimentado processo.

Agora, quando se póde recordar a vida de João Milton Varejão, participante dos novos tempos do Brasil após 1930, ao lado de lideres como Afonso Correia Lirio, somos levados a proclamar os serviços que prestou ao Espirito San-

to e ac Brasil, na construção de sua História Contemporânea.

A Casa do Espirito Santo, na década que vai de 1970 a 1980, perdeu sócios ilustres, alguns já referidos aqui, embora palidamente.

A lista dos falecidos, entretanto, não é pequena, contendo consócios que desapareceram nos de 1960.

Dentre êstes está Carlos Nicoletti Madeira, que veio ao mundo em 22 de abril de 1908, em Vila Velha, tendo como progenitores Américo da Costa Madeira e Egle Nicoletti Madeira.

Nesta capital fez os seus Cursos Primário e Secundário; já o Curso Superior de Bacharel em Ciências Juridicas e Sociais foi feito na Faculdade de Direito de Niteroi.

Diplomado foi êle o Primeiro Diretor de Turismo da Prefeitura de Vitória.

Era membro da Academia Espirito Santense de Letras, onde ocupava a Cadeira nº 22 que tem por Patrono Misael Ferreira Pena sucedendo-lhe, quando faleceu, em 20 de dezembro de 1969, aos 61 anos de idade, o festejado escritor Adelpho Poli Monjardim, membro deste Instituto.

Referindo-se a Carlos Madeira, em seu discurso de posse na Academia disse Adelpho Monjardim, na noite de 28 de junho de 1973, no Auditório do Edificio "Fabio Ruschi" nesta Cidade — "A Cadeira 22 ocupou-a, tambem um dos mais fecundos cultores de nossas letras. Poeta e prosador, incursou igualmente no jornalismo e nos campos da História. Advogado e professor, lecionou Geografia, História e Português, repartindo, como bom samaritano, as benesses dos conhecimentos humanisticos com os ávidos de saber(com os que se arregimentavam para o cotidiano embate, para os que desejavam conquistar lugar ao sol no impiedoso mundo em que vivemos, onde só os mais dotados vencem".

Publicou "CAIÇARAS", "seu primeiro livro; coletanea de contos regionais que mereceu os louvores da crítica" e foi prefaciado por Viriato Correia, da Academia Brasileira de Letras.

Mais tarde, em 1936, participou do "Primeiro Concurso Científico e Literário do Espirito Santo" e conquistou os "dois primeiros prêmios Romance e História".

O primeiro prêmio foi conseguido com o ROMANCE DE TEREZA MARIA, enquanto que o Prêmio de História foi conquistado com a tradução da VIAGEM DE SAINT-HILAI-

RE Á PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, livro que passou a integrar a Coleção Brasiliana, da Nacional Editora".

Ficaram, de sua lavra, obras ainda não publicadas, principalmente, de literatura para criança podendo ser citadas PINOCHIO, toda ilustrada e HISTÓRIA DO ESPIRITO SANTO PARA CRIANÇAS — Prêmio CIDADE DE VITÓRIA — Ano 1951, data do 4º Centenário da Cidade; êste prêmio instituido pela Prefeitura Municipal de Vitória consistia na publicação da obra e no prêmio. Passados trinta anos, da instituição do concurso, não viu o vencedor nem o Prêmio, nem o livro publicado.

Mas Carlos Madeira viveu a sua vida como desejava; aproveitou as suas horas de folga lendo, escrevendo, às vezes ensaiando a pintura e a pescaria.

Sendo poeta, e dos bons, entendia que a sua poesia era romantica e, por certo, não agradaria a todos.

Hoje, na senhorial residencia que deixou, alí na rua Joaquim Lirio 507, na Praia do Canto, a sua vida, a sua bondade, a sua simplicidade são recordadas e revividas, enternecidamente, por sua querida Alice Carneiro da Cunha Madeira e por sua filha — Lissú — minha mui querida ex-aluna.

Alí, nos arredores de Vitória, na Fazenda Itapoca, nasceu um dos homens mais ilustres e mais integros, verdadeiro Varão de Plutarco que a terra de Vasco Fernandes Coutinho já viu abrir os olhos para a vida. Foi êle Américo Ribeiro Coelho, filho do Casal Calixto Ribeiro Coelho/Laudelina Coelho.

Veio ao mundo no dia 24 de outubro de 1884; os seus primeiros anos foram vividos no aconchêgo do lar paterno. Depois, quando chegou a idade própria iniciava a escola primária, sob a orientação do Professor Amancio Pereira, indo completar o curso secundário no Rio de Janeiro.

Concluido êste último curso presta exame vestibular para a Faculdade de Direito, tornando-se Bacharel em Ciências Juridicas e Sociais em 1906.

Retornando a Vitória vai desempenhar, de 1907 a 1909, as funções de Promotor Público na Comarca da Capital; a seguir vai exercer o cargo de Auxiliar da Secretaría Geral e, em 1914 era Procurador da Fazenda Estadual.

Jornalista, prestou a sua colaboração a diversos jornais, como A Tribuna, Diário da Manhã além de outros.

Aqui, em o Instituto Histórico e Geográfico, Américo Coelho foi 1º Vice-Presidente nos biênios 1941-1943, 1943-1945, 1945-1947 e Presidente no biênio 1947-1949.

Para muitos, ou quase todos os que o conheceram só o recordam como Advogado, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (Secção do Espirito Santo), ou como homem, aparentemente, ausente dos problemas e dos fatos do mundo.

Era ele, entretanto, um homem vibrátil, interessado pelo esporte, por diversões e por outros problemas de interesse social.

Assim, foi ele Presidente do Clube de Regatas Saldanha da Gama, como tambem há setenta e um anos passados, em 1910, quando Presidente do Estado Jeronimo Monteiro, foi ele Presidente do Tiro de Guerra — Vitória nº 43 e publicou no jornal "COMÉRCIO", que circulava nesta Capital um avulso denominado "O TIRO".

Mais tarde, em 1920, juntamente com José Pedro Aboudib e Abner Mourão foi candidato a Deputado Estadual e, em 19 de maio de 1920, "A NOITE" jornal que se editava no Rio de Janeiro, publicava uma fotografia da maioria da Assembléia Legislativa Espirito Santense, na qual está Américo Coelho, então Vice-Presidente do Congresso Estadual, quando esta maioria foi pleitear, do Supremo Tribunal Federal, medidas que lhe assegurasse o exercicio do mandato de Deputados.

Ao tempo da Revolução de 1930, criados os Conselhos Administrativos Estaduais pelo Govêrno da Revolução, foi êle escolhido para ser o Presidente dêsse orgão, aqui no Espirito Santo, graças a sua integridade e a sua inteireza de caráter. Este Conselho Administrativo funcionou no Palácio "Domingos Martins".

A êsse Colegiado os Interventores apresentavam relatórios anuais, prestando contas de suas administrações.

Em 1944, em uma fotografia, vê-se o Interventor Jones Santos Neves lendo, perante o Conselho Administrativo, o seu relatório.

Em 1946, quando a Interventoria, no Espirito Santo, foi exercida pelo Dr. Moacir Ubirajara, a Secretaría do Interior e Justiça coube a Américo Coelho.

A "A Gazeta", noticiando o fáto, referiu ser o novo Secretário "uma das personalidades mais acatadas dos nossos meios juridicos, politicos e sociais".

A "A Gazeta", de 28 de outubro de 1953, publicou, do saudoso Mesquita Neto, um artigo intitulado "PERFfL DE UM VARÃO ILUSTRE" e o inicía dizendo — "Há cousas que fazem raiva, mesmo Beneventino teve "raiva" da Constituição. Sobretudo daquêle artigozinho antipático que é o 191",

e explica por que: "Por causa dêle perdeu a nossa Faculdade de Direito um grande Professor. O Dr. Américo Coelho fêz ontem 70 anos. E o diabo do artigo diz: — O funcionário será afastado compulsóriamente aos 70 anos. E ficamos assim sem um Mestre eminente".

E, ainda o mesmo Mesquita Neto transcreve o perfil de Américo Coelho, da lavra de Beneventino. Ei-lo: — "O Dr. Américo Coelho continúa a lecionar. Continúa a ser o Professor, e o Mestre da Bondade. Tiraram-lhe a Cátedra que êle exerce no lar, na sociedade, na Igreja, em tôda parte. Porque a sua conduta, o seu exemplo e as suas atitudes continuarão a ser lições mágnificas para todos nós. O Dr. Américo sempre foi professor. A bem dizer nunca foi outra cousa na vida. Promotor Público, Procurador Geral, Advogado, Secretário de Estado, Deputado, Jornalista, Diretor de Serviços, orador, escritor, missionárâio, sempre ensinou. E fêz sempre de fórma edificante e suave: — pelo exemplo. Toda vêz que o Espirito Santo precisou de um homem de bem foi bater á sua porta. E êle nunca deixou de serví-lo com dedicação e dignidade. Êle é hoje um dos monumentos da Cidade. Monumento de Civismo e Honradêz. Pertence já ao nosso patrimônio moral. Até o tempo vem lhe respeitando a verticalidade e o aprumo. O desempêno do porte e a elegância discreta no vestir são os mesmos dos 22 anos. Passa-se por êle nas ruas como se passa por um marco histórico, por uma tradição de respeitabilidade. E quando se lhe tira o chapéu ou se lhe aperta a mão não se cumprimenta apenas o cidadão ou o homem de bem, se reverencía 50 anos de dignidade, meio século de compostura".

E Mesquita Neto acrecenta: — "Poucas figuras humanas têm-nos merecido tanto respeito e admiração como a dêsse homem a quem não daremos 60 anos e completou 70 no dia 24 do atual".

É ainda de Mesquita Neto a expressão que segue: — "É uma grande honra fazer parte de uma sociedade a que pertencem varões como êsse, cujo perfíl foi executado por outro cidadão que tambem é um Mestre de Dignidade".

Isso é confortador para nós outros, os desta Casa. Quanto a mim, que conheci Américo Coelho pessoalmente, lamento que êle tenha fechado os olhos, para o mundo, longe da sua gléba e da sua terra natal, eis que êle faleceu no

Rio de Janeiro, para onde se deslocou por sentimentos e laços de familia.

O que nos conforta, entretanto, é que foi ainda a sua bondade, o seu grande coração, os fatos que determinaram o seu afastamento da sua querida Vitória.

Américo Coelho era assim, e sempre foi assim, — bom até à hora final, até a partida para o último sono, para o descanso total.

DESEMBARGADOR CARLOS XAVIER PAES BARRETO

Placidino Passos

Viveu até 11 de julho de 1969, atingindo a idade de 88 anos. Foi uma vida honrosa e benemérita, tantas foram as suas atividades no exercício dos elevados cargos que ocupou com brilho e no setor cultural.

Era uma inteligência privilegiada, um fecundo talento. Foi um erudito.

Significativas e devidas homenagens se vem prestando ao eminente jurista e emérito professor, historiador e escritor de renome que foi tão ilustre e insigne brasileiro, filho da terra dos heróicos Albuquerque e dos Nabucos de Araujo, jurisconsulto, estadista, diplomata e escritor, mas um filho também devotado do coração e espírito à terra do egrégio DOMINGOS MARTINS, onde prestou relevantes serviços.

Seu nome e seu valor se refletem além fronteiras.

Destaca-se, dentre seus inúmeros e valiosos trabalhos e cometimentos ou acertadas deliberacões, a fundação do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO, no dia 12 de junho de 1916, com o apoio de notáveis e dedicados companheiros. Foi o seu primeiro dirigente com os dois membros que com ele formaram o trio promotor da nobre idéia, ocupando depois o cargo de orador e eleito, mais tarde, Presidente da instituição.

Na inauguração do INSTITUTO foi orador o Dr. Carlos Xavier Paes Barreto que disse do objetivo da fundação do Grêmio e se referiu à comemorações da data, 12 de junho, citando um historiador que "PEDIA AO LEITOR SE DESCOBRISSE PARA LER O NOME DE DOMINGOS MARTINS. PARAFRASEANDO BEM PODERIA SOLICITAR DO AUDITOR QUE SE LEVANTASSE, POR UM INSTANTE, AO MENOS ESPIRITUALMENTE, ENQUANTO EU FALASSE DE UM CONSPÍCUO REPRESENTANTE DE NOSSA RAÇA, DO GLORIOSO MÁRTIR, HA 99 ANOS, DA TIRANICA E COVARDE AUTORIDADE DO SR. CONDE DE AROCA".

Sobre o objetivo da fundação afirmou: "HOJE QUASE TODOS OS ESTADOS POSSUEM O SEU GRÊMIO HISTÓRICO. NO ESPÍRITO SANTO HA UMA LACUNA. É A

QUASE NÓS, MEUS SENHORES, NOS LEMBRAMOS DE CONVIDAR-VOS A PREENCHER, FUNDANDO UMA ASSOCIAÇÃO QUE NOS TRAGA DADOS PARA CONHECERMOS POR QUE DEVEMOS AMAR O BRASIL, DESEJANDO A HARMONIA E O DESENVOLVIMENTO QUE CONSTITUEM O LEMA DE NOSSA BANDEIRA E A OPULÊNCIA DA SUA GRANDEZA MATERIAL, REPRESENTADA NO AURIVERDE DO PAVILHÃO, PORTADOR ESPIRITUAL DAS NOSSAS TRADIÇÕES GLORIOSAS, UMA ASSOCIAÇÃO QUE NOS FAÇA REBUSTECER A CONSCIÊNCIA DO MOTIVO POR QUE DEVEMOS TER O CULTO A ESTE GLORIOSO ESTADO ONDE AS GLÓRIAS PASSADAS PARECE QUE ENTRELAÇAM COM A GRANDEZA PRESENTE E FORNECEM ELEMENTOS PARA CONFIARMOS NO MAIS RIDENTE PORVIR. SIM, PORQUE NÃO É TÃO INCOLOR, COMO SE SUPÕE, A HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO".

Foi fundador da FACULDADE DE DIREITO com os professores Heráclito Amancio Pereira e Walter Morais de Siqueira, tendo sido o seu primeiro Diretor.

Cursei a Faculdade desde a sua fundação e recebi bem com agrado e interêsse as magistrais aulas de Direito Penal do sábio mestre, em classe e no estudo do seu livro didático "O CRIME, O CRIMINOSO E A PENA".

Fundou a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em companhia de dois ilustres mestres e sociólogos, aplaudindo e consolidando a idéia. Foi o primeiro Presidente da Associação e eu o Secretário durante o período (seis meses) que exerceu o cargo. Acompanhei também como Secretário o semestre da administração do Dr. José de Barros Wanderley.

Já residindo no Rio me escreve em papel timbrado da sociedade ali em atividade sob a sua presidência. "EMINENTE CONFRADE DR. PLACIDINO PASSOS. CORDIAIS SAUDAÇÕES. A SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES NÃO ESQUECENDO OS INESTIMÁVEIS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ILUSTRE TORREANO E, AGORA QUE ELES MAIS SE CONCRETIZAM, RESOLVEU APELAR PARA O DISTINTO CONFRADE NO SENTIDO DE REANIMAR O NÚCLEO TORREANO RADICADO NO ESPÍRITO SANTO. CONVICTO DE QUE O PREZADO AMIGO LUTARÁ COM O MESMO ENTUSIASMO DE SEMPRE PELAS GRANDES CAUSAS DA NACIONALIDADE E PELO CRESCENTE PROGRESSO DO BRASIL, APROVEITO A OPORTUNIDADE PARA LHE APRESENTAR OS MEUS PROTESTOS DA MAIS ALTA ESTIMA E SINCERA ADMINISTRAÇÃO".

Doutra feita me escreveu, ano de 1968, solicitando

uma declaração de haver sido aceito como sócio correspondente do Instituto o Dr. Solidônio Atico Leite (já falecido) para prestar informações a um seu amigo, o que se deu na sua presidência no ano de 1929. Assim terminou a sua carta: "ACEITE O ILUSTRE CONFRADE OS MEUS VOTOS PELO PROGRESSO DA NOSSA INSTITUIÇÃO E PELA FELICIDADE PESSOAL DO COLEGA". Foi atendida a solicitação.

Eleva-me do meu posto humilde na vida pública e social e no seio das instituições a que pertenço, a generosidade e distinção do seu sublime espírito, do seu magnânimo coração.

Granjeei a sua amizade desde quando manteve boas relações com o meu sogro Augusto Ferreira Lamego a qual se firmou no ambiente do Instituto Histórico e Geográfico onde ingressei em 15 de novembro de 1928, sob a sua Presidência que ocupou em vários períodos. Secretariei, várias vezes, a seu convite, os trabalhos que dirigiu, ausente o autêntico Secretário, membro da Diretoria.

São inúmeras as importantes obras e outros magníficos trabalhos que publicou, o que já foi relacionado pelos que me antecederam, traçando-lhe a biografia e homenageando-lhe a memória.

É justo que se exalte, nesta oportunidade, o valor do Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto que prestou notáveis serviços em prol da grandeza da terra capixaba com os valiosos filhos do Espírito Santo, terra a que se consagrou com real dedicação e afeto, tornando-se dela um filho querido e de grande apreço, embora nascido em outras plagas brasileiras.

VULTOS DE NOSSA HISTÓRIA

JOÃO DA CALAZA

Veríssimo de Mélo

João Calazans, — Rubem Braga chamava-o João da Calaza —, jornalista, romancista, ex-diretor, professor de literatura, socialista teórico, faleceu no ano passado, no Recife. A notícia triste nos chegou através de uma nota de Mauro Mota, no "Diário de Pernambuco", inclusive contando que ele morreu quase abandonado, — o que foi uma pena.

Quem viveu e trabalhou na Ribeira, em Natal, nestes últimos dez anos, deve ter conhecido João Calazans. Era um sujeito alto, magro, branco, que andava meio capengando, quase sempre se dirigindo a um bar ou saindo de outro. Era habituê do Bar do Olívio, na Praça Augusto Severo, mas frequentava todos os outros. Fez muitas amizades por ali, arranjando também uns inimigos...

João Calazans era irreverente e radical em seus pontos de vista. Discutia nas mesas de bar e não tinha compaixão para as figuras da literatura brasileira que não tolerava. Alguns autores ele valorizava ao máximo e seria capaz de brigar por um deles.

Quando chegou a Natal, uns quinze anos passados, procurou-nos e fizemos boa amizade, que se prolongou até seu desaparecimento. Contou-nos que tinha sido editor em Belo Horizonte, vários anos. Depois, Juscelino cortou seu crédito no banco do Estado e ele faliu. Tinha pavor a Juscelino. Ninguém falasse no antigo presidente da República, que ele se alterava e dizia o diabo.

Residindo no Recife, passou a editar uma revista, "CRÍTICA" (Política e Letras), da qual ele era diretor, redator, revisor, paginador, agenciador de anúncios e distribuidor. Era tudo. Descobrindo a praça de Natal, aqui fez bons amigos, conseguiu muitos anúncios para a revista e vez por outra reaparecia. Nos primeiros tempos, tomava uisque de manhã à noite. Certa vez, fomos acordá-lo, no Grande Hotel.

Foi abrindo a porta do apartamento e chamando um garçon, pedindo uisque. Nós estranhamos e perguntamos:

— Já vai começar, Calazans?

A resposta dele:

— E eu sou preguiçoso?

Tivera, no passado, grandes amigos entre escritores e pintores, no Rio de Janeiro. Um deles foi o famoso pintor Portinari, que lhe pintou um belo retrato, que vimos no seu apartamento em Boa Viagem, no Recife. Ele sabia que o retrato pintado por Portinari valia alto preço. Chegou a nos dizer que iria doá-lo a uma instituição de cultura de sua terra, Espírito Santo. Não sabemos se antes de morrer tomou alguma resolução nesse sentido.

Sobre sua terra natal, costumava dizer:

— O Espírito Santo só deu até hoje três grandes homens: Eu, Rubem Braga e Luz del Fuego!...

Nos últimos anos, andou doente com um efizema e quase se acaba. Deixou de fumar, mas continuava bebendo como antes.

Muitas vezes, ao sair do Bar Granada, — sua vista já estava muito ruim, — em plena rua, defrontava-se com umas mulatinhas e ia logo gritando, com o indicador apontando, como se fosse um revolver:

— Tá, tá, tá, tá... Mulher feia comigo é na bala!

As moças, que não esperavam aquela "gentileza", se afastavam apavoradas...

——— * ———

Certa vez, aqui em Natal, na casa de um amigo comum, houve terrível discussão entre ele e um professor, por causa de Camões. O professor referia-se a Camões no Palácio do Rei, etc. Calazans saltou-se de lá, como uma fera:

— Tais conversando, meu amigo? Camões no Palácio do Rei? Que estória é essa? Camões era um soldado de Polícia! Nunca pisou em palácio nenhum!

A discussão esquentava. Os presentes achavam que Calazans agredira o professor. Nós, que o levamos à casa do amigo comum, ficamos também numa situação incômoda. Não tivemos outra solução, ao propor:

— Calazans, está na hora da gente ir embora! Aqui todos estão contra você!

Olhando o copo de uisque à sua frente, ainda quase cheio, ele exclamou:

— Sob coação eu não saio!

E ficou ainda um bom pedaço, até terminar o uisque.

Numa época em que ele obtinha anúncios para a revista, nós o apresentamos a Diógenes da Cunha Lima. Diógenes deu-lhe três ou quatro apresentações, para amigos certos, comerciantes. Foi tiro e queda. Calazans recebeu logo o dinheiro dos anúncios e passou a gastá-lo nos bares da Ribeira. Meses depois, a revista saiu e não apareceu um só dos anúncios dos apresentados de Diógenes. Houve reclamações. Encontrando-o, Diógenes indagou:

— Calazans, o que foi que houve com os anúncios dos meus amigos? Não saiu nenhum deles.

Ao que Calazans explicou:

— Realmente, não houve espaço. Mas, o dinheiro dos anúncios eu consumi todo aqui na cidade, nos bares. Não levo um tostão para Recife. O dinheiro está aqui mesmo, circulando. Esses comerciantes depois vão ganhá-lo de novo...

— — — * — — —

Mauro Mota, na nota em que anunciou o falecimento dele, contou um dos seus episódios famosos. Estando em dificuldades em Niterói, uns amigos resolveram ajudá-lo. Arranjaram com o Secretário de Justiça daquele Estado a sua nomeação para promotor do município de Canta Galo. Ele tomou posse logo e passou a receber os vencimentos, todos os meses. Mas, nunca pisou na comarca... Um dia, o Secretário recebeu uma reclamação do Juiz de Direito. Afirmava que o promotor jamais aparecera na comarca, para assumir seu cargo. O Secretário mandou chamá-lo e disse:

— O sr. foi nomeado, tomou posse e vem recebendo seus vencimentos todos os meses. Por que não foi ainda assumir o cargo na sua comarca?

Resposta de Calazans, surpreso:

— E era prá ir lá?

— — — * — — —

Contou-nos que, na mocidade, fez concurso para o Itamaraty e foi aprovado em primeiro lugar, numa turma de quinze jovens. E começaram a sair as nomeações. Até o que passou em último lugar, — dizia ele, — parente dos Andrades de Minas Gerais, foi logo nomeado. Ele nada. Foi falar com o Ministro. Reclamou. Disse que estava sendo preterido injustamente. Iria recorrer à Justiça, etc. O Ministro fez-lhe uma proposta:

— Vou nomeá-lo Secretário da Embaixada do Brasil em Tampico, no México.

Resposta de Calazans:

— Prá Tampico não quero não! Toda semana tem um terremoto por lá e mata dez mil pessoas!...

E assim nunca foi nomeado para canto nenhum...

Calazans tinha velhos e queridos amigos em Natal, além de nós. Cascudo era um deles. Chegou a publicar uma 2ª edição (?) da revista "CRÍTICA" em homenagem a ele. Aluísio Alves também o ajudou, durante o seu Governo. Jessé Freire, idem. Falava com grande carinho de Ticiano Duarte, João Meira Lima, Oswaldo de Souza, Ney Marinho, Newton Navarro e outros.

Sempre consideramos João da Calaza como a reincarnação brasileira, revista e ampliada, de D. Quixote de La Mancha. Ele lutava sozinho contra muitas coisas e muita gente. Não venceu, coitado! Mas deu o seu recado. Teve os seus baques, mas teve também aqui em Natal os seus dias de glória e alegria. O velho João da Calaza deixou saudade...

PEDRO FONSECA, O FOTÓGRAFO

Os anos quarenta receberam, com a alegria própria dos descompromissados, na orla do mar, no serpentear das praias, então calmas, limpas e coloridas, uma figura humana que viria encher de vida, suave abandono e esmerada consciência profissional o relicário documental de uma cidade e seu povo.

Chegava a Vitória o fotógrafo Pedro Fonseca. De máquina fotográfica a tiracolo, tornou-se um frequentador assíduo das rodas jovens de imprensa e uma imagem esguia e obrigatória, simpática e compreensiva, em todos os acontecimentos sociais, artísticos, culturais e oficiais, documentando com arte e sensibilidade os instantes maiores de seu tempo.

A paisagem era a sua paixão. Suas fotos traduziam cores e nuances em preto e branco que enfeitavam as galerias e as exposições do Foto Clube do Espírito Santo, que ajudou a fundar, incentivou e projetou. Em pouco as fotos artísticas de Pedro Fonseca, ao lado de outros bons trabalhos de uma equipe amadora e tecnicamente adulta, representavam além mar, em exposições internacionais, com medalhas e louvor, o padrão da arte fotográfica capixaba. O estudo de contrastes, utilizando apenas os recursos da época e a sua sensibilidade, a sua intimidade com o sol e a lua, o mar e a praia, o casario antigo e as amostras de uma urbanização acelerada que já se fazia sentir, revelam-se de pronto na ágil fotografia do artista. Ponto por ponto, traço por traço, Pedro modelava a sua arte e exportava a sua técnica.

A sua paixão pela perfeição levava-o a buscar os mais avançados lançamentos. Era vizinho daqueles que viajavam e sempre tinha um pedido de catálogo a fazer. Possuia, para a sua época, um dos melhores laboratórios brasileiros, cuja alegria maior se traduziu no carinho com que colocava suas máquinas, suas bacias, seus produtos químicos e sua assistência pessoal, vestida de adorável espírito de paternidade, à disposição dos iniciantes e dos profissionais de outros Estados que visitavam a nossa Capital.

Parece que vejo Pedro, orgulhosamente portando uma máquina fotográfica russa, dizendo que iria retratar Vitória

em 180 graus. Guardo a beleza da foto que ele escolheu para inaugurar a máquina. Ela pegava do Penedo às Cinco Pontes. Parecia uma criança desfolhando quase um metro de foto.

Durante os trinta anos em que convivemos ele não mudou nunca. O homem responsável, o amigo solidário, o irmão-gêmeo dos fatos sociais, o enamorado da natureza, o fotógrafo exigente, o contador de casos, o solteirão impenitente, o arisco fofoqueiro em círculo fechado, vivia, sempre, uma misteriosa aflição, quando contava os seus segredos. Sabia de tudo e conhecia todos. Quando tirava do bolso a lima de papelão e começava a aparar as unhas, com a malemolência dos movimentos cadenciados e tranquilos, era hora de Pedro contar as últimas fofocas. Poucos, muito poucos, eram escolhidos para a confidência furtiva, na penumbra morna de seu laboratório arrumado, perfeitamente limpo e seguramente ideal.

Quando se tratava de fotos, os negativos eram selecionados, acariciados até, ficando os comprometedores guardados em caixas especiais. Os mais fortes, gerados pela indiscrição das fotos rápidas, eram cuidadosamente tesourados. Mas, alguns, como eu, mereciam a confiança para ver os negativos mais positivos da coleção do velho artista. Estes momentos transformavam-se no seu mistério fundamental. Um decote ousado, uma coxa mais exposta, um beijo furtivo, um fim de noite mais avançado, um seio caprichosamente desnudo ou a mão boba relaxada e saliente, emprestavam à fisionomia de Pedro um ar de suspense e emoção. Aqueles negativos, para ele, na sua doce inocência, eram troféus de batalha. Se vivo fosse, com esta abertura total, com esta sem cerimônia desnuda, estaria irremediavelmente aposentado. Não admitia padrões avançados em têrmos do que considerava, mineiro que era, licencioso.

Talvez residisse neste conceito a importância que emprestava ao rosto e às paisagens tão pródigos e eloquentes nos seus registros fotográficos. Era beleza pura, como diria o verso do cantor.

Homem de amizades guardadas carinhosamente, jamais as misturava com o possível interesse pela remuneração de seu trabalho. Paciente, no entanto, não perdoava a desfeita. E tecia, junto à imprensa, com o oferecimento de fotos para as colunas sociais, a teia de sua forra, eliminando, sistematicamente as pessoas das quais não gostava. Isto era feito sem comentário, sem qualquer recomendação explícita. Pela omissão ele punia a ingratidão.

Orgulhava-se muito de ser chamado o "Fotógrafo das Misses". Era um apaixonado dos concursos de beleza e sua capacidade profissional era reconhecida fora do Estado. Credenciado, como convidado especial dos Diários Associados, documentou todos os concursos de misses enquanto viveu. Nunca, é verdade, ficou só na fotografia. Escolhia a sua candidata e buscava, malandramente, colocá-la nos melhores ângulos, com os melhores destaques de grupo e insinuava citações nas reportagens sobre a sua preferida. E, tudo isso, sem macular a dignidade profissional.

Esbanjou orgulho quando foi convidado pelo Cerimonial da Presidência para documentar a inauguração de Brasília. Suas fotos ocuparam milhares de centímetros-coluna nos principais jornais e revistas do país. De quebra fotografou, também, o nascente e o poente maravilhoso do Planalto. O preto e o branco que Pedro colocou abraçando os arroiados palácios e prédios de Brasília e as cores que emprestou, com sutileza e arte às suas fotos, davam para compor uma sinfonia da criatividade. As primeiras árvores, os primeiros jardins e as primeiras crianças daquele cenário além do século, representaram para Pedro Fonseca um inesquecível encontro. Era, por tudo que viu e documentou, um juscelinista juramentado.

Guardava, com carinhoso enlevo, o diploma de fotógrafo oficial das festividades comemorativas do IV Centenário, que lhe foi conferido, com a respectiva medalha de ouro, pelo saudoso Jones dos Santos Neves.

Gostava de recordar passagens de suas reportagens, coberturas e andanças. Misto de repórter e fotógrafo, pois buscava o fato e a notícia com a mesma preocupação e responsabilidade, descrevia minuciosamente os grandes acontecimentos que abalaram o Estado: desastre ferroviário de Engano, queda do avião da Cruzeiro do Sul, caça e perseguição ao contrabando, visita de Getulio Vargas, os grandes comícios de encerramento de campanhas, a visita de Carlos Lacerda e muitos outros.

Um dos trabalhos que realizou, pioneiramente, foi a reprodução do Relatório de Jerônimo Monteiro, reeditando, fotograficamente, uma Vitória antiga, cuja importância agora está ganhando maior expressão por representar a crônica viva de um tempo imensamente gratificante para o nosso Estado.

Particularmente, gosto muito de lembrar-me do Pedro companheiro de alguns dos melhores momentos sociais já experimentados pela nossa cidade. O Pedro que fotografava

a Festa dos 10 Brotos, das 10 mais elegantes, dos Desfiles Bangú e outras importantes promoções sociais que eu tive a ventura de criar ou coordenar. Era neste ambiente de juventude ou elegância maior que ele melhor se sentia. Adorado pela sociedade, o seu jeitão mineiro, descontraído e a perspicácia profissional mesclavam-se na simbiose de um sorriso matreiro e no desequilíbrio de sua postura, criando as imagens que o tempo, ainda hoje, não conseguiu apagar.

Lembro-me, apenas uma vez, de vê-lo triste. Revoltado mesmo. Contou-me que havia passado a noite em claro, procurando no laboratório o seu alfinete de brilhante, peça da qual não se separava nunca, e a medalha de ouro do IV Centenário, na ilusão de encontrá-los. Ele tinha quase certeza que haviam sido roubados. E, o mais triste: sabia quem os havia roubado. Misteriosamente, consolando-se, comentou: se foi levado por amor eu ainda desculpo.

Em abril de 1971, com 60 anos, 32 dos quais vividos em Vitória, Pedro vinha a falecer, vítima de enfarte, no Hospital Santa Rita.

Do laboratório até o hospital, na madrugada anterior, sem pedir ajuda a qualquer amigo, ao sentir-se mal, pegou o seu Vemag branco e, vacilante, conseguiu chegar à porta do hospital.

Dentro do carro, mal estacionado, havia, apenas, a máquina fotográfica, sua permanente e inseparável companheira.

Pedro morreu como chegara. Inteiramente só.

Vitória, agosto de 1980.

José Carlos Monjardim Cavalcanti

NOSSAS GRANDES EMPRESAS:

BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO S/A — RURALBANK

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A — BANESTES —

— REGISTROS E FATOS HISTÓRICOS — SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO E. SANTO (1)

Quando governava o Estado do Espírito Santo o Major João Punaro Bley, foi baixado o decreto nº 6.639, de 09 de agosto de 1935, criando o INSTITUTO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO, com o objetivo de realizar operações de depósitos e operar sobre descontos de efeitos comerciais, efetuar cobranças e outras operações de caráter paralelo. Logo em seguida, através do Decreto nº 6.627, de 10 de agosto do mesmo ano, foi aberto crédito especial destinado ao Instituto.

Pela Lei nº 68, de 17.06.1936, e ainda sob o mesmo governo, ficou estabelecido em seu art. 1º que a importância das dotações constantes dos artigos 5º do Decreto nº 6.639 e 1º, Letra G, do Decreto 6.627 já referidos, 5.000:000$000 (cinco mil contos de réis), destinada à fundação ou ao capital inicial do Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, seria, de preferência, aplicada à formação do capital de uma sociedade ou **banco** que, fundado no Estado, mantivesse uma carteira agrícola a juros razoáveis destinada a promover o fomento e o desenvolvimento das culturas e a auxiliar o custeio das safras e a proporcionar convenientes recursos à produção.

Mais tarde, pelo Decreto nº 8.452, de 30.04.37, veio o Estado a aprovar os estatutos do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo que por estes era criado.

Com a mesma data de 30 de abril de 1937, por escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício de Notas, Lv. nº 38, Fls. 4/18, ficou então realmente fundado o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, como sociedade anônima,

---

(1) Preparado pela Assessoria Especial da Presidência do BANESTES, em agosto de 1981.

com sede em Vitória (ES) e capital inicial de 5.000:000$000 (cinco mil contos de réis) dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações nominativas de Rs. 100:000 (cem mil réis) cada uma, todo integralizado no ato, por 93 acionistas. A mesma escritura transcreveu os primeiros Estatutos do Banco, já aprovados pelo Governo do Estado, relacionando os acionistas, liderados pelo Governo do E. E. Santo, com 49.249 ações.

A nova Instituição foi autorizada a funcionar pela Carta-Patente nº 1.565, de 23 de julho de 1937, expedida pela Diretoria das Rendas Internas do Ministério da Fazenda e iniciou suas operações no dia 15 de outubro de 1937, em sua sede à Rua do Comércio nº 22, nesta Capital.

A sua primeira Diretoria, com mandato de 30.04.37 a 13.10.1940 foi constituída pelos Drs. Mário Aristides Freire, Diretor-Presidente, e Jones dos Santos Neves, Diretor da Carteira Comercial.

1º livro de Atas da Diretoria foi registrado em 18.09.37 e a 1ª reunião realizada em 27.09.37.

Pelo Decreto-Lei nº 8.841, de 29.12.37, o Governo do Estado deu a sua garantia aos depósitos que no Banco fossem efetuados.

A primeira Assembléia Geral do Banco foi realizada no dia 29 de setembro de 1937, em caráter extraordinário, para eleição dos membros do 1º Conselho Fiscal e Suplentes, cuja remuneração foi fixada em 50$000 (cinqüenta mil réis) por sessão.

Logo após a inauguração, a Carteira Comercial iniciou suas operações, procurando atender, principalmente, as que contemplavam o comércio e a indústria. Quanto às suas aplicações, não existia, na verdade, maiores problemas, a não ser a organização de um cadastro bem elaborado e uma boa seleção dos tomadores.

SETOR AGRÍCOLA

O Banco não possuia propriamente uma Carteira Agrícola, embora os empréstimos rurais tivessem sido um dos principais motivos de sua fundação. As operações, estudo da Legislação pertinente e tudo mais que dizia respeito ao setor, ficaram a cargo do Diretor-Presidente, Dr. Mário Aristides Freire.

Todavia, o Banco continuou usando a denominação de Carteira Agrícola por longo tempo, até que em 1962 ela foi então realmente criada e completamente estruturada, abrangendo também a parte industrial do setor.

Os Estatutos do Banco rezavam que as operações rurais só poderiam ser realizadas com lavradores inscritos nos registros da Secretaria da Agricultura do Estado. Mas, essa Secretaria, não dispunha desse registro, motivo pelo qual o Banco teve que recorrer ao Ministério da Agricultura, onde estavam inscritos até dezembro de 1937, somente 95 lavradores domiciliados no Estado. Foi nessas condições que o Banco teve de iniciar os seus negócios naquela área, 15 dias após a vigência da nova lei sobre o penhor rural e as cédulas pignoratícias. Nas operações destinadas à lavoura, o Banco procurou sempre obter o concurso da Secretaria da Agricultura, TERRAS E OBRAS PÚBLICAS.

Inexistia, também, um cadastro das propriedades agrícolas, estimadas em cerca de 50.000. Na 1ª Reunião da Diretoria já se solicitara a organização desse serviço. A falta desses cadastros, como não podia deixar de ser, dificultou alguns negócios propostos por lavradores à época.

Voltou-se também o Banco para o seu dever de incentivar a organização de cooperativas ou consórcios agrícolas, como um dos meios de ensejar os financiamentos aos seus cooperados.

A despeito de todas essas dificuldades, mediante trabalho persistente, foi o Banco conseguindo fazer suas aplicações para o maior desenvolvimento da produção agrícola e pecuária do Estado.

Ao final do ano de 1938, o Ruralbank (ssim era conhecido o Banco: pelo seu endereço telegráfico) já tinha aplicado na Carteira Agrícola a soma de 2.027:793 (dois mil e vinte e sete contos, setecentos e noventa e três mil réis). Em 31.12.40 2.692:952 e em 31.12.43 — 9.361:930. Após a transformação da unidade monetária do país, de mil réis para cruzeiro, os benefícios de financiamentos concedidos ao meio rural estavam representados em 31.12.44, por Cr$ ... 11.209.684,00; em 31.12.60 por Cr$ 121.389.948,00, continuando sempre em ascenção as aplicações da espécie, acusando o balanço de 31.12.80 a expressiva soma de Cr$ ..... 5.164.535.195,00. O Banco foi, também, durante alguns anos, administrador do Fundo de Crédito Rural criado pelo Estado através da Lei 1.634 de 21.08.61, a qual estabeleceu os recursos que seriam colocados para aplicações através da Carteira de Crédito Agrícola, e esta, somente em 1962, viria a ser

realmente criada com aprovação da Superintendência da Moeda de Crédito e com toda estrutura indispensável, inclusive pessoal especializado. Hoje, a Carteira, além da aplicação de recursos próprios do Banco, trabalha com variadas linhas de crédito e repasses, em diversificadas aplicações de investimentos. Fato que merece especial destaque foi a assinatura, em Washington, em junho de 1963, de um empréstimo concedido ao Banco pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico) para a execução de um programa de crédito à agricultura no Espírito Santo, do valor de US$ 2,000.000 (Dois milhões de dólares) com o prazo mínimo de 20 anos, para pagamento das parcelas de amortizações em cruzeiros, sem que houvesse risco cambial para o RURALBANK. O BID era o administrador do Fundo Fiduciário de Progresso Social. O desembolso seria feito em parcelas de US$ 200.000 (duzentos mil dólares). Como consequência do empréstimo, houve necessidade de se fazer alterações no regulamento que a Carteira Agrícola do Banco àquela altura já possuia. Dito empréstimo muito contribuia para proporcionar a amplitude da assistência do RURALBANK à agricultura e, ainda hoje, existem operações feitas com utilização daqueles recursos. Pode-se afirmar, portanto, que o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, hoje, Banco do Estado do Espírito Santo, foi e é verdadeiramente um valioso sustentáculo na disseminação das atividades agropecuráias e industriais no Estado.

SETOR INDUSTRIAL

Embora viesse atuando com operações de crédito industrial, inclusive as mais identificadas com o meio rural, somente em setembro de 1975 foi criado o DEPARTAMENTO DE CRÉDITO INDUSTRIAL desmembrado do de Crédito Rural, mas subordinado à mesma Carteira, ou seja, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Suas aplicações, no final de 1975, atingiram Cr$ .... 229.367.082. Em 15 de junho de 1981, os financiamentos gerais do Setor já atingiam Cr$ 6.806.954.594 56, previsto para 30.06.81, alcançar a soma de Cr$ 7.000.000.000,00 em números redondos.

Durante a atuação daquele Departamento, veem sendo assinados importantíssimos contratos de repasses de financiamento de: Finame, BNH, Fiplan, Planasa, Recon, Finc, Cura e Operacões sobre Hipotecas. No ano de 1979 o total de operações foi Cr$ 2.481.969,015. Os números dizem bem

das intensas atividades do setor, que revela expressivo crescimento a cada ano que passa. No ano de 1980 releva destacar dois fatos de real importância, representando: o primeiro a assinatura de um contrato que o BANESTES firmou com o BNH em 11.08.80, com interveniência do Governo do Estado do Espírito Santo e CESAN, destinado à execução da complementação do abastecimento de água no distrito de Carapina, município de Serra, no elevado valor de Cr$ .... 2.335.913.391, cujo empreendimento após executado atenderá ao fornecimento de água à COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, outras indústrias paralelas, Programa Habitacional previsto para Carapina e aos Balneários de Manguinhos, Jacaraípe e Nova Almeida. O segundo evento que mereceu destaque foi o convênio assinado com o BANDES, em 27.07.80, tendo por objetivo o estabelecimento de normas e condições necessárias para o atendimento financeiro das micro-pequenas e médias empresas sediadas no Estado. Desta forma, os recursos de crédito operados pelo BANDES poderão agora atingir todo o território estadual através das **Agências do BANESTES**, localizadas em todos os municípios capixabas, conseguindo-se, assim, a interiorização do desenvolvimento industrial.

Vale registrar, ainda, contrato firmado em 03.09.79 com a Companhia Siderúrgica de Tubarão, no montante de Cr$ 1.957.827.431,90. Somente nestas três ocorrências registradas na gestão da atual Diretoria sob Presidência do Sr. RUDY MAURER, o BANESTES mostrou a exuberância de sua atuação, na ajuda, colaboração e desusado interesse com que trata os assuntos que dizem respeito ao progresso sempre crescente da nossa terra capixaba.

CARTEIRA COMERCIAL

Desde a fundação do Banco que esta Carteira vem em crescimento acentuado até os dias atuais, com um trabalho digno de realce, quanto à sua eficiente e positiva participação no progresso do Estado do Espírito Santo. Procurando colaborar sempre com a indústria e o comércio, vem dispensando justificável prioridade para as micro, pequenas e médias empresas como molas propulsoras que são do crescimento do país.

Em fim do ano de 1938, praticamente o primeiro de efetiva atuação do Banco, ela aplicou Cr$ 3.678.372,00 e, em fins de 1959, o total de seus empréstimos já ascendia à volumosa cifra de Cr$ 202.434.146,00. Foram e continuam sendo,

portanto, os benefícios e contribuição do Banco no apoio ao empresariado em geral, com incentivo constante para o crescimento das respectivas empresas, e importante e proveitoso reflexo na economia estadual.

Com modificação na estrutura da Casa ela passou a denomniar-se Carteira de Crédito Geral, designação que mantém até o presente. No Balanço levantado em 31 de dezembro de 1980 as aplicações da carteira se elevavam a nada menos que Cr$ 12.137.000.000,00, soma altamente expressiva do que bem demonstra o quanto ela evoluiu através dos anos.

DEPÓSITOS GLOBAIS

O notável desempenho do Banco quanto à captação de depósitos se fez sentir desde os seus primeiros anos de existência, através de intenso e proveitoso trabalho desempenhado por administradores e funcionários principalmente nos últimos tempos, quando cresceu assustadoramente a concorrência no setor. Foi e continua sendo fruto, também, da persistente confiança dispensada ao Banco pelo povo capixaba.

Em 31 de dezembro de 1938, primeiro ano de atividade efetiva do Banco, o saldo de depósito acusava o montante de RS 2.045:847 (dois mil, quarenta e cinco contos, oitocentos e quarenta e sete mil réis). Em dezembro de 1939, a soma já era de RS 3.407:916; em 31.12.40, de RS 5.682:078. Em dezembro de 1950, o total de depósitos gerais do Banco já atingia à cifra de Cr$ 113.195.666,00; em 1960, de Cr$ 624.879.866,30 e daí, sempre em grande progressão, expressavam-se ditos depósitos em 31.12.80 por Cr$ 5.374.691.000,00.

Os primeiros depositantes do Banco foram: Alberto Oliveira Santos, RS 30:000$000 (trinta contos de réis) e Nolasco & Cia. RS 10:000$000 (dez contos de réis), isto na data de sua inauguração.

SETOR DE CÂMBIO E OPERAÇÕES ESPECIAIS

Embora cogitada anteriormente, só em 1974 obteve o BANESTES a devida permissão do Banco Central do Brasil para operar em Câmbio. No final do ano de 1975 já pôde então inaugurar as respectivas instalações, mas veio a funcionar, efetivamente, em 1976, quando foram modestas as suas aplicações.

Todavia, a Carteira obteve destacado crescimento pelos anos que se seguiram e, no Balanço levantado em 31.12.80, as operações de compra, em número de 785, atingiram US$

89.122 mil, equivalentes a Cr$ 4.715.643 mil, enquanto as de venda, em número de 1.389, elevaram-se a US$ 178.352 mil ou Cr$ 9.432.373 mil.

O setor vem atuando, também, nos financiamentos baseados na Resolução nº 63 do Banco Central do Brasil, cujo saldo em 31.12.80 era de 1.404.508 mil.

Em 1976, quando começou a funcionar, o lucro foi pequeno, representado por Cr$ 15.688 mil, mas, já em 31.12.80, ele ascendeu a Cr$ 244.456 mil.

Após a Carteira no Rio de Janeiro, foram inauguradas mais duas, em São Paulo e Belo Horizonte.

O Banco já desponta em lugar de destaque entre as instituições congêneres, que atuam nesse mercado na praça. Como se vê, o Banestes vem prestando, também, sua assistência financeira às exportações de produtos agrícolas e industriais gerados no Espírito Santo e dá, assim, mais uma prova de sua vigorosa colaboração para o progresso do Estado.

Além do Câmbio, estão subordinadas à mesma Carteira os financiamentos das operações realizadas com o Governo Estadual, órgão da administração indireta e Governos Municipais, mediante aplicação de recursos próprios e de repasses. Ao Setor Privado são deferidas operações, também de repasses, de acordo com resoluções nºs 329, 330 e 602 do Banco Central do Brasil que ainda conta com linha de redesconto junto àquele órgão em faixa especial para café e cacau, com o que dá importante ajuda aos Setores Governamentais e Privados.

SETOR ADMINISTRATIVO

Importantíssimo órgão de apoio às diversificadas atuações da empresa, vem a respectiva Carteira desempenhando suas relevantes funções com grande eficiência.

Tem sido sua preocupação constante dotar o Banco de todos os meios requeridos para bem realizar suas atribuições sócio-econômicas.

Provê a empresa do elevado número de formulários que necessita e cuida com êxito das construções e reformas da sede das Agências, além de muitas outras atividades de destaque.

Em futuro próximo estará introduzindo importantes aperfeiçoamentos na execução de serviços em geral, principalmente a implantação do sistema de micro-filmagem de papéis e documentos, cuja técnica irá resolver em definitivo, o sério problema dos volumosos arquivos do Banco. Muito se tem feito, também, no sentido de atualizar e modernizar

os meios de comunicação indispensáveis ao bom funcionamento da empresa.

SETOR FINANCEIRO

Em 1979, por imposição do volume e da relevância dos assuntos financeiros, foi criada a Carteira própria. É a mais nova Diretoria do Banco mas já são muito expressivos o apoio e benefícios que vem prestando à instituição.

Além do Departamento Financeiro, tem sob seu comando os de cadastro e de contabilidade, sendo uma de suas metas a implantação gradativa em computador dos serviços de contabilidade.

Desnecessário se torna destacar a importante missão dessa Diretoria, que funciona como termômetro para o funcionamento racional e adequado de todas as áreas operacionais do Banco.

CAPITAL

O Banco iniciou suas operações com o capital de .... 5.000:000$000 (cinco mil contos de réis). Em 1950 ele já se expressava por Cr$ 20.000.000,00. Em 1965, por Cr$ ... 480.000.000,00 que, convertidos em cruzeiros novos no ano de 1966, passou a ficar representado por Cr$ 480.000,00. Em 1970 elevou-se para Cr$ 21.000.000,00 e, em 1980, estava representado por Cr$ 615.195.000,00. Em março de 1981, ele já havia sido elevado para Cr$ 924.420.000,00, os dois últimos com capitalização da correção monetária.

Nova elevação se processará, em suas etapas imediatas, passando inicialmente de Cr$ 924.420.000,00 para Cr$ 976.500.000,00, com utilização de reservas livres e, em seguida, para Cr$ 1.562.400.000,00 mediante subscrição de 585.900.000 novas ações Ordinárias Nominativas, processo a ser aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, já marcada para o dia 10.08.81.

AGÊNCIAS

Nas praças de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, o Banco fez abrir suas primeiras dependências, como escritórios. Surgiram, depois, as Agências em Alegre e São Mateus, inauguradas em 01.02.39 e 15.04.39, respectivamente. Vieram depois escritórios em Afonso Cláudio e Baixo Guandu e Agências em Bom Jesus do Norte e Castelo. Todos os escritórios foram, mais tarde, transformados em Agências.

Em 31.03.80 o BANESTES já dispunha de uma rede composta de 76 Agências, sendo 72 no Estado do Espírito Santo, 03 em capitais de Estado (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) e 01 em Brasília-DF. Em fevereiro de 1981 foi inaugurada a Agência em Salvador.

Conta ainda o Banco com 31 Postos Especiais de Prestação de Serviços, disseminados pelo território espírito-santense.

IMÓVEIS

Instalado à Rua do Comércio nº 22, renumerado para 343, em imóvel alugado a Irmãos Pagani por RS 1:100$000 (um conto e cem mil réis) mensais, cuidou logo a primeira Diretoria de iniciar demarches para construção de uma sede própria para o Banco, o que foi objeto de cogitação em Reunião da Diretoria de 13.12.1937. Mais tarde, foi elaborado projeto pelo Dr. Jayme Figueira, para construir o que seria o "PALÁCIO DA BOLSA DO CAFÉ", mediante participação financeira do Banco, Bolsa do Café, Cia. Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais, Associação Comercial e Instituto Histórico, cada um com direito a um pavimento. O projeto foi julgado inexequível por deficiência de recursos de alguns dos que seriam có-proprietários.

Pelo Decreto-Lei nº 9.935 da Interventoria Federal, foi determinado ceder ao Banco, em condições especiais, terreno para uma sede própria, enquanto que pelo Decreto-Lei nº 1.202 de 08.04.1939 e em substituição ao terreno anteriormente cedido, o Governo do Estado foi autorizado pelo então Conselho de Administração a conceder auxílio de Rs. 150:000$000 (cento e cinqüenta contos de réis) para aquisição de área onde realmente passaria a ser construída a Sede Social da Empresa, auxílio concedido através da doação de ações do banco de propriedade do Governo, com obrigação de ser ela construída com o prazo de 02 anos.

Ainda na gestão de primeira Diretoria, em seqüência às medidas anteriores, foi aprovada a proposta da Prefeitura Municipal de Vitória, no sentido de que o Banco adquirisse dois imóveis à Rua Jerônimo Montero nºs 248 e 254 a 260, pertencentes à firma Oliveira Santos & Cia. Itda., esquina do Beco do Douto de frente para o mar, para edificação de sua sede, desde que o Governo do Estado concordasse em que fossem cedidas àquela firma, como ela se propunha aceitar, além do que o Banco teria que pagar mais Rs 150:000$000 em ações por ele doadas anteriormente, revogando-se, então,

a cessão de um terreno à Rua 1º de Março, esquina General Osório, como constou no Decreto nº 9.935, de 10.11.38, já citado, oficiando-se a interventoria a respeito.

A construção de Sede orçada em Rs 450:000$000, quantia mais tarde reduzida para Rs 362:000$000 e devia ocupar o domínio útil do respectivo terreno de marinha com os acrescidos e mais acrescidos de acrescidos. Manoel Antonio José de Brito foi o vencedor da concorrência, procurando como engenheiro responsável da obra o Dr. José Tarquínio da Silva. Em 03.11.1940 foi lançada a pedra fundamental do prédio, com discursos do interventor, Major João Punaro Bley e do Diretor do Banco, Dr. Jones dos Santos Neves.

Em nove de agosto de mil novecentos e quarenta e um, na sessão de Diretoria, foi registrada a informação da conclusão da última lage de cimento do prédio.

Finalmente, a primeira Sede Própria do Banco foi solenemente inaugurada às 17:00 do dia 24 de janeiro de 1942, para onde se transferiu, de imediato, a matriz do estabelecimento.

Em 10.02.45, foi aprovada a construção da sede própria da Agência em Cachoeiro de Itapemirim e reforma no prédio da Agência em Colatina. Em 1958, o RURALBANK já contava com 13 casas instaladas no interior do Estado, várias delas funcionando em prédios próprios. Esta, aliás, sempre foi a preocupação das Diretorias que têm administrado o Banco, ou seja, resguardada a proporcionalidade legal estabelecida entre o seu imobilizado e o capital mais reservas livres, dotar todas as suas dependências de imóvel próprio. Hoje, o BANESTES dispõe de uma rede de 77 Agências, com 72 cobrindo todos os municípios e alguns distritos Espíritos-santenses. Dessas casas, o Banco tem 46 instaladas em prédios próprios e apenas 31 em imóveis alugados.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Atribuição trabalhosa da Diretoria Administrativa é a administração e movimentação de pessoal do Banco, que tem estado sempre atenta às medidas que, de uma forma ou de outra, venham beneficiar os funcionários da Casa, cujo amparo e bem estar tem sido sua constante preocupação. Continua fazendo suas dotações à Fundação BANESTES de Seguridade Social — BANESES, entidade que suplementa as aposentadorias concedidas pela Previdência Social, não só dos funcionários do Banco, das empresas por ele controladas mas, também, de seus próprios servidores. Concede,

ainda, uma série de outros benefícios que, realmente, conferem clima de tranquilidade a todos os seus associados.

O Banco instituiu a medicina ocupacional, tipo de assistência que também vem funcionando a inteiro contento e preenchendo suas reais finalidades.

Não tem o BANESTES descurado do aprimoramento de nível técnico de seu pessoal, proporcionando-lhe oportunidades diversas com aquele objetivo, mediante presença a seminários e cumprimento de estágios além da importante manutenção de órgão especializado a Divisão de Treinamento e Desenvolvimento que trata de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Quando de sua fundação o estabelecimento possuia 7 a 8 funcionários, e hoje, o contingente se eleva a 2.588, em 30 de junho deste ano.

FATOS E OCORRÊNCIAS DE DESTAQUE

Na gestão do Dr. Mário Aristides Freire, tendo em vista a situação de dificuldades por que passava a CESMAG (Cia. Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais), o Governo do Estado transferiu ao Banco as ações que possuia daquela empresa para que este ficasse encarregado da sua administração e saneamento de suas finanças. Eleito presidente daquela empresa, o Presidente do Banco, Dr. Mário Aristides Freire, em vista da situação de aperturas da Companhia, dispensou os honorários a que tinha direito.

— Em setembro de 1979 agravou-se a situação européia com a guerra. Houve suspensão de novos negócios.

— Entra em vigor o Decreto-Lei nº 2.627 de setembro/1940 sobre Sociedades Anônimas.

— Em julho/1941, empréstimo de RS 50.000:000$000 (cinqüenta mil contos de réis), do Departamento Nacional do Café ao Governo Estadual, nos termos da Lei da Interventoria nº 12.836, de 19.07.41.

— Inauguração solene da sede própria do Banco no dia 24.01.1942, à Rua Jerônimo Monteiro nº 248 e 254 a 260, esquina do Beco do Douto e frente para o mar.

— Decreto-Lei nº 4.859 publicado no dia 30.09, que, além de decretar feriados bancários os dias daquela data até 07 de outubro, suspendeu o vencimento das obrigações; e, ainda, o Decreto-Lei 4.791, de 05 de outubro do mesmo ano, modificando todo o sistema monetário, recomendando que, a partir de 01 de novembro de 1942, todos os atos relativos a dinheiro fizessem referência à nova moeda, o cruzeiro. Con-

seqüências da aceitação pelo Brasil do estado de beligerância.

— Posse do Dr. Ivan de Oliveira e José Ferrari Valls na Presidência e Diretoria da Carteira Comercial, respectivamente.

— Registro em Ata da Diretoria de 20.06.1946, a primeira convocação de 03 funcionários para servir ao exército por ocasião da guerra teuto-polonesa, já difundida por grande parte da Europa.

Como se pode concluir pelos dados aqui expostos, observa-se uma coerente linha de conduta do BANESTES, preocupado sempre com a conquista de recursos nas áreas interna e externa, disputada com vigor digno do maior destaque, para canalizá-los, juntamente com os seus próprios, em proveito dos diversos setores da atividade reprodutiva.

O Banco pode se orgulhar de vir desenvolvendo um trabalho altamente apreciável, concedendo justas prioridades aos seus setores Rural e Industrial, cujos investimentos atingiam, em 30 de junho de 1981, expressiva soma que se aproximava dos 10 bilhões de cruzeiros.

O Crédito Rural atende atualmente a 27 atividades agrícolas, diversificadas por todo o Estado do Espírito Santo, e atendendo a todas as regiões do território espírito-santense, consideradas as peculiaridades de cada uma.

O Crédito Industrial, apoiado substancialmente com recursos de repasses de fundos federais, tem atendido com rara eficiência aos serviços básicos de caráter infraestrutural e ainda outros não menos importantes, atuando com oito linhas diferentes de aplicações.

Já é bastante intenso, também, o valioso apoio do Banco no financiamento das operações de importação e exportação pelo Porto de Vitória e através de sua Carteira de Câmbio, setor que também é repassador de recursos externos.

No Crédito Geral sua atuação é também digna de realce, onde, com recursos próprios, atende à demanda de sua clientela com financiamentos a curto prazo para suprimento de Capital de Giro. Ele desenvolve elogiável atuação de apoio às micro, pequenas e médias empresas capixabas, promovendo salutar disseminação dos recursos disponíveis e eventualmente subsidiados, permitindo o acesso ao crédito dos pequenos empresários.

Por outro lado, não tem o Banco se descurado do aprimoramento dos serviços que presta, pelo constante e adequado aperfeiçoamento técnico de seu pessoal, contando hoje com contingente de recursos humanos de alta qualificação.

Também na área assistencial, a atuação do BANESTES

é digna de maiores elogios pela sua grande preocupação em proporcionar um quadro amplo de benefícios médico-assistenciais aos seus funcionários.

O BANESTES lidera hoje, como empresa "HOLDING", um sistema integrado por quatro empresas controladas, que desenvolvem atividades de: Seguros, Crédito e Investimentos. Crédito Imobiliário e Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

Dirigido atualmente por: RUDY MAURER — Diretor Presidente; GUILHERME PIMENTEL FILHO — Diretor da Carteira de Crédito Rural e Industrial; WILMAR SILVA — Diretor da Carteira de Crédito Geral; TRANQÜILO DIAS SAMPAIO — Diretor de Câmbio e Operações Especiais; SENATILHO PERIN — Diretor Administrativo; e, HARALD DIETZE — Diretor Financeiro, elementos experientes, de alta capacidade empresarial e profundos conhecimentos dos assuntos bancários, continua o BANESTES trilhando sua rota de progresso. Com sua decisiva e comprovada participação no desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, ele representa, realmente, desde seus primórdios, uma poderosa força para impulsionar o veloz crescimento da terra capixaba, em benefício também do bem-estar de toda a comunidade espírito-santense.

Vitória (ES), 06 de agosto de 1981.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

REVOLUÇÃO DE TRINTA NO ESPÍRITO SANTO

A passagem do cinquentenário da revolução de trinta, ensejou a publicação de inúmeras obras que, com variado enfoque metodológico, estudaram o movimento que alterou significativamente a fisionomia da história do Brasil.

O Espírito Santo situou-se à margem do grande processo revolucionário, porém seus reflexos foram sentidos nesta província. Em boa hora, o presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, deputado Edson Machado, desejou iniciar uma série de publicações culturais com um estudo sobre a revolução de trinta no Espírito Santo. Seu plano inclui também a reedição dos Anais da Assembléia, de tanta utilidade para os pesquisadores de nossa história política, e solicitados pelos historiadores, à cuja frente se encontra o autor da célebre coletânea **As Constituições do Espírito Santo,** Dr. Milton Caldeira.

Quando se pensou nesta primeira publicação, a Assembléia entrou em contato com a então Fundação Cultural do Espírito Santo, que, conseguiu que os professores Miguel Depes Tallon e Luciana Osório da Costa, do Departamento de História do Centro de Estudos Gerais da UFES, se encarregassem do trabalho de compilação, organização e elaboração da introdução ao texto. Ficou concertado que a apresentação seria do deputado Edson Machado, em uma homenagem ao esforço que, na Presidência da Assembléia, estava ele fazendo, pioneiramente, no sentido de divulgar o passado de nossa terra.

Esta é a obra que vem agora a público de um modo de certa forma embrionário, incompleto, mas que é um passo necessário na compreensão de nosso próprio presente.

Os textos selecionados não compreendem a totalidade do material existente e, alguma coisa se perdeu na própria voracidade revolucionária, como é o caso da coleção dos dois

primeiros anos de **A Gazeta**, destruída no empastelamento de 14 de fevereiro de 1930.

Competirá ao leitor fornecer novos subsídios, principalmente no que concerne à revolução no interior do estado, com seus episódios tragicômicos, que permitam uma segunda edição reformulada desta obra.

Esforços como o do Presidente Machado merecem aplausos das pessoas cultas de nossa terra, e sobretudo devem ter continuidade, pois uma das missões do legislativo é manter o povo do Estado sempre a par de sua história política, objetivando o aperfeiçoamento da consciência democrática de nossa gente.

Oxalá este trabalho, que ora se reinicia com esta obra, tenha prosseguimento em benefício da cultura capixaba. (RP)

DIRETORIAS DO IHGES, a partir de 1959

22ª diretoria (1959-1961)

Presidente: Ceciliano Abel de Almeida

1º Vice-Presidente: Desembargador João Manoel de Carvalho

2º Vice-Presidente: Dr. Jair Etienne Dessaune

3º Vice-Presidente: Desembargador Eurípedes Queiroz do Valle

Secretário Geral: Cícero de Moraes

Secretário Adjunto: Renato José Costa Pacheco

Orador: Nelson Abel de Almeida

Orador Adjunto: Placidino Passos

Tesoureiro: Norbertino Bahiense

As 23ª e 24ª diretorias com pequenas alterações reproduzem a anterior.

As 25ª e 26ª diretorias (1965-1969) tiveram a sua frente o professor Christiano Ferreira Fraga, grande lutador pela construção da nova sede.

27ª diretoria (1969-1971)

Presidente: Alberto Stange Júnior
1º Vice-Presidente: Dr. Jair Dessaune
2º Vice-Presidente: Renato José Costa Pacheco
3º Vice-Presidente: Manoel Xavier Paes Barreto Filho
Secretário Geral: Placidino Passos
Orador: Nelson Abel de Almeida
Bibliotecário: Ivo Amâncio de Oliveira
Tesoureiro: Nilo Martins da Cunha
Diretor da Revista: Guilherme Santos Neves

Por deliberação de AGE, da 28ª à 32ª diretorias manteve-se, com pequenas alterações, a anterior, enquanto se construia a nova sede.

33ª diretoria (1981-1983)

Presidente: Alberto Stange Júnior
1º Vice-Presidente: Desembargador M. X. Paes Barreto Filho
2º Vice-Presidente: Placidino Passos
3º Vice-Presidente: Guilherme Santos Neves
Secretário Geral: Renato José Costa Pacheco
Secretário Adjunto: Elmo Elton Santos Zamprogno
Tesoureiro: Nilo Martins da Cunha
Orador: Nelson Abel de Almeida
Bibliotecário: Angela De Biase Ferrari

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo é publicação periódica sob a responsabilidade da Diretoria da Casa do Espírito Santo — Avenida República, esquina de Thiers Vellozo, Parque Moscoso, Vitória, 29.000 ES, Caixa Postal 1561.

Número avulso — Cr$ 300,00

Coleções completas — poucas coleções disponíveis — aquisição mediante solicitação escrita.
Composição e impressão: Departamento de Imprensa Oficial (DIO)

O IHGES e sua Comissão de Revista pedem desculpas a seus leitores pela longa paralização em sua circulação. O envio dos próximos números dependerá de confirmação do recebimento deste exemplar.

Pede-se permuta. Please send us your publication in exchange. Rogamos enviar-nos en canje suas publicaciones. Mandateci vostre publicazioni. Nous prions de nous envoyer en échange vos publications. Wir danken fur Austausch.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Ano 1980/1982 ——— Números 31/33

ÍNDICE

Nossa Revista — Alberto Stange Júnior 3
Os sócios do Instituto 5

Estudos e ensaios

A Casa Azulejada da Serra — Os Barbosa Leão — Elmo Elton 7
Leis da Província — Levy Rocha 13
Anchieta no Espírito Santo — Guilherme Santos Neves 17
Os Baixos dos Pargos — Almeida Cousin 21
Tropas e tropeiros — Ormando Moraes 35
Dois pequenos estudos — Joaquim Pires de Amorim 39
12 de junho de 1817 — Placidino Passos 47
Um romance capixaba e outro nem tanto — Renato Pacheco 49
Governos provinciais — José Schiavo 55
A caminho da independência — Christiano F. Fraga 59

Discursos & Conferências

Discurso de posse — Elmo Elton 65
Domingos Martins — Um Bi-Centenário — Christiano F. Fraga 71
E eles eram assim — Nelson Abel de Almeida ... 75
Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto — Placidino Passos 101

Vultos da nossa história

João da Calaza — Veríssimo de Mello 105
Pedro Fonseca, o fotógrafo — J. C. Monjardim Cavalcanti 109

Nossas grandes empresas

O Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES) SA 113
Resenha bibliográfica 127
Diretorias do IHGES, a partir de 1959 129